

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THULIO ANDRE MOURA DE AQUINO

**CAMINHOS DO PODER:
Práticas Políticas da Família Coelho na Cidade de Petrolina-PE,
1930-1947**

RECIFE/2011

THULIO ANDRÉ MOURA DE AQUINO

**CAMINHOS DO PODER:
Práticas Políticas da Família Coelho na Cidade de Petrolina-PE,
1930-1947.**

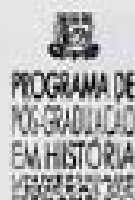
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Barros dos Santos.

RECIFE/2011

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

A657c	Aquino, Thulio André Moura de Caminhos do poder : práticas políticas da família Coelho na cidade de Petrolina-PE, 1930-1947 / Thulio André Moura de Aquino. - Recife: O autor, 2011. 118 folhas ; 30 cm. Orientadora : Profa. Dra. Ana Maria Barros dos Santos. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós –Graduação em História, 2011. Inclui bibliografia e anexos. 1. História. 2. Política. 3. Poder local. 4. Clientelismo. 5. Petrolina-PE. (1930-1947). I. Santos, Ana Maria Barros. (Orientadora). II. Título. 981 CDD (22.ed.)
--------------	--

UFPE (CFCH2011-127)



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO THULIO ANDRÉ MOURA DE AQUINO

Às 9h do dia 22 (vinte e dois) de agosto de 2011 (dois mil e onze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Thulio André Moura de Aquino** intitulada **"CAMINHOS DO PODER: Práticas Políticas na Cidade de Petrolina-PE, 1930-1947"**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **"APROVADO"**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores Ana Maria Barros dos Santos (orientadora), Severino Vicente da Silva e Maria do Carmo Barbosa de Melo. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sônia Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 22 de agosto de 2011

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Barros dos Santos

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Barbosa de Melo

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Sônia Regina Albuquerque

AGRADECIMENTOS

Reconheço que a presente Dissertação é resultado da contribuição de muitos; não apenas da minha, mas de todos aqueles que me permitiram chegar até aqui. Alguns estiveram presentes desde o começo de tudo, formando-me enquanto ser humano. Portanto, dedico a Deus, através de sua palavra, a meus pais, José Antônio Neves de Aquino e Norma Suely Torres Moura de Aquino, que sempre me incentivaram a seguir adiante nos estudos de uma profissão ainda não valorizada; meus irmãos, Thiago Aquino e Thalita Aquino, os quais traçaram este caminho antes de mim, o qual me serviu de grande exemplo, além de o desbravarem, o que tornou meu percurso menos doloroso. Agradeço o incentivo de tantos outros familiares e amigos, desde o começo, quando optei pelo curso de História. Destes, destaco meu amigo Walter Valdevino do Amaral, que me auxiliou em diversos momentos de dúvida; meu primo, Hamadéis Nunes de Sá Moura e minha noiva, Carolina Bernardo Wrigg, que por dias me ajudaram a digitalizar todo acervo do jornal o Pharol, em Petrolina.

Há os que me guiaram nos primeiros passos acadêmicos: os meus professores da Universidade Católica de Pernambuco, entre os quais destaco o Professor Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral, que, ainda no começo da graduação, convidou-me para participar da minha primeira pesquisa científica, na qual pude aprender muito, e a Professora Dra. Emanuele de Souza Ribeiro que, no final da minha graduação, convidou-me a participar de outra pesquisa científica, além de me incentivar a seguir adiante na vida acadêmica.

Na Universidade Federal de Pernambuco, pude conhecer a minha futura orientadora Ana Maria Barros dos Santos, que me acolheu como um filho, auxiliando-me antes e durante a escrita desta pesquisa a encontrar os melhores caminhos. Por fim, a CAPES, que permitiu a realização deste trabalho. A todos, a minha gratidão.

A dor da gente é dor de menino acanhado
Menino-bezerro pisado no curral do mundo a penar
Que salta aos olhos igual a um gemido calado
A sombra do mal-assombrado é a dor de nem poder chorar

Moinho de homens que nem jerimuns amassados
Mansos meninos domados, massa de medos iguais
Amassando a massa a mão que amassa a comida
Esculpe, modela e castiga a massa dos homens normais

Quando eu lembro da massa da mandioca mãe, da massa

When I remember of "massa" of manioc
Nunca mais me fizeram aquela presença, mãe
Da massa que planta a mandioca, mãe
A massa que eu falo é a que passa fome, mãe
A massa que planta a mandioca, mãe
Quand je rappelle de la masse du manioc, mère
Quando eu lembro da massa da mandioca

Lelé meu amor lelé no cabo da minha enxada não conheço "coroné"
Eu quero mas não quero (camarão). Minha mulher na função (camarão)
Que está livre de um abraço, mas não está de um beliscão
Torna a repetir meu amor: ai, ai, ai!
É que o guarda civil não quer a roupa no quarador
Meu Deus onde vai parar, parar essa massa
Meu Deus onde vai rolar, rolar essa massa

(A massa, Raimundo Sodré)

RESUMO

O propósito central da presente dissertação é analisar as práticas políticas presentes na cidade de Petrolina-PE, entre 1930 e 1947, as quais tiveram no patriarca da família Coelho, seu representante maior. A problemática suscitada no trabalho visa a entender como, através de determinadas ações, esta família emergiu politicamente, galgando uma posição de destaque na Região do São Francisco para, posteriormente, expandir sua influência no Estado de Pernambuco. A compreensão dessa afirmação política se deu através da leitura de obras que abordaram a família e região por ela habitada no momento histórico em questão, bem como de práticas e características políticas comuns ao período estudado; o uso de periódicos que nos permitiram observar manifestações e posicionamentos de determinados atores históricos e entrevistas com personagens inseridos no mesmo contexto. Percebemos que a família Coelho fez uso de fortes mecanismos permissíveis ao momento, aproximando-se da população, tanto rural como urbana, construindo uma rede de relações com setores importantes para seu fortalecimento político, bem como fazendo uso da imprensa a seu favor. Acreditamos que através destes mecanismos a família Coelho pôde construir as bases de sustentação política até os dias atuais.

Palavras-chave: Política, poder local e clientelismo.

ABSTRACT

The central purpose of the present dissertation is going to analyze the present political practices in the city of Petrolina-PE, between 1930 and 1947, that had in the patriarch of the family his Rabbit bigger representative. To problematic it stirred up in the work is going to understand as through determined actions this family emerged politically traveling a position of highlight in the region of the Saint one Francisco, for subsequently expand his influence in the State of Pernambuco. The comprehension of that political assertion gave through the reading of works that restricted the family and region by her inhabited in the historical moment in question, as well like of practices and common political characteristics of the period studied, the use of newspapers that permitted us observe manifestations and positionings of determined historical actors and interviews with personages inserted in the same context. We perceive that the family Rabbit did the use of strong permissible mechanisms to the moment, if approaching of the so much rural as urban population, building a net of relations with important sectors for his political strengthening and doing use of the press to its favor. We believe that through these mechanisms the family Rabbit can build some of his bases of political sustentation to the present days.

Keywords: Political, be able to local and political patronage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O CORONELISMO: Desenvolvimento de um conceito	17
1.1. Origens, conceitos e continuísmos	17
1.2. Diferenças regionais entre o coronelismo no norte e no sul	30
1.3. O poder local em Petrolina	41
2. A REVOLUÇÃO DE 1930 E SUAS PERMISSIVIDADES	48
2.1. O Brasil de Vargas: virtudes e vícios	48
2.2. De Lima Cavalcanti a Agamenon Magalhães	59
2.3. Dos Padilha aos Coelhos	68
3. OS MECANISMOS E AS PRÁTICAS POLÍTICAS EM PETROLINA	78
3.1. A construção de uma rede social	78
3.2. O uso da informação	86
3.3. As eleições de 1946	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107
Bibliografia	107
Fontes escritas/periódicos	111
Fontes orais/entrevistas	110
Anexos	115

INTRODUÇÃO

Esta dissertação visa a compreender a formação do importante grupo político liderado pela família Coelho, na cidade de Petrolina, durante o período que se inicia em 1930 e se estende até 1947, ano da primeira vitória política do grupo em questão. De forma específica, buscou-se compreender as ações e articulação, desse grupo, no complexo quadro em que a política brasileira se encontrava consequência da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, da centralização política que o seu governo tentava implantar no país, e os mecanismos utilizados, nos quais, mesmo diante de circunstâncias desfavoráveis, esse grupo solidificou-se, o que permitiu sua afirmação hegemônica na Região, estendendo-se para todo o Estado.

O interesse pelo tema estudado foi resultado da constatação da escassez de estudos que tivessem como objeto a Região do São Francisco e, em particular, a cidade de Petrolina, onde se destaca o monopólio político por parte da família Coelho.

Repetidas vezes, ouvi de meus familiares e de moradores de Petrolina o “reconhecimento” de que, “tudo o que Petrolina é hoje deve-se à família Coelho”. A curiosidade, com relação ao fato, levou-me, então, a procurar entender a origem de tal afirmação, que, até hoje, é bastante repetida. Como surgiu esta ideia? Como se deu a construção e solidificação da família perante a sociedade petrolinense? Assim, procuramos elucidar a constituição política da família Coelho em Petrolina, ocorrida durante o primeiro período Varguista (1930-1945).

O ano de 1930 marcou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, através da Revolução desse mesmo ano, em meio a um aprofundamento da crise financeira global, cujo sinal mais evidente foi à quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque um ano antes. O novo governo instaurado buscou, no campo econômico, novas alternativas para superar a crise, procurando estimular a atividade econômica interna, adotando uma postura de desenvolvimento nacional¹. A política econômica adotada por Vargas foi acompanhada por diversas reformas, as quais visavam à

¹ Cf.: MORERIA, Vânia Losada. Os anos JK: a industrialização e o modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol 3. p. 168.

centralização do poder e o enfraquecimento dos antigos coronéis do interior brasileiro, ocorrendo, de fato, uma reacomodação na configuração política do país.

A Região do Vale do São Francisco sentiu os reflexos dessas transformações políticas derivadas da Revolução de 30. Em um primeiro momento, as famílias tradicionais ali existentes, quase todas com heranças latifundiárias, uniram-se ao redor desta orientação centralizadora, visando a aumentar o prestígio da Região Nordeste, em meio à disputa no cenário político brasileiro². A centralização na busca de uma competitividade maior, contudo, não significou a partilha de interesses e projetos comuns. Os grupos políticos que já detinham o poder permaneciam presos às antigas práticas econômicas da pecuária extensiva, que vigoravam na Região desde o século XVIII. O grupo político que se formou durante o período estudado, apostou em um projeto econômico alinhado à política desenvolvimentista do novo governo, baseada na industrialização e associada a novos agentes políticos e econômicos.

A importância de estudar a formação desse grupo político, que suplantou os demais, é relevante não só pela influência que o mesmo exerceu na Região do Vale do São Francisco após a década de 1950, mas, também, porque sua atuação política alcançou todo o Estado de Pernambuco, o que pôde ser observado pela eleição, em 1967, de Nilo Coelho, um dos principais membros do grupo, que chegou ao posto de Governador do Estado e, posteriormente, Senador.

É evidente que, para alcançar resultados expressivos nas eleições, os Coelhos tiveram que adquirir peso político não só dentro de Pernambuco, como também na conjuntura política regional e nacional. Isto ocorreu em um momento teoricamente não oportuno, quando Vargas, objetivando a centralização política do país, procurou enfraquecer o poderio dos tradicionais grupos mandonistas³ locais. Foi, justamente, neste momento “desfavorável” que esse grupo conseguiu se afirmar.

Acreditamos que isto foi possível devido à constituição de uma rede de relações complexas, a qual resultou em sua sobrevivência e afirmação política

² PANDOFI, Dulce Chavez. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 2. p. 18.

³ O termo mandonismo é colocado por influência da obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz, o qual visa, apenas, a estabelecer uma nomenclatura para o poder exercido por chefes locais. (Cf.: QUERIOZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.).

posterior. Assim, o grupo instalado em Petrolina, fortaleceu-se através de uma rede de apoios entre líderes regionais, estabelecendo alianças num processo de baixo para cima, à sombra do poder central, compensando o seu não favorecimento na formação política do Estado e, posteriormente, do partido, não apenas com alianças realizadas entre líderes políticos, mas através de laços comerciais, afetivos, de parentesco e simbólicos, cuja escala de ação estava além da questão política formal, como afirma Oswaldo Lima Filho⁴.

O processo de ascensão política do grupo ligado aos Coelhos ocorreu concomitantemente à incorporação de ideais de desenvolvimento, que vigoravam no sul do país, trazendo-os para sua região e procurando implementá-los no Vale do São Francisco⁵, o que tornou Petrolina reduto de um grupo político diferente das demais cidades circunvizinhas e da maioria das cidades do interior do Nordeste.

Medidas como a industrialização da região, correlacionadas com a manutenção de latifúndios; a preparação de novos líderes, a dinamização do comércio regional e a política de boa vizinhança, tanto com os governos quanto com coronéis locais, são práticas observadas em que estas redes de relações se estruturaram, permitindo o fortalecimento do poder político deste grupo⁶.

A fim de compreender este processo, é necessário o estudo deste grupo político nos anos que vão de 1930, ano em que Vargas sobe ao poder, até 1947, ano das primeiras vitórias alcançadas em eleições. O estudo de sua formação nos ajudará a compreender como a Região do Vale do São Francisco adquiriu características divergentes de outros locais do interior nordestino. Durante este período, o grupo em estudo conviveu com uma rede complexa de relacionamentos políticos, em confrontos internos e externos, ainda assim, consolidou-se no poder local e guiou os rumos da Região ao longo do século XX.

Não só Petrolina, hoje a cidade mais influente da região são franciscana, bem como as cidades circunvizinhas, foram fortemente influenciadas por este grupo e por seu projeto desenvolvimentista. O período que se pretende estudar marca a afirmação e as relações deste núcleo com o novo governo instalado; tal estudo

⁴ Cf.: LIMA FILHO, Oswaldo. **Política Brasileira, 1945-1990**: Uma Visão Nacionalista. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1993. p. 50.

⁵ Cf.: SOUSA JUNIOR, José Nivaldo. **Quelê, o gigante do São Francisco**. Petrolina:PE Líder gráfica; editora Ltda. 1985. p. 20.

⁶ Cf.: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 78.

auxilia, assim, na compreensão do Nordeste sob uma perspectiva interiorana, no caso a Região do Vale do São Francisco e a constituição de seus grupos políticos.

Para compreender de forma totalizante o fenômeno representado pela estrutura familiar dos Coelhos, através da presente figura do Patriarca Clementino de Souza Coelho, ou simplesmente “coronel Quelê”, acreditamos ser importante, fazer um estudo sobre o coronelismo, fenômeno relacionado ao poder local, presente na política brasileira durante o século XX, que permeou comportamentos e atitudes ao longo de nossa história, o qual nos orientasse na definição do conceito, seu desenvolvimento e enraizamento na cultura da nossa sociedade.

Optamos por um corte gradual, que permitiu, cada vez mais, aproximarmo-nos do objeto de estudo em questão; começamos, então, pelos autores que já são referências no tema e, portanto, imprescindíveis para o desenvolvimento do nosso trabalho, através da leitura das obras:

Coronelismo, Enxada e voto (1949), de Vitor Nunes Leal, no qual o autor buscou compreender o funcionamento do processo político brasileiro. Para isto, denuncia as características do nosso país, latifundiário e oligarca, de forma a apresentar a realidade do nosso sistema, no qual o coronel é figura presente, produto destas raízes e que consegue prolongar o seu poder, justamente durante seu declínio, marcado pelo fortalecimento do poder público sobre o poder privado por estabelecer uma relação recíproca com este para seu fortalecimento.

Donos do Poder (1957), de Raimundo Faoro, que traz uma análise da evolução política brasileira, desde a herança do absolutismo em Portugal, no qual o Estado é analisado através da ação pessoal do rei, passando pela República Velha, chegando até ao Estado Autoritário de Vargas. Para ele, toda essa estrutura é perpassada por uma relação mútua entre a esfera pública e a privada, predominando no Estado patrimonial o quadro administrativo junto ao poder, havendo uma evolução do estamento aristocrático para o burocrático e do patrimonialismo do poder pessoal para o estatal, observando o coronelismo como uma inovação do patrimonialismo, que passa a ser estatal e que, aos poucos, tornar-se-á assimétrico ao patrimonialismo, entrando cada vez mais em declínio.

Em *Mandonismo local na vida política brasileira* (1976), Maria Isaura Pereira de Queiroz analisa o coronel como integrante de uma elite que controla o poder

econômico, político e social. Para ela, este poder se daria por relações pessoais, na qual a reciprocidade de valores permearia estas relações; a autora observa em sua conclusão que, com o crescimento demográfico, a urbanização das cidades e a industrialização do país, o coronelismo entraria em decadência, processo também não concretizado na região em estudo.

Ainda nesta linha, analisamos obras mais recentes, cujo conteúdo anterior passou por uma revisão, no que diz respeito às posições dos clássicos, enriquecendo, assim, a discussão. Sendo assim, destacamos as seguintes obras:

Coronelismo e Dominação (1987), de Ibarê Dantas, que interpreta o fenômeno, como sustentado por uma tripla fundamentação: econômico social, que seria o latifúndio e suas relações advindas desta característica política e ideológica, no qual o “coronel” se coloca como “verdadeiro intermediário” entre o campesinato e a sociedade política, o que faz, também, exercer o controle da informação, contribuindo ideologicamente para a manutenção da dominação. Este poder é exercido através do controle coercitivo e do prestígio do coronel. O fim desta forma de poder somente acontecerá perante a modificação na forma de dominação, através do avanço do capitalismo no campo.

No seu artigo *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma Discussão Conceitual* (1997), José Murilo de Carvalho faz um apanhado de toda a discussão acerca dos conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo, passando por diversos autores, entre os quais alguns já citados, elucidando um pouco mais a questão, procurando impulsionar novas análises dentro deste tema.

Aproximando-se ainda mais do objeto em questão, detivemo-nos nas características do coronelismo na região nordestina por compreendermos as existentes diferenças entre o sistema no Sul e Norte do país. Assim, destacamos as considerações feitas pelas obras: *Família de Tradição no poder: o (caso) coronéis* (1995), de Maria Auxiliadora Lemenhe, que procura compreender a permanência do poder local em determinados lugares, mesmo após a sua fase de declínio, apontada pelos primeiros autores que trataram do tema. Para ela, isto seria consequência do modelo econômico destinado a tais regiões em 1930, o qual se integrou à economia nacional, porém não se separou do latifúndio.

Em *Coronelismo e a Imagem do Coronel: de Símbolo a Simulacro do Poder Local* (2000), Maria Lucinete Fortunato, esclarece que nas Regiões Sul e Sudeste há um equilíbrio entre as oligarquias e o governo, prevalência de interesses partidários e fortalecimento dos partidos. Em contrapartida, observando-se a região nordestina, percebemos um confronto entre oligarquias e partidos, pelo fato de prevalecerem os interesses individuais. A autora caracteriza o coronel de cada região pelas características socioeconômicas; o pouco desenvolvimento econômico e industrial da região nordestina, o que permite o controle do coronel sobre a terra e os meios de produção, o que os concede subjugar o trabalhador à condição de dependente dele.

Em *Coronelismo e neo-coronelismo* (1988), Rejane Vasconcelos de Carvalho aponta para os perigos de se encaixar o coronelismo em um período posterior ao que lhe é atribuído. Tal prática seria utilizada como estratégia política para ascensão de novos atores políticos que, primeiramente, atribuem ao atraso da Região como consequência destas permanências para, num segundo momento, lançarem-se como motores de uma modernização que romperia com esta estagnação.

No seu livro *Coronelismo e oligarquias* (1979), Eul-Soo Pang analisa o coronelismo fragmentado na Bahia e suas diferenciações. Com um Sul centralizado, união entre coronéis e uma economia voltada para a produção do açúcar, o comércio e a pecuária, e o Norte, com características econômicas voltadas para o comércio, onde haveria uma política mais maleável e insurgente contra o poder do Estado e os partidos estaduais. Ao citar tipos de coronéis, permite-nos identificar alguns desses nos coronéis petrolinenses.

Em *Trilhas e atalhos do poder* (1992), de César Barreira, o autor destaca a intermediação do coronel entre o povo e o poder público, diante das transformações ocorridas, impedindo, assim, a manifestação espontânea do trabalhador rural: posição conseguida pelo uso de estratégias de lealdade e compromisso moral.

Na obra *Política e Parentela na Paraíba* (1993), Linda Lewin enfatiza as relações de parentesco entre os atores políticos nordestinos, como mecanismo de poder, e destaca sua permanência no cenário político, o que resulta no controle do poder local mesmo diante dos diferentes momentos históricos. Assim, o nome seria importante, por existir uma vinculação estreita entre parentesco e política. Ao formar

uma família extensa, com uma cultura de valorização regional, criam-se as condições para se formar uma oligarquia local.

Sobre as manifestações do coronelismo em Petrolina, duas análises se destacam, são elas: *Coronéis sem patentes* (1979), de Tereza Cristina Leal Serejo, na qual a autora faz um panorama das forças políticas existentes em Petrolina e as famílias mandonistas no período de 1955 até 1976, culminando com a análise da dominação política dos Coelhos. O período estudado apresenta o grupo político já consolidado, marcando a fase em que o núcleo político sobrepujará os demais, dominando a Região; trata-se, portanto, de uma fase posterior à que estamos estudando. Serejo analisa em apenas um capítulo algumas das relações que queremos estudar, pois este não é o objetivo de sua pesquisa. Existem, em sua obra, pontos não abordados, como exemplo, a complexa rede que se formou em meio à centralização política regional, sobre a qual nos aprofundaremos, bem como, os meios que este grupo encontrou para superar os demais. Sua tese, ao tratar de uma fase posterior à que estudamos, permitiu observar alianças existentes na época, que teriam sua formação no período que vai de 1930 a 1945.

A outra obra é *Transição capitalista e classe dominante do nordeste*, de Ronald Chilcote, que traça o que seriam as características das famílias mandonistas da região, identificando as que ele julgou mais importantes, desde o período da emancipação de Petrolina, em 1895, até os dias atuais. Nesta obra, ele atribui ao latifúndio à característica fundamental do poder dos coronéis, considerando que o comércio é uma atividade secundária que amplia o poder do coronel proveniente do latifúndio e atenta para o fato de que, durante o período que se insere em nosso contexto, ocorre um investimento desses chefes locais em fábricas, para o processamento dos produtos agrícolas.

Com os trabalhos desses autores, conseguimos transitar com mais liberdade nas questões que envolvem o poder local e suas práticas clientelistas, identificando similaridades ou diferenças do caso petrolinense abrindo, assim, espaço para o aprofundamento dessa discussão em nosso estudo.

Buscando compreender a configuração do cenário político vigente, realizamos a leitura bibliográfica acerca dos temas específicos da pesquisa, os quais trataram de personagens e momentos históricos, nos quais pudemos analisar os atores inseridos no jogo de relações que constituiu o grupo político dominante no interior

pernambucano, bem como confrontar seus escritos, no intuito de elaborar um mapeamento da cadeia de relações em que esses personagens se inseriram, e o “jogo de cadeiras” em que se posicionaram, na medida em que as circunstâncias permitiram.

Após as devidas leituras, foi feita a análise da documentação, iniciando com o estudo do principal periódico da cidade de Petrolina: O *Pharol*, que circulou entre 1915 e 1989, fundado e dirigido, durante quase toda sua existência, por um importante personagem da cidade, o qual, posteriormente, tornar-se-ia político em Petrolina: João Ferreira Gomes, ou “Joãozinho do Pharol”, como era chamado. O jornal foi o principal veículo de informação e comunicação política da cidade e toda a região, onde estavam presentes os principais acontecimentos históricos e as posições dos líderes locais. Através do jornal, observamos os espaços ocupados pelos grupos políticos e as alternâncias de poder, conforme as circunstâncias históricas.

Os números do periódico em questão, utilizados para esta pesquisa, foram encontrados, principalmente, no *Museu do Sertão*, localizado na cidade de Petrolina, enquanto que alguns exemplares avulsos foram obtidos no Arquivo Público Jordão Emerenciano, no Recife.

Os exemplares arquivados no Museu do Sertão se encontravam em estado deplorável de desgaste. Na época, a diretora do Museu, Nadja Batista, quase que sem nenhum recurso municipal já realizava um trabalho de preservação, vetando o acesso ao público comum, contando com a ajuda de uma funcionária que os organizou, separou e protegeu na medida do possível. Diante de tal quadro, percebendo a possibilidade de perda de tão precioso material sobre a cidade de Petrolina, a diretora do Museu resolveu conceder autorização para digitalizar o acervo. Auxiliado por Hadaméis Nunes de Sá Moura e Carolina Bernardo Wrigg, digitalizamos quase a totalidade dos jornais existentes no Museu, indo além do período presente neste estudo, restando, apenas, alguns jornais dos anos de 1980, cujo estado ainda mantém boa conservação.

Assim, o estudo do periódico *O Pharol* visou à análise das manifestações políticas presentes em suas páginas, cuja atenção foi reforçada pela ideia de que “o jornal passou a ser, entre todos os meios de comunicação, o pão de cada dia da política contemporânea – sem prejuízos dos meios concorrentes da mídia áudio

visual. É, de fato, o jornal que constitui a fonte mais rica e a que expõe as inflexões da época⁷.

Um quadro ainda mais desabonador foi perceber que outros jornais da cidade de Petrolina, contemporâneos d'O *Pharol*, os quais poderiam servir como mais uma análise sobre os mesmos fatos, sequer foram encontrados em arquivos públicos ou em arquivos familiares⁸, o que conduziu a pesquisa à uma busca complementar à análise das fontes primárias, bem como a uma melhor compreensão das alianças do grupo político em questão. Para tanto, utilizamos entrevistas com pessoas pertencentes ao grupo político estudado, bem como seus opositores, como forma de documentação/fonte primária. Na análise das entrevistas, trabalhamos com a história oral, procurando confrontar dados e informações, esclarecendo pontos importantes.

Assim sendo, os relatos orais são importantes, porque permitem o resgate de aspectos que o documento é incapaz de resgatar. Os documentos oficiais, geralmente, servem para validar os fatos relevantes aos interesses presentes em quem os produziu, como é o caso do periódico *O Pharol*, o que deixa de considerar outros aspectos históricos. No entanto, através da entrevista é possível resgatar as vozes marginalizadas pela história oficial⁹.

No primeiro capítulo, procuramos mostrar o sistema de poder local, em que a família Coelho esteve presente, e suas nuances, o mandonismo e o clientelismo, destacando pontos relevantes nas obras escolhidas, das quais discordamos ou encontramos respaldo no caso petrolinense.

No segundo capítulo, buscamos analisar as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no Brasil, a partir de 1930, pois acreditamos que elas influenciaram o Estado de Pernambuco e em particular a cidade de Petrolina, visto ter sido, o nosso Estado, um dos maiores seguidores do modelo estadonovista. Acreditamos que tais mudanças propiciaram circunstâncias que permitiram certa mobilidade política do patriarca da família Coelho, o "coronel" Quelê. Visando a um melhor entendimento das alterações deste período e seu eco em Petrolina, traçamos

⁷ RÉMOND, René (Org). **Por uma história Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 282.

⁸ O trabalho (1912), O popular (1916) e A Palavra (1918) são alguns dos jornais existentes na cidade e descrito em outras obras mas não encontrados.

⁹ PRINS, Gwyn. "História Oral". In.: A Escrita da História: Novas Perspectivas. BURKE, Peter. São Paulo: Ed.: UNESP, 1992, p. 165.

um caminho que apresenta primeiramente o cenário brasileiro, posteriormente sua forte repercussão em Pernambuco e, por fim, seu alcance na cidade.

Compreendendo o cenário varguista e seus desdobramentos na esfera estadual e municipal, procuramos, no terceiro capítulo, observar os mecanismos usados pela família Coelho para, diante de tais circunstâncias, projetar a sua ascensão política. Assim, destacamos os mecanismos e práticas comuns ao poder local, utilizados pelos Coelhos, os quais foram mais fortes e presentes na época, e resultaram em seu fortalecimento; desta maneira, destacamos: a rede de relações presentes através do comércio; a associação com os trabalhadores, através da assistência e concessão de direito dos mesmos; e o uso da imprensa como meio de propagação de uma imagem ligada a Vargas, com a qual foi possível construir conceitos e desconstruir outros tais, que vieram a favorecê-los no poder, resultando em uma solidificação da relação estabelecida entre eles e o eleitor, para os futuros pleitos.

Assim, com este trabalho, esperamos estar somando-o a outras contribuições já existentes sobre o tema. Portanto, ao abordarmos a história de Petrolina, quisemos lançar um novo olhar, revendo questões sobre outras perspectivas, aprofundando pontos pouco observados e elucidando outros nunca analisados.

1. O CORONELISMO: O desenvolvimento de um conceito

1.1. Origens, conceitos e continuísmos

O termo coronel já foi utilizado de forma exaustiva por um considerável número de obras, nas quais, simploriamente, poderíamos considerá-lo como o exercício do poder local através de chefes políticos. Mas, como bem nos esclarece José Murilo de Carvalho:

Há momentos [...]. Em que o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as idéias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido a confusões ou imprecisões conceituais. Nesses momentos convém parar para revisão e tentar esclarecer conceitos e teorias¹⁰.

Há divergências quanto ao surgimento do coronel no cenário político brasileiro. Alguns historiadores associam a sua aparição como uma consequência da, importância, cada vez maior, que ele terá no processo eleitoral fraudulento durante a República Velha. Outros apontam para uma origem, com raízes já na época do Império, tendo, no período republicano, ampliado seu poderio político. Há, ainda, aqueles que buscam explicações ainda mais profundas, apontando como sendo ele, uma permanência de uma estrutura viciosa que o Brasil construiu desde a Colônia. Tantas pesquisas nos levam a procurar compreender algumas dessas posições; não só a do termo coronel, como também de suas similaridades com o mandonismo e o clientelismo para, assim, delimitar melhor nosso objeto de estudo.

Coronelismo, enxada e voto, de Victor Nunes Leal, aponta a origem do fenômeno do coronelismo na República Velha¹¹. Sendo, tal fato, uma consequência do fortalecimento do poder público sobre o poder privado dos latifundiários, contrariando as teorias até então defendidas, que diziam exatamente o inverso, ou seja, a prevalência dos senhores de terra sobre o poder do Estado em regiões que ele não alcançava.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Dados**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997. p. 231-233.

¹¹ Cf.: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 5 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Com o fim do Império e a chegada da República, o Brasil teria implementado um sistema eleitoral, determinado pela Constituição de 1891, que “assegurava considerável margem de autonomia para cada estado. Tais medidas fortaleceram as oligarquias estaduais [...] passavam a deter, agora oficialmente o poder armado e o controle das eleições”¹². Isto, numa sociedade que ainda mantinha suas características imperiais, tendo o latifúndio como sua característica mais marcante. Somado a este fato, nosso país, de dimensões continentais, permanecia com o problema de interação entre as regiões, com profundo isolamento entre as diversas partes do Brasil; essa distância entre o litoral e o interior fazia com que uma grande parcela da população brasileira, vivendo em áreas rurais e sendo reduto de líderes locais, ficasse à mercê desses “coronéis”.

A mudança do sistema político permitiu a concentração, nas mãos de chefes latifundiários, dos votos de uma massa de pobres e analfabetos, que dependiam do coronel para sobreviver, colocando o latifundiário no controle político de sua região, estabelecendo uma relação de troca de proveitos com o poder público. Para Victor Nunes Leal, o coronelismo é, “sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”¹³. Assim, o coronel, apoiaria incondicionalmente os candidatos da situação em ambas as esferas, estadual e federal, sendo que, para isso, ele conseguia recursos junto ao governo para custear a compra dos votos da população e eleger seus aliados políticos. Em troca, ele receberia total controle local, o que inclui, por exemplo, as nomeações de funcionários públicos locais. Esta “carta na manga” seria utilizada sempre que necessária, para conduzir um aliado político a uma posição de destaque, ao mesmo tempo em que ampliava seu poder de atuação pública.

Tal relação caracterizava uma permanência e adaptação do antigo poder privado à nova forma de política republicana, cuja adaptação para sobrevivência, no entanto, estaria com seus dias contados, pois a mudança para o sistema republicano, aos poucos, fortalece o poder público diante dos poderes locais. A constituição do poder local se deu num momento de ruptura dos senhores de terra com o Estado, sendo o latifúndio a principal característica econômica desse sistema,

¹² MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. **Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. p. 572.

¹³ LEAL, 1976, p. 20.

estabelecendo, assim, uma delegação de poder local ao coronel por parte da esfera pública, através de serviços e benfeitorias prestados na Região de controle coronelístico, os quais serviriam de ganho pessoal e assistencialismo para uma população dependente e ignorante.

Em contrapartida, o coronel arregimentaria os votos para seus aliados, garantindo a vitória das forças municipais e estaduais nas eleições que, com a primeira constituição republicana, passaram a ser decididas sem a indicação do governo central. Através do voto de cabresto, o líder local beneficiava seus aliados e perseguia adversários políticos ou aqueles que não queriam votar no seu candidato.

Esta interdependência, contudo, tem, para Victor Nunes Leal, um lado mais forte, pois o coronel aparece mais dependente do Estado para sobreviver do que o inverso; ele seria um poder que entra em evidência já fadado ao fracasso, devido a esta forte dependência. O chefe político local precisava dos recursos do Governo para continuar prestando serviços à população e manter sua posição de liderança na região. Assim, procurava não entrar em conflito com o poder central, mas, antes, tornava-se um forte aliado pró-Governo.

Entretanto, a decadência desse sistema se agravaria a partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Ainda no governo provisório, foram nomeados prefeitos que tinham por objetivo combater a fraude eleitoral, estabelecendo um sistema de recursos, que seguia uma linha hierárquica sob a tutela do Departamento de Municipalidades, o qual controlava os recursos municipais. Embora, na Constituição de 1934, tenha ainda persistido as concessões ao poder municipal, a de 1937 o enfraquece ainda mais, sendo, seu fim, um processo cada vez mais inevitável com a ampliação da participação popular no voto, o aumento do eleitorado urbano mais politizado que o rural. A expansão dos meios de comunicação e transporte, permitindo o acesso a mais informação e de forma mais diversificada, proporcionou a firmação de um sistema eleitoral republicano cada vez mais aperfeiçoado.

A maior preocupação, conforme observou Leal, seria com as sequelas do coronelismo nas relações sociais e culturais do Brasil. A herança do latifúndio faria permanecer a existência de poderes locais, mesmo com o fim do sistema político;

somente um regime republicano, de fato, poderia acabar, de vez, com as heranças do poder privado no Brasil.

Sendo pioneiro, ao observar o sistema coronelista, Victor Nunes Leal atentou para alguns pontos, os quais aqueles que, posteriormente, trataram do tema, tomaram-nos como base para expor suas análises. A ligação direta que o coronel manteve com o poder público, as trocas de relações desta união, e fortalecimento, cada vez maior, do poder Estatal, são questões importantes de sua argumentação que dão sustentação a nossa dissertação, porém a estreita ligação, por ele apresentada entre o poder local e o latifúndio, não foram significativas no caso petrolinense durante o período estudado, uma vez que percebemos que tal relação foi mais forte no período que antecedeu a 1930.

Na obra *Os Donos do poder*, Raimundo Faoro faz uso do conceito “patrimonialismo”, tipo de “dominação tradicional”¹⁴, cuja origem teórica provém do sociólogo alemão Max Weber, tendo, como ideia central, o trato da coisa pública pela autoridade como se privada fosse.

Raimundo Faoro, no seu livro, observa que, desde o Império, o poder do coronel existia por consequência da permanência dos latifúndios e da ausência do Estado em um país de dimensões continentais, o que resultou em um fortalecimento local. Assim, a República apenas faria emergir seu poder já existente.

O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo pernambucano, mais liberto da peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do império. [...] Ao lado do coronel legalmente sagrado, prosperou o coronel tradicional também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar os estilos de vida de sua posição¹⁵.

O próprio governo central era permissivo a esses poderes paralelos estabelecidos e, no lugar de combatê-los, unia-se a eles a fim de preservar o território. O título de coronel surgiu da criação da Guarda Nacional, em 1831, com o

¹⁴ Uma forma de exercício da dominação, legitimada pela tradição, cujas características principais são: o poder individual do governante, amparado por seu aparato administrativo e com base em critérios unicamente pessoais, exerce o poder político sob um determinado território.

¹⁵ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político. 16 ed. São Paulo: Globo, 2004. p. 621.

objetivo maior de assegurar a manutenção da ordem pública através da ampliação do quadro de homens responsáveis por mantê-la, cujo título maior era o de coronel, geralmente cedido a grandes proprietários de terras. Na prática, o governo central legitimava a autoridade do chefe político local, enquanto o mesmo garantia a governabilidade do país através de suas milícias, o que, de fato, aconteceu por algumas décadas. Posteriormente, a guarda foi perdendo sua importância, os títulos passaram a ser comprados, o que os tornou apenas algo simbólico, de forma a reconhecer o poder de um chefe local sem, contudo, ter ele exercido uma função militar.

Na literatura, José Cândido de Carvalho, no livro *O Coronel e o Lobisomem*, retrata bem este tipo de coronel, através da figura de Ponciano de Azeredo Furtado, fazendeiro que, ao longo da história, proclama com orgulho o seu título de coronel, apesar de nunca ter exercido esta função. São estes “coronéis sem patente”¹⁶ que tratamos em nosso trabalho.

Para Raimundo Faoro, haveria, aos poucos, no Brasil, um crescimento do poder estatal sem, contudo, haver uma quebra do sistema patrimonialista. Com o advento da República e sua consequente mudança na forma de eleição, na qual os governadores passariam a ter mais poder e os coronéis se tornariam um prolongamento daqueles, fortalecendo-os para o seu funcionamento, ao mesmo tempo em que permite ao chefe local o fortalecimento do seu poder pessoal.

O prolongamento se dava através da liderança política local do coronel que, ainda segundo Raimundo Faoro, era permitida mais pelo prestígio que possuía, do que pelo poder exercido através do latifúndio e ampliado pela aliança com o Estado. Além disso, o poder econômico poderia vir através de outras atividades, além da grande propriedade, como sugere Victor Nunes Leal. Um exemplo seria a prática do comércio, uma característica marcante em muitos coronéis. Enquanto ele assegurava tranquilidade nas eleições ao governador, garantia seu controle sobre sua região. Assim, poder privado e poder público permaneciam imbricados.

O pensamento de Raimundo Faoro se assemelha ao de Victor Nunes Leal, quando defende que a presença cada vez maior do Estado e as transformações da

¹⁶ Este termo foi defendido por Tereza Cristina Leal Serejo, na sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1976.

modernidade enfraqueceram os coronéis, tornando-os muito mais dependentes do poder do Estado.

Faoro deixa claro que o relacionamento entre poder local e poder público é algo que perpassa toda a história brasileira, já sendo herança dos nossos colonizadores; assim, o que ocorre no coronelismo é uma ampliação de tais relações. Também em sua compreensão do coronelismo acrescenta que, além do latifúndio citado por Victor Nunes Leal, a liderança local do coronel se deu devido ao seu prestígio.

Estas duas formas de se pensar o sistema coronelista, embora divirjam em alguns pontos, tais como origem do sistema e o fator que a legitima, privilegiam o aspecto político em suas abordagens, além da visão de um Estado centralizador como solução para os males do coronelismo, constituindo-se algo importante. Porém, diversas questões, que vão além das políticas, conduziram-nos à necessidade de análises que permitiram observar outras facetas do coronelismo.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, em sua obra *O mandonismo local na vida política brasileira* esclarece que o coronelismo seria a forma assumida pelo mandonismo no início do período republicano.

Embora aparecendo a apelação do coronel desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge a sua expansão e a plenitude de suas características. O coronel é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da proclamação da República¹⁷.

O seu surgimento se daria desde o Brasil Colônia, período em que a inexistência de um poder central permitia, para a sustentação administrativa da colônia, Câmaras Municipais que de fato governavam. Mesmo posteriormente, na constituição do Brasil Império e de um poder centralizador, o poder local permaneceu fortalecido em consequência das dificuldades administrativas de um país imenso como o Brasil, além de uma maior atenção e interesse de investir onde a família real se localizava.

¹⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 160.

A partir da ascensão de Getúlio Vargas em 1930, o Brasil Republicano continuará a depender do mandonismo para manter as bases de sustentação administrativa, cuja diferença está no fato de que este processo torna-se cômodo agora para o coronel, que necessitará dele para continuar a exercer sua liderança, barganhando uma troca de favores.

O mandonismo perpassaria pela história do país devido ao fato de que as mudanças políticas ocorridas, ao longo de nossa história, foram apenas de caráter superficial e não estrutural, ocorrendo a manutenção das bases que sustentam nossa estrutura social, na qual os laços de parentesco sempre estão presentes, misturando o privado com o público.

A principal característica que legitimaria o poder do chefe local seria o conceito weberiano de dominação carismática¹⁸ e não apenas seu poder econômico. A autora chama atenção para o fato de que o coronel fazia parte de uma elite que controlava não só o poder econômico, mas, também, o político e o social, agindo em função de dois critérios: suas ambições pessoais e sua lealdade familiar; entre estas, há as relações de compadrio.

Esses laços se estenderam no país à medida que um governo central se estabeleceu ainda no Império, tendo como suporte uma forte ligação com as famílias dos grandes proprietários de terras. Essas famílias seriam as “mãos e olhos” do Estado nos lugares onde ele não chegava e a criação da Guarda Nacional seria apenas a legitimação oficial desta aliança.

Durante o período da República Velha, uma nova forma eleitoral se constituiria, permitindo ao mandonismo local aparecer sob outra forma, o coronelismo, revelando o que antes estava encoberto pelos partidos existentes no Império e passando a atuar de forma explícita nas eleições.

Para Maria Isaura, o que caracterizava o chefe local não seria apenas o fato de ser ele um grande proprietário de terras, pois, muitos desses líderes regionais conseguiram o controle econômico da região, através da atividade comercial e outros se tornaram ricos através de herança. Para a autora, o controle da Região dependeria, principalmente, do carisma do coronel, algo que ele conseguiria através

¹⁸ A Dominação Carismática, segundo Weber, ocorre quando a permissão do dominado devido aos laços de afetividade que este tem para com o dominador. (Cf.: COSTA, Cristina. **Sociologia**. Introdução à ciência da sociedade. 2a ed. São Paulo: Moderna, 2001.).

de seus próprios méritos e, não necessariamente, pela sua riqueza. Vale ressaltar que muitos líderes locais receberam a “patente” de coronel sem que tenha sido concedido pela Guarda Nacional, mas devido ao reconhecimento da população de sua liderança local, como é o caso do Coronel Quelê, de Petrolina, o que reforça a tese da importância do carisma.

Esse carisma seria alimentado através de relações recíprocas entre os chefes locais e seus subordinados, pelos quais, favores e assistencialismo eram prestados ao povo em troca do ganho da confiança, assegurando, assim, a fidelidade eleitoral. Esse processo é chamado por Maria Isaura Pereira de Queiroz de relações de “dom e contra-dom”¹⁹, no qual já havia a compreensão da obtenção de vantagens ao apoiar o grupo político hegemônico, uma espécie de contrato que se rompia quando uma das partes não cumpria o combinado.

Outro ponto de sustentação do mandonismo, na forma republicana, seria o parentesco, sob o qual o poder local se reproduziria e se ampliaria, através de alianças, casamentos e preparação de novos líderes, fato que está presente na família Coelho posteriormente ao período estudado, sendo, portanto, um desdobramento. Inicialmente, foi necessário o enriquecimento e o estabelecimento de uma rede de influência através do comércio, durante os anos de 1930, para que, depois, estes laços fossem estreitados por ligações de parentesco.

Ainda, segundo esta autora, a origem da estrutura coronelística estava presente nos grupos de parentesco, tendo como coluna de sustentação desta estrutura a posse de bens de fortuna. Só através dessas riquezas, o coronel poderia fazer favores e adquirir uma clientela que garantisse sua posição. Para ela, a decadência do coronelismo se assemelha à noção proposta por Leal e Faoro, quando observam que o aumento populacional, a urbanização e a industrialização, enfraqueceriam as relações de solidariedade e suplantariam o poder dos coronéis.

Maria Isaura observa, também, que o sistema coronelista tratou-se de um momento do mandonismo, prática presente na vida política brasileira e que, na relação de poder entre o coronel e o eleitor, existe uma relação não só de prestígio, mas, também, de confiança, adquirida pelo coronel através do seu carisma. Entende, assim, a força do parentesco como sustentação do sistema.

¹⁹ QUEIROZ, 1976, p. 68.

Suas colocações acerca da relação coronel-eleitor se ajustam no nosso argumento, por tratarmos, exatamente, da forma como a família Coelho adquiriu, durante a era Vargas, o prestígio que legitima seu poder até hoje.

Contudo, a referente autora não atenta para o fato de que o prestígio do coronel pode advir de outras maneiras que não o uso da posse de bens e da prática da distribuição de favores. É o que tentaremos demonstrar, através da história da família Coelho e de alguns dos seus opositores.

No Capítulo III, intitulado *O coronelismo numa interpretação sociológica* do livro *Brasil Republicano* - volume 8, cujo organizador é Boris Fausto, Maria Isaura ainda acrescenta que as raízes dessa prática existiriam desde o Brasil Império, quando os municípios eram “feudos políticos”²⁰ hereditários, constituídos de forma ilegítima e que, mesmo com o advento da República, haveria a persistência deste sistema. Para a autora o voto a todo alfabetizado só fez ampliar o número de eleitores que, no entanto, permaneciam ligados aos antigos senhores de terras e votando em quem estes determinavam.

A importância do artigo está na percepção de que a associação a determinado grupo familiar lhe posiciona, socialmente, para cima ou para baixo, para união ou oposição a uma família. Algo que observamos nas escolhas feitas pelo pioneiro político dos Coelhos, o coronel Quelê, é que, ao se aproximar, através do casamento com o ramo Souza de sua família, que possuía prestígio social e político, fortaleceu-o nestes aspectos.

Ibarê Dantas, em seu livro *Coronelismo e Dominação*, considera que o coronelismo tem seu embrião nas relações de patronato no campo, durante o Império, no qual o Imperador, através do Poder Moderador, exercia o papel do Estado num equilíbrio de forças em que se alternavam os partidos políticos no poder e na manutenção da estrutura escravista. O fim do Império traria uma lacuna, causada pela ausência da figura do imperador, bem como o fim do sistema escravista. Assim, na República, tornou-se necessário se instalar uma nova forma que reequilibrasse as forças políticas, o que ocorreu, tendo, como exemplo maior, a política dos governadores no mandato de Campos Sales, período em que o coronelismo atingiu seu auge.

²⁰ Trata-se uma consideração da autora chamar as províncias de feudos

Para melhor visualizar o fenômeno, Dantas estuda o sistema coronelista, dividindo-o em três fases: de 1900 a 1930; de 1930 a 1945 e de 1945 a 1964, fazendo uma análise econômica, política e ideológica de cada período.

No período que vai de 1900 a 1930, começa explicando que a predominância tão extensa do termo coronelismo na historiografia, dá-se pela ausência de nomenclaturas que se adequem às transformações ocorridas ao longo dos anos; assim, o termo parece abarcar a passagem do tempo, cabendo em diversos momentos históricos.

De 1930 a 1945, Dantas considera que, neste período, o coronel agrega outra forma de poder, que viria como consequência das transformações políticas e administrativas no Brasil, quando os interventores nos estados negociariam com os coronéis os currais eleitorais, o que reforça a crença do autor, quanto à capacidade de adaptação que o fenômeno tem aos novos tempos.

O voto só seria um fator determinante, segundo Ibarê Dantas, na última fase descrita em seu livro, período que vai de 1945 a 1964. A instituição do voto secreto, através da Constituição de 1946²¹, somado a outras transformações sociais ocorridas, como o crescimento populacional e urbano, tornou o voto importante objeto de mercantilização por parte do coronel, porém com o passar dos anos causaria a sua decadência. Esse processo começaria na cidade onde seu relacionamento com os trabalhadores urbanos se enfraquece, devido às mudanças acima citadas. Há um aumento da participação eleitoral e os trabalhadores da cidade se tornam mais ativos na política, travando com o coronel um cabo de guerra pelo voto e o enfraquecendo na cidade.

Em 1964, quando se encerra o último ciclo de análise, o autor enfatiza uma comemoração dos coronéis, por ocasião do Golpe Civil-Militar, por acreditarem que este, impediria as reivindicações sociais que o governo Goulart vinha permitindo, e que poderiam abalar as bases de sustentação do coronelismo. Porém, a opção do governo militar pelo incentivo à entrada do capital estrangeiro, bem como, no investimento da modernização do capitalismo nacional, desfez essa expectativa inicial.

²¹ Cf.: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 399-400.

Mesmo assim, há uma permanência do poder local, como consequência da necessidade de votos que a ala governista carecia frente a uma oposição que ampliava seu voto na cidade. A garantia dos votos no campo servia de contra ponto à cidade. Daí, observa-se a manutenção do poder do coronel, que, de forma mais branda, se restringe ao campo. O fortalecimento do poder político permitido, somado ao fato de os governantes estaduais serem indicados, resultou em um maior acompanhamento das administrações municipais:

Amplia-se o papel do Estado na gestão do setor produtivo, reformulam-se os mecanismos de captação de recursos públicos com a reforma do sistema financeiro, a modificação no sistema fiscal e a elevação das tarifas dos serviços públicos²².

Portanto, esse maior controle diminui a autoridade pessoal do coronel, que se vê obrigado a acompanhar as mudanças, tornando-se um moderno chefe político.

Concordamos com Ibarê Dantas, quando demonstra a intermediação que o coronel exerce entre a população e o Estado. Constata-se, assim, tal posicionamento na família Coelho, em Petrolina. (sendo que esta relação mediadora, trata-se de uma forma de controle, e que se dá através de um mecanismo de troca, ou seja, onde se observa um ganho na concessão desta representatividade.

O controle da informação, pelos chefes locais, também é percebido por Ibarê Dantas, algo pouco observado por outros autores, o que consideramos de fundamental importância para esta dissertação, pois percebemos esta prática em Petrolina, num período em que o país e o Estado de Pernambuco faziam uso da imprensa como mecanismo de propagação de idéias.

Outro ponto observado por Dantas, que merece consideração, é a relatividade do poder do voto até 1964. Embora boa parte do eleitorado fosse analfabeta, os mecanismos utilizados para legitimação do poder alcançavam a todo cidadão, eleitor ou não. Além disso, a governabilidade não dependia apenas do voto, o que tornava importante adquirir prestígio não somente junto ao eleitor, mas, também, junto à aquele que, mesmo sem votar, podia legitimar seu poder político.

²² DANTAS, 1987, p. 34.

Segundo o autor, o coronel é um intermediário entre povo e Governo, com a função de manter a população sob controle. O coronel era um proprietário de terras que mantinha uma relação de cunho não-capitalista com seus comandados, de forma a fazê-los depender de suas terras e recursos. Somado a esta característica econômica, o coronel amplia seu poder através de comportamentos e regras que fortalecem laços de fidelidade e submissão, além de controlar a informação e evitar o acesso a outras posições políticas, privando o eleitor da opção.

A maior divergência, entre Dantas e outros autores, até agora trabalhados, é quanto à desvalorização do voto. Seu questionamento se dá pela constatação de que, no campo, quase a totalidade dos habitantes era analfabeta, o que lhes impossibilitava o voto. Para ele, mais importante que o voto seria a capacidade de coerção:

O controle da coerção foi de maior importância como fonte de poder político do que outro elemento qualquer. A vitória eleitoral, que legitimava os candidatos, guardava uma dependência maior do controle da coerção do que dos votos propriamente ditos²³.

O historiador José Murilo de Carvalho, em seu artigo *Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual*²⁴, faz uma análise dos termos utilizados, ao tratar do tema do poder local. Desde o início, ele esclarece que, apesar da grande quantidade de trabalhos escritos, não se chega a um consenso no que tange às relações entre poder local e nacional, o que resultou em uma estagnação com referencia à discussão do conceito. Assim, o artigo de Carvalho contribui para uma reflexão em torno das citadas nomenclaturas.

O autor, enfatiza ainda que o sistema coronelista tem uma datação histórica, estabelecendo um corte temporal para o mesmo, que encontra seu fim simbólico em 1930, com a prisão de alguns coronéis baianos, discondando assim, de Victor Nunes Leal, que propõe uma sobrevida ao sistema coronelista no período do governo militar no Brasil.

²³ DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: UFS, 1987. p. 24.

²⁴ CARVALHO, 1997, p. 229-250.

O segundo conceito analisado por Murilo de Carvalho, é o mandonismo que, diferente do coronelismo, não pertence apenas a um dado momento histórico, mas faz parte da conjuntura política brasileira e está presente desde a colonização. O mandonismo se refere àquele que controla uma população por ter um recurso vital em suas mãos e impede o livre acesso a este recurso. Isto nos remete à compreensão de que o mandonismo é uma prática do coronel. Sua tendência seria o desaparecimento por consequência do avanço dos direitos civis e, portanto, do acesso a esses recursos. Isto leva o autor a concordar novamente com Victor Nunes Leal, ao enxergar no coronelismo um momento do enfraquecimento do mandonismo.

Para Murilo de Carvalho o estudonismo, em um primeiro momento, contribuiu para enriquecimento do conceito de mandonismo e ampliou as características do coronel, que antes era visto essencialmente ligado ao latifúndio; com esses estudos pôde ser observado que o coronel também estava ligado a outras atividades, como o comércio, além de exercer diversas profissões. Em um segundo momento, a ampliação desses horizontes ultrapassou os limites cabíveis, e autores enxergaram os coronéis em diversas esferas: coronéis urbanos e, até mesmo, um coronelismo sem coronéis, o que prejudicou as pesquisas sobre o tema.

O último conceito abordado por José Murilo de Carvalho foi o clientelismo que, “de modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”²⁵.

O autor ainda esclarece que a prática clientelística pertence às relações entre atores do sistema político e, portanto, pode ser atribuído ao coronel, o que não significa que seja a mesma coisa, sendo, o segundo, mais amplo que o primeiro. O clientelismo seria mais semelhante ao mandonismo, seria a troca das ações mandonistas entre o poder local e o poder central. Assim, como o mandonismo tais práticas variam conforme o tempo.

As diferenças entre um e outro se tornam maiores quanto a sua temporalidade; o clientelismo não decresce, mas varia de intensidade e de parceiros, conforme as circunstâncias. O coronel é dispensável ao clientelismo, que age sobre diversos atores, e seu fim, somado ao declínio do mandonismo permitiu a ampliação das

²⁵ Ibidem, p. 233.

práticas clientelísticas. Assim, compreendemos que mesmo diante do declínio do coronelismo as práticas clientelistas persistiram no Brasil.

O autor conclui o seu trabalho, enfatizando a relação entre os três conceitos, como sendo semelhantes, porém com características específicas, demonstrando diferentes comportamentos históricos. Citando Raymund Buve²⁶, aponta para o dinamismo que possuem com o passar do tempo, revelando seu caráter histórico e sua complexidade. José Murilo de Carvalho não encerra a discussão e nem pretende fazê-lo, mas consegue nos esclarecer sobre as diferenças existentes em cada conceito, permitindo distinguir cada um deles.

1.2. Diferenças regionais entre o coronelismo no Norte e no Sul

Anteriormente, analisamos as origens, os conceitos e os continuísmos na busca sobre o sistema coronelista, compreendendo que o coronelismo está diretamente ligado às relações de poder político, com o objetivo de aprofundarmos o tema em estudo, procurando identificar questões comuns ou divergentes a determinadas regiões no que dizem respeito ao problema.

Em estudo mais recente, a cientista social Maria Auxiliadora Lemenhe tratou em sua tese de doutorado *Família Tradição e poder: O (caso) dos coronéis*, o poder da família Bezerra de Menezes, no Ceará. Utilizando como recorte temporal, as décadas que vão de 1960 a 1980, ela elucida os desdobramentos do coronelismo, antes tratado mais como projeção pelos que primeiro abordaram o tema, agora com a possibilidade comparativa entre o previsto e o que aconteceu de fato. Sua abordagem nos permite compreender a resistência dos coronéis em permanecer atuantes, sendo este, também, um dos motivos pelos quais nos estimulou ao estudo da família Coelho, em Petrolina.

A autora relembra as projeções de alguns dos autores aqui citados, que viam nas transformações do país pós 1930, no que tange à urbanização e à industrialização, um inevitável enfraquecimento do poder local, que de fato não ocorreram exatamente.

²⁶ Cf. BUVE, Raymond. (1992), Political Patronage and Politics at the Village Level. In: **Central Mexico**: Continuity and Change in Patterns from Late Colonial Period to the End of the French Intervention (1967). Bulletin of Latin American Research, vol. 11, n. 1, p. 1-28.

A permanência do poder local nos conduz à compreensão do por que e quais as características das adaptações que permitiram esta sobrevivência. Embora o recorte da autora seja a Cidade de Juazeiro do Norte, vemos que alguns pontos abordados podem ser observados em outros locais do Nordeste.

A explicação encontrada por Maria Auxiliadora Lemenhe seria a de que o processo industrial no Nordeste foi tardio, argumentando, ainda, que essas transformações não foram tão impactantes para a Região como para o Sul do país, fazendo com que aquela Região permanecesse com características contrárias a uma nova proposta de industrialização do país.

Mesmo diante de tal constatação, Lemenhe observa a apropriação por parte de alguns grupos que se aproveitam das transformações para ascender enquanto oposicionistas, promovendo um discurso de modernização e ruptura com o poder oligárquico, constituindo-se em uma burguesia industrial, inserida nos interesses do Estado, ao invés de se contrapor a ele.

Inaugura-se aí uma polarização ideológica que faz da negatividade da tradição o núcleo da argumentação discursiva das forças políticas que buscam a hegemonia política no Ceará [...]. Pode-se dizer que a auto-representação como “modernos” seria uma estratégia discursiva que remete a identificação dos “novos” como uma parcela do poder burguês nacional e, nesta condição, superiores no confronto com os “tradicionais”, expressão de um poder regional/local e, como tal um poder menor ou decadente²⁷.

Apesar da clara opção de alguns em acompanhar o projeto industrial do Estado, percebe-se a opção de outra parcela que escolhe permanecer com seus latifúndios, resultando na permanência das características agrárias na Região Nordeste que, por isso, permanece dependente do poder público.

Acreditamos que a família Coelho não se enquadra na última opção, uma vez que optou por seguir a tendência modernizadora, investindo na industrialização, o que fez a diferença dos demais políticos em disputa pelo poder em Petrolina. A análise de Maria Auxiliadora Lemenhe, relativa à política no Ceará, na segunda

²⁷ LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder**: o (caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME; Fortaleza: Edições UFC, 1995. p. 20.

metade do século XX, tem muita semelhança como que ocorreu na Região do São Franciscano com a família Coelho, aproximando-se de uma posição de vanguardismo, no que tange às transformações do período varguista.

Em uma análise nas Regiões Sul e Sudeste, foi observado um equilíbrio entre as oligarquias e o governo que, por consequência da prevalência de interesses partidários, fortaleceu os partidos que submetiam os coronéis aos seus interesses. É o que nos esclarece a historiadora Maria Lucinete Fortunado, em seu livro *O Conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*, quando afirma que: “os partidos republicanos serviram como meios duráveis e maleáveis de mediação nas lutas entre os coronéis, bem como da relação destes com o Estado”²⁸.

Em contrapartida, ao observarmos a Região nordestina, percebemos que há um confronto entre oligarquia e partido, porque prevalecem os interesses individuais. A explicação para estas diferenças regionais foi encontrada em Edgard Carone²⁹, que atribui ao desenvolvimento econômico de cada região a produção de diferentes situações históricas. Nessa Região, na qual a economia e a política são mais frágeis, há uma maior liberdade e, portanto, os interesses pessoais afloram. Consequentemente, os conflitos políticos são mais constantes do que no Sudeste, estando esses conflitos muitas vezes carregados de cunho pessoal.

A interpretação da função conciliadora dos partidos políticos condiz com a perspectiva petrolinense, pois diante da proximidade do processo de redemocratização, o PSD tentou convergir em sua legenda todos os “coronéis” da cidade, o que, na prática, provocou uma divisão dentro do partido, justamente devido a interesses pessoais.

Com partidos fortes, o coronel do Sul seria um “coronel burocrata”, expressão de Eul-Soo Pang, enquanto no Nordeste, o coronelismo seria “não institucionalizado” resultado do não desenvolvimento de partidos fortes³⁰.

²⁸ FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande: EDUEFG, 2008. p. 118.

²⁹ CARONE, Edgard. **A República Velha**. Instituições e classes sociais. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1978. p. 260.

³⁰ Cf. PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943)**: A Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: civilização brasileira 1979.p.59.

O que caracteriza o coronel de cada região são as condições sócio-econômicas encontradas, assim, o pouco desenvolvimento econômico e industrial da Região nordestina, permite um controle maior do coronel sobre a terra e os meios de produção, o que concede, aos mesmos, subjugar o trabalhador à condição de dependente dele.

Essa interpretação sobre o Nordeste condicionaria o poder do coronel ao atraso econômico e, alguns dos autores já citados neste trabalho, concordam com essa hipótese, pois o advento da industrialização dataria a decadência do coronelismo, permitindo apenas a permanência deste controle através de adaptações às mudanças ocorridas na Região.

A historiadora Rejane Vasconcelos Carvalho, em seu artigo *Coronelismo e neocoronelismo: eternização do quadro político do nordeste* aponta para os perigos de se procurar encaixar o coronelismo em um período posterior ao que lhe é atribuído, nomeando de neocoronelismo as permanências das práticas clientelísticas na Região, legitimando um discurso que eterniza o poder dos coronéis, colocando-os como capazes de suplantar o Estado e suas mudanças, além de colocar o trabalhador rural como um mero ator passivo na história, limitando-o a sofrer os efeitos colaterais de uma queda-de-braço entre o poder local e o poder central³¹.

Assim, a autora defende que não se podem tratar as relações entre coronel e a população como um processo unilateral, no qual a população seria meramente manipulada. É extremamente importante levarmos em conta que nesse período há uma ampliação da participação popular nas questões políticas. Não perceber isto, seria ignorar a tradição que Pernambuco tem da participação popular, por isso abordaremos, também, no nosso trabalho, além das práticas coronelísticas, a percepção do povo diante de tais manobras, sua aceitação e os motivos, procurando esclarecer tais relações de força presentes no período Vargas.

A autora ainda aponta que essa atribuição a um continuísmo dos coronéis no Nordeste é utilizada como uma estratégia política para ascensão de novos atores políticos que, primeiramente, atribuem ao atraso da região como consequência destas permanências para, num segundo momento, lançarem-se como motores de

³¹ CARVALHO, Rejane Vasconcelos. Coronelismo e neocoronelismo: eternização do quadro de análise política do Nordeste?. **Revista Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, v. 3, n.2, jul./dez. 1987. p. 203.

uma modernização que romperia com esta estagnação, ou seja, ela percebe no jogo político o uso de conceitos que auxiliam determinados grupos a se posicionarem num cenário que lhes favoreçam. Tal observação é bem presente no Governo Vargas que se auto intitulou de uma ruptura com a Velha Oligarquia, cujo posicionamento a família Coelho também adotou.

Para a autora, o coronelismo não foi superado na esfera da Região, diferentemente do Sul. As práticas coronelísticas em nossa Região se tornaram “tradicionais” deste sistema e responsáveis por muitos males por nós herdados.

Eul-Soo Pang, em seu livro *Coronelismo e oligarquias (1889-1943)*, analisa o coronelismo na Bahia, acompanhando as justificativas socioeconômicas que explicariam a atemporalidade do coronel, observando um coronelismo fragmentado na Bahia, onde destaca uma diferenciação entre o Norte e o Sul baiano. Lá, no Recôncavo Baiano, ele vê características de uma política mais centralizada, na qual foram observadas alianças intermunicipais entre coronéis, com características econômicas voltadas para a produção do açúcar, o comércio e a pecuária, enquanto no Norte, Região do Vale do São Francisco, onde está Petrolina, possui características econômicas mais voltadas para o comércio. Aí haveria uma política mais maleável e insurgente contra o poder do Estado e os partidos estaduais³².

As relações sociais provenientes dos sistemas de produção, diferentes no Recôncavo Baiano, resultaram numa maior influência do coronel do Norte sobre sua Região; sua insurgência contra o Estado enfraquecia o partido, enquanto sua imagem pessoal sobressaía. Assim, as práticas coronelísticas do Norte, estariam mais ligadas às especificidades de cada coronel. Consideramos essa afirmação coerente, ao observarmos que a região de Petrolina se desenvolveu muito industrialmente, após nosso período de estudo, por consequência da absorção do pensamento do patriarca da família Coelho.

Eul-Soo Pang classifica em seu trabalho alguns tipos de coronéis, como o proprietário de terras, principal tipo brasileiro, e que estão presentes em algumas regiões mais que em outras. Dentro deste mesmo tipo, existem diferenças. Neste caso, que atribui à posição geográfica: o proprietário de terras do litoral estava ligado à economia nacional e ao poder central, sujeitando-se à atuação do Governo

³² Cf. PANG, 1979. p. 70-76.

Estadual para resolução de conflitos e exercendo um controle regional permitido e participativo, que se somava ao Estado. Já o proprietário de terras do sertão, por ser mais insurgente ao controle governamental, resolvia seus conflitos através do uso da violência. A Região do Vale do São Francisco está inclusa como parte desse interior e os conflitos existentes na Região tinham como característica outras formas de violência por parte do chefe local, mais sutis, porém igualmente agressivas.

Outro tipo citado por ele, e de importância relevante para nosso estudo, é o coronel comerciante:

O costume luso-brasileiro de coroar o sucesso econômico tornando-se proprietário de terras ainda prevalecia na Primeira República, nas capitais e nas cidades costeiras e do interior, o poder político dos comerciantes começou a superar o da classe de proprietário de terras³³.

A Região do Vale do São Francisco estabelecia a ligação do interior com centros importantes, exportando mercadorias agrícolas ou industriais, estabelecendo uma relação direta com o litoral.

Torna-se, ainda, de grande importância para nosso estudo a figura do coronel industrial, raro na Região nordestina, onde, sabemos, a agricultura sobrepujava a indústria. Isto não vai impedir a existência de redutos industriais, com o domínio dos “capitães da indústria”, com um operariado dependente, servindo de curral eleitoral.

Por fim, o último tipo de coronel citado por Eul-Soo Pang, e que pode ser observado em nosso estudo, é o coronel guerreiro:

Como ele constituía a mais alta forma de um dominador não feudal, a posse territorial de um guerreiro era legalmente reconhecida pelo Estado e pela Federação. Encontrado com maior frequência no sertão [...] o coronel-guerreiro provinha das fileiras dos proprietários de terra, dos comerciantes e dos padres. A essência de sua legitimidade como senhor guerreiro não se baseava no seu prestígio sócio-econômico por uma determinada ocupação, mas sim em sua habilidade em agir como um líder tribal para congregar as oligarquias regionais. A

³³ Ibidem, p. 57.

violência e o carisma pessoal eram fatores nos quais se equilibravam a vida e a morte de um senhor-guerreiro em política³⁴.

Tal atitude colocava esse tipo de coronel muitas vezes em oposição ao poder central, estabelecendo-se uma disputa política e uma polarização de força, o que, no fim, contribuía para a arregimentação de forças locais que o conduzia à frente dos opositores, cujo mecanismo, muitas vezes utilizado pelos Coelhos, na política local, como veremos mais adiante.

Eul-Soo Pang ressalta, ainda, a dificuldade de controle dos coronéis do sertão, por parte do poder público. Para isto, chega a afirmar que, após a República, nenhum governador conseguiu controlar a Região. Para ele, as lutas entre coronéis do interior reformulavam o poder dos clãs, que se reforçava através de laços familiares e econômicos com outros atores da política sertaneja.

Para este autor, a “revolução de outubro de 1930”, apesar de ter assassinado vários coronéis baianos, não significou uma grande mudança do sistema e, sim, uma nova fase, uma vez que o clientelismo continuou, mudando, apenas, a esfera mais alta do poder, que passou a negociar com os clientes antigos do Estado: os coronéis.

Segundo ele, a principal consequência da Revolução para as disputas políticas teria sido:

Transformar o coronelismo oligárquico e integrá-lo na política nacional. O primeiro passo em direção a uma modernização foi dado quando Vargas começou a estruturar a verdadeira integração nacional de diversas forças políticas e sociais em que certa época haviam permanecido na periferia de Primeira República. O coronel, anteriormente, altamente personalista, tornou-se um membro do partido disciplinado, senão submisso³⁵.

O autor reconhece as mudanças econômicas e políticas ocorridas a partir de 1930, no entanto, não vê nestas mudanças o fim do coronelismo, mas um momento

³⁴ Ibidem, p. 58.

³⁵ Ibidem, p. 232.

de adaptação a estas mudanças, o que, como já observamos, está em atrito com os conceitos abordados por José Murilo de Carvalho, tratando-se de uma tentativa de continuísmo forçado do coronelismo, encaixando o sistema em diversos momentos e generalizando o conceito. Quando Pang fala em “continuação do clientelismo”, consideramos se tratar da manutenção de práticas usadas no coronelismo, o que de fato ocorreu.

O trabalho de César Barreira, *Trilhas e Atalhos do Poder*, começa estabelecendo a ação do coronel no sertão cearense com o impedimento da participação política do camponês. Para ele, nos grandes momentos da história do Brasil, ocorreu no sertão uma relação entre iguais, no rearranjo das mudanças estruturais, ou seja, o Estado em formação ou a burguesia industrial em ascensão estabeleceu uma relação de força com os decadentes proprietários de terra, concentrados no Nordeste que, mesmo em desvantagem, permanecem no cenário político, posicionando-se entre o poder emergente e o povo, que permanece ainda sob seu controle.

Assim, os coronéis, apontados como a conexão entre as classes desfavorecidas, o Estado aparece fortificado no novo cenário político, econômico e legislativo que se forma. “A dependência dos camponeses em relação aos senhores de terra não só decorre da natureza das relações de produção predominantes no sertão, mas, também, das funções que são outorgadas pelo Estado a esses senhores³⁶.”

Essa posição de mediador é permitida através da legitimação que, não necessariamente, é conquistada pelo uso da coerção e, sim, do consentimento conseguido pelo uso de estratégias de lealdade e compromisso moral. A parte de lealdade e compromisso do coronel com a população se dava através do poder concedido pelo Estado.

César Barreira estabelece três fases para o coronelismo: desde o começo da República até 1933, elas seriam marcadas pelo uso da violência e pelas fraudes, através do sistema de “bico de pena”; a partir de 1945, o valor que o voto passou a ter direcionou o poder do coronel à capacidade de comprá-los e não mais conquistá-

³⁶ BARREIRA, César. **Trilhas e Atalhos do Poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1992. p. 18.

los. Esta fase ainda conta com novos atores políticos, tais como os cabos eleitorais³⁷.

A terceira e última fase se daria a partir de 1960, quando a relação de lealdade e compromisso entre os senhores de terras e trabalhadores do campo se desfaz, trazendo como consequência a expulsão destes de suas terras e da troca da cultura do algodão pela pecuária. Esta fase seria consequência do enfraquecimento das relações entre senhores de terra e trabalhadores do campo, devido ao fim da dependência pessoal e da ampliação da luta pelos direitos do campo, o que resultou num aumento do uso da violência através de pistoleiros.

O autor observa, ainda, a relação senhor de terra e trabalhador rural, sob viés marxista, ou seja, a luta de classes, percebendo que as mudanças das relações de trabalho, resultam na luta do empregado rural em busca dos seus direitos e sua atuação como sujeito histórico, o que, no seu entendimento, de quase nada adianta, uma vez que o coronelismo adquire uma nova roupagem ao se “empresariar”, apenas, alterando as práticas de controle sobre o trabalhador rural.

Na historiografia atual, o trabalho de César Barreira poderia ser apontado como superado, por desconsiderar os trabalhadores rurais como sujeitos históricos, colocando-os como objetos de barganha nas disputas políticas entre o poder local e o poder público, numa divisão dicotômica e simplista, vista de cima para baixo.

Logo, os trabalhadores rurais são vistos como uma massa manipulada sem qualquer capacidade crítica ou de organização. O que nos conduziu em um segundo momento, a um questionamento acerca da manipulação da população para obtenção da confiança imprescindível ao poder do coronel. Procuraremos esclarecer até que ponto a população foi manipulada ou se aproveitou deste discurso para também obter vantagens antes não concedidas, fazendo emergir seu real papel de sujeito histórico no cenário político.

A historiadora Linda Lewin, em seu livro, *Política e Parentela na Paraíba*, reforça a característica das relações de parentesco entre os atores políticos nordestinos como mecanismo de poder, destacando a sua permanência no cenário político, o que resulta no controle do poder local mesmo diante dos diferentes

³⁷ Cf. Ibidem, p. 46.

momentos históricos; algo que se faz presente até os dias atuais na Região do Vale do São Francisco.

Lewin usa o termo parentela, porque o termo parentesco comporta apenas os parentes consanguíneos, o que, na sua visão, limita a rede de relações políticas que vão além do parentesco consanguíneo que, por sua vez, é mais limitado do que o termo parentela. O conceito de parentela inclui também o parentesco por afinidade.

A autora atribui o surgimento das oligarquias ao Segundo Império, observando, desde este período, a formação das relações de parentesco dos grandes clãs familiares e em relação ao sistema eleitoral do Império. Assim, generaliza-se o poder local em todo território brasileiro.

O modelo de organização da Paraíba parece ter sido típico do nordeste brasileiro e similar ao da maioria dos outros estados mais subdesenvolvidos [...] a cultura política impedia o aparecimento de outros grupos funcionalmente específicos porque reforçava os laços corporativos das famílias, do clientelismo, da igreja e dos militares³⁸.

Lewin deixa bem claro que as oligarquias de base familiar é uma característica geral no Brasil, mas que, nas regiões menos desenvolvidas como o Nordeste, elas têm uma importância primordial. A autora destaca ainda a dependência das práticas clientelísticas na política brasileira e a necessidade de um estudo que fosse além das instituições formais de poder e que procurasse alcançar essas relações tão presentes no cenário político, bem como suas características. Concordando com a autora, o principal objetivo de nossa pesquisa é, justamente, preencher essa lacuna, com o estudo do fenômeno presente na cidade de Petrolina.

Outro fato interessante, observado pela autora é o que diz respeito à:

A prática generalizada até o final do século passado [século XIX] favoreceu a tradição de fazer derivar do estoque de nomes pertencentes aos ascendentes diretos, do mesmo sexo, a atribuição tanto dos nomes próprios como dos sobrenomes de um indivíduo. Assim, os nomes próprios femininos tendiam a

³⁸ LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 120-125.

refletir os prenomes de ascendentes diretos femininos – mães, avós e bisavós. [...] Os homens, analogamente, derivavam seus nomes e sobrenomes de seus ascendentes paternos [...] Visto que os estoques de nomes das famílias permaneciam normalmente muito limitados, a redundância, que podia induzir a confusão, era evitada pelo uso vernacular de acoplar apelidos estandardizados ao nome do proprietário³⁹.

No caso dos Coelhos em Petrolina, foi o apelido que caracterizou o patriarca e, só posteriormente, foi o sobrenome da família que passou a ser uma distinção perante as outras. Linda Lewin, destaca a importância da nomenclatura quando afirma que “pertencer a uma parentela, uma família extensa, constituía a sua mais importante afiliação organizacional”⁴⁰, já que existia uma vinculação estreita entre parentesco e política. Os filhos presentes numa parentela formavam parte de um todo que alcançava uma extensão de relações com outros setores políticos e geográficos. Na concepção de uma família extensa, com uma cultura de valorização regional, criam-se as condições de formar uma oligarquia local, pois:

O grupo de descendência bilateral de um indivíduo, incluindo os ascendentes maternos e paternos e os descendentes lineares de várias gerações. Dela faziam parte também os colaterais consangüíneos – tias e tios ou sobrinhos e sobrinhas. Pertencia ainda à família extensa, entretanto, uma numerosa população de parentes não consangüíneos: [...] incorporados nos seus limites os parentes afins, ou ingressos na família através dos casamentos, e os pretensos parentes, nela incluídos através de uma relação ritual (compadrio cerimonial) ou de uma relação de adoção (o criado na família, assim reconhecido civil ou costumeiramente)⁴¹.

A rede de relações se tornava flexível, agregando aliados e estabelecendo-os como membros desta parentela; assim, contribuía na organização do eleitorado local, arregimentando votos e defendendo interesses partidários na Região.

A autora segue a tendência geral, ao estabelecer a primeira metade do século XX como marco de alterações no quadro das relações políticas. A diferença é que,

³⁹ Ibidem, p. 120-125.

⁴⁰ Ibidem, p. 116.

⁴¹ Ibidem, p. 117.

para ela, desde 1920, já há mudanças significativas no campo econômico e político. Para tanto, atribui à revolução de 1930 uma consequência de iniciativas governamentais de dez anos antes, que já realizaram um processo de expansão do poder estatal e enfraquecimento do poder local. Ela segue concordando com um declínio desse poder ao longo dos anos 1940.

Para Linda Lewin, a permanência dessas famílias no cenário político só ocorreu porque não foi realizada uma mudança sócio-econômica, não eliminando, por completo, as características do Estado brasileiro. Há uma mudança de dependência das relações de parentesco para relações de amizade política. O poder local, cuja sustentação tem a base familiar, permanece enfraquecido.

Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, no livro *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste* sintetizam bem as diferenças e semelhanças do coronelismo nordestino e, assim, como Eul-Soo Pang, aponta divergências entre os coronéis do agreste e do sertão:

O que os distingue é o mundo que os cerca, diverso em suas paisagens, nos modos de produção, nos níveis de riqueza acumulada, nas molduras sociais, nos hábitos de viver, em algumas representações ideativas... Sendo em geral muito inteligentes e perspicazes, anteciparam-se às mudanças e inovações que, no período examinado por este livro ameaçaram seus mundos; apropriando-se delas. Tornaram-se, assim, os veículos de transformações que terminaram por destruir as próprias bases de sustentação. Nisto eles se diferenciavam dos coronéis do açúcar, mais conservadores e reativos, talvez porque mais conscientes do que poderiam significar, para eles, o desenvolvimento e a modernidade⁴².

1.3. O poder local em Petrolina

As pesquisas específicas relativas ao poder local em Petrolina, deram como frutos, alguns estudos acadêmicos bastante pertinentes. O primeiro trabalho que nos chamou a atenção foi *Coronéis sem patentes: a modernização conservadora no sertão pernambucano*, da historiadora Tereza Cristina Leal Serejo que restringe sua

⁴² VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.25.

análise a dois períodos: 1912 a 1947, momento que perpassa o nosso período de estudo e, de 1947 a 1955, parte principal de sua dissertação.

No primeiro período analisado, a autora identifica no coronelismo petrolinense, relações peculiares ao sistema patrimonial e patriarcal, tais como, o compadrio, o controle de cargos-chaves da administração municipal, benefícios eleitoreiros, o voto de cabresto, etc, com o objetivo principal da obtenção do poder político local, a ponto de, em alguns momentos, os aspectos ideológico-partidários serem totalmente renegados a segundo plano. Este fato foi identificado, perfeitamente na nossa pesquisa, quando foi observada a disputa pelo poder político, no momento em que a família Coelho passou a atuar na figura de seu patriarca Clementino Coelho.

Tais afirmações condizem claramente com a trajetória política de Clementino de Souza Coelho. Este, primeiramente se associou à família Padilha, a qual detinha a hegemonia política em Petrolina durante o período Vargasista, aproveitando as relações que os mesmos mantinham com os Souza, um ramo da família Coelho. Posteriormente, em uma oportunidade de disputa política, rompem com os Padilha, sem considerar os acordos passados.

Tais características, observadas nos coronéis de Petrolina, pela autora citada, tem sustentação nos escritos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, quando afirma que, possuir fortuna era fator fundamental para o controle do poder local⁴³. “Na cidade são franciscana de Petrolina, encontramos as lideranças políticas locais associadas, não só às propriedades territoriais, mas, sobretudo, às atividades comerciais”⁴⁴.

Como exemplo, Serejo se reporta a José Rabelo Padilha, coronel enriquecido através de atividades comerciais, grande comerciante de peles e couros do São Francisco, que possuía uma casa comercial em Petrolina, além da fazenda Murrinhos.

Por outro lado, Clementino de Souza Coelho, o “coronel” Quelê, filho de pequenos proprietários, tornou-se também um grande comerciante, dono e fundador

⁴³ Cf. QUEIROZ, 1976. p. 123, 173-174.

⁴⁴ SEREJO, Tereza Cristina Leal de. **Coronéis sem patente**: a modernização conservadora no sertão pernambucano. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979. p. 123.

da C.S. Coelho & Cia, firma que comercializava produtos como: caroá, mamona, carnaúba, algodão e também couros e peles.

Outro comerciante foi o capitão aposentado da Guarda Nacional, Antônio Gomes de Sá, enriquecido com o comércio de peles e couros, dono da fazenda Tapuio. Mais tarde, seu genro, João Ferreira da Silva, o “João Barracão”, assume esses bens e, ao entrar para a política durante do período Vargas, teria nos Coelhos seus adversários políticos.

No entanto, acreditamos que condicionar a ascensão política de um coronel à posse de bens e de fortuna, tornaria simplista a discussão desses mecanismos de poder local, reduzindo-a, apenas, ao poder econômico.

Na presente pesquisa, observamos que, na década de 1930, a principal liderança política em Petrolina, foi o Prefeito, o Dr. Pacífico da Luz, médico de formação e, portanto, não exatamente comerciante ou latifundiário, apesar de ter algumas posses. Além disso, percebemos que outros mecanismos de poder foram importantes para a afirmação de lideranças locais. Voltaremos a essa discussão no decorrer do nosso estudo.

Outro ponto observado por Serejo diz respeito às condições regionais e climáticas – a caatinga, que não permitiu enriquecimento apenas através do latifúndio, mas, também, através do comércio de produtos regionais, necessários à subsistência da população, uma vez que o Vale do São Francisco ainda não estava preparado para a agricultura. Daí, a necessidade de importação de mercadorias de outras regiões.

Vale ressaltar que a atividade comercial teve um papel importante para o fortalecimento dos Coelhos na Região, a qual vai ampliar sua fortuna, assim como seus contatos e aliança com grupos seletos de pessoas, entre eles, coronéis e comerciantes. Essa atividade vai dar-lhes importância e reputação, ajudando na construção de uma imagem positiva perante a sociedade⁴⁵. Essa rede de relacionamentos foi usada pela família Coelho como fator importante para seu fortalecimento político, ao se associarem economicamente como famílias tradicionais da Região.

⁴⁵ RIVAS, Lêda. **Nilo Coelho**: breve roteiro de um visionário. Recife: A Assembléia. 2001. p. 41.

Outros meios de ascensão social característicos do coronelismo, em Petrolina, foi o enriquecimento por herança e pelo casamento. Vemos, na história, condições que permitiram a ascensão da família Coelho na política local.

Apesar da industrialização que, cada vez mais, esteve em pauta a partir de 1930 em todo território brasileiro. A partir de 1930 esta industrialização se deu de forma diferente em cada região do país, seguindo uma divisão do trabalho em nível nacional, cabendo ao Nordeste à concentração do desenvolvimento de uma industrialização voltada para agropecuária⁴⁶.

Quando a necessidade de industrializar o país passou a compor as ações dos políticos que tentaram se associar ao novo Governo, na intenção de se firmarem como vanguardistas das novas necessidades mundiais, a autora deixa de abordar pontos pertinentes a essa etapa, o que constitui uma lacuna observada em sua obra. Assim, procuraremos abordar a apropriação que os Coelhos fizeram deste discurso, para ascenderem politicamente. Neste trabalho, tentaremos preenchê-la, analisando como eles se aproximaram de uma imagem industrializante para ascenderem politicamente.

O período estudado em que Tereza Cristina Serejo se detém mais demoradamente é posterior ao que nós nos propomos a estudar, ou seja, a partir de 1955, quando considera ser o marco da hegemonia da família Coelho na Região. O seu objetivo principal é observar as relações da família Coelho com o poder estatal, através do uso da máquina pública, em benefício próprio e com o poder de barganha junto aos seus aliados.

O estudo das décadas que antecederam o período de interesse da autora e que não fizeram parte da sua análise é fundamental para se compreender como essa hegemonia da família se instalou, bem como os mecanismos que permitiram essa ascensão. Tal aspecto, aprofundaremos em nossa análise.

Outro autor que estuda o coronelismo em Petrolina é Ronald Chilcote em seu livro *Transição capitalista e classe dominante do Nordeste*, no qual começa descrevendo as condições regionais do Vale do São do Francisco, e resultaram em especificidades sociais econômicas e políticas para o desenvolvimento da cidade,

⁴⁶ FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano**, v 11: Economia e Cultura (1930-1964). 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 158

utilizando-se da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a qual lhe estimulou o interesse pela Região. Chilcote aponta como a mais antiga, pobre e populosa do Brasil, com sua paisagem semiárida, que nada tem de convidativa, parecendo querer expulsar os que para ali se aventuram a ir, devido a suas constantes secas.

O autor utiliza este cenário de calamidade para explicar o surgimento de figuras próprias da região, resultado das condições da mesma. Entre estas figuras, está o coronel.

Percebemos, em nossos estudos, que o abandono da Região é um fator que contribui para a apropriação de seus recursos escassos, por uma pequena parcela de membros políticos, que utilizam este abandono como fator de agregação política e populacional. O corriqueiro uso da violência na Região, como meio de imposição do poder e disputa entre famílias, é analisado pelo autor, porém, embora encontremos casos do uso da violência e de meios desonestos nas disputas eleitorais, fazemos uma ressalva a Chilcote, por perceber que este não foi o fator determinante no caso de Petrolina, mas a articulação política, as alianças e a união por casamentos, mecanismos bem mais eficientes no caso estudado. A lei é apresentada como sujeita aos proprietários de terras, sendo corrupta e parcial, reduzindo-se a um instrumento usado pelas classes dominantes, na defesa de seus privilégios e propriedades.

O autor em referência atribuiu o poder político da Região a um pequeno grupo de famílias que detêm grandes propriedades e a uma elite política que procura se apoderar de cargos públicos para lucrar com estes cargos e com o poder que eles concedem. A elite política passa a receber apoio da classe dominante, a fim de conservar a hegemonia das famílias que a constituem.

O poder da classe dominante na Região estudada seria, para o autor, acima de tudo, patriarcal, cabendo ao homem a tomada das decisões. Concordamos, em parte, por entendermos que as mulheres, na época, não exerciam atividades na vida pública com a mesma intensidade que os homens, sujeitando-se, antes, às decisões finais tomadas por aquele que detém o controle econômico da família. A historiografia atual, porém, já nos permite vislumbrar que a atuação da mulher se dava nos bastidores e, mesmo sem uma atuação de forma clara na política, sua posição sempre pesa nas decisões familiares. Em nossa pesquisa, observamos a presença de determinadas mulheres que atuam de forma decisiva em muitos

momentos, como a esposa de seu Quelê, Dona Maria Josepha Coelho, o maior exemplo desta situação.

Ronald Chilcote explica que esse sistema patriarcal seria uma espécie de clã, composto pelo casal, seus filhos e parentes próximos estendendo-se a afilhados e aliados políticos, o que nos revela uma complexa rede de relacionamentos bem observada no caso petrolinense. A existência de clãs, para o autor, viria desde o período colonial, estendendo-se ao Império, quando se tornou clã eleitoral, dominando a política municipal. Diminui com a República, mas permanece no sertão. Estes clãs disputam o poder local e o prestígio através de embates sangrentos, algo que, na realidade, ocorreu com frequência, no século XIX. O desejo pela terra foi o motivo inicial, resultando em grandes extensões de terras, além de uma economia agrária que subjugou o país aos latifundiários. O desenvolvimento do país é apresentado como que ligado ao individualismo e independência dos proprietários de terra, o que deu mais importância às disputas municipais do que às estaduais.

Concordando com a maioria dos autores, Chilcote atribui a “revolução de 1930” à ampliação do poder, por parte do sistema federativo, alcançando os municípios, enquanto o poder executivo estadual se apropriou de funções legislativas e judiciais. Tal processo resultou no declínio dos proprietários rurais, em consequência do desenvolvimento econômico da Região, através da vinda de capital nacional e estrangeiro, visando a combater seus problemas climáticos.

O autor mostra que durante a Segunda Guerra Mundial, os chefes locais passaram a possuir fábricas para, processar os produtos agrícolas produzidos na região, processo facilitado porque a região estava protegida devido ao seu isolamento físico proveniente das dificuldades características do interior brasileiro, além da proteção política, contra uma eventual competição com o litoral mais industrializado. Este investimento atraiu novos parceiros comerciais na região nordestina e fortaleceu o poder local. A família Coelho foi a grande responsável por tais investimentos em Petrolina adquirindo as vantagens locais desta industrialização.

Nos estudos sobre o coronelismo em Petrolina, o que chama a atenção em autores como Serejo e Chilcote é a preocupação em colocar como fator determinante, para ascensão política do coronel, a sua fortuna e consequente poder

econômico. Vemos o fato como uma dedução simplista, haja vista que a afirmação política do coronel se dá por vários fatores sendo, o econômico, apenas um deles.

Percebemos a não observância do uso de outros mecanismos utilizados para o alcance do poder. A construção de uma rede de alianças, através do comércio, com pessoas influentes e o uso de utilização de jornais, para construção de uma imagem. Questões bem presentes na vida política petrolinense que procuramos esclarecer nesta pesquisa.

2. A REVOLUÇÃO DE 1930 E SUAS PERMISSIVIDADES

2.1. O Brasil de Vargas: virtudes e vícios

A revolução de 1930 marca o esgotamento de um modelo político e econômico e o início de outro, com novas formas e atores moldados às novas situações apresentadas. Representou mais um momento de adaptações do que propriamente de mudanças, mas que abriram espaços, permitindo ascensão política de alguns, algo antes difícil, diante da estrutura rígida montada pela política dos governadores⁴⁷.

Em fins 1929, o então Presidente da República Washington Luís insistiu na candidatura de um paulista para seu sucessor, rompendo, assim, com a política do café-com-leite, na qual paulistas e mineiros, ou respectivos aliados, alternavam-se na presidência da República. Esta atitude uniu mineiros e gaúchos contra os paulistas através da candidatura de Getúlio Vargas, que tinha como seu vice o paraibano João Pessoa, cuja candidatura simbolizava uma integração nacional, através do equilíbrio entre forças do Norte e do Sul.

Aproveitando-se do momento histórico, Getúlio Vargas, desde sua campanha presidencial, atacava as bases da República Velha, culpando-a pela ausência de um Estado forte e centralizado. O objetivo era transmitir a ideia de ruptura com o passado oligárquico; para isto, Vargas apresentou novas propostas, que iam de encontro ao governo. As novas palavras de ordem eram industrialização e democracia que se confrontava com o passado ruralista e dominado por elites locais.

Para isto, propôs-se o incentivo à produção nacional, procurando diversificá-la, além do café paulista; implementação de medidas trabalhistas, anistia e reforma eleitoral.

A política alternativa, proposta pela Aliança Liberal, permitiu, inicialmente, um encaixe de todos os grupos contrários à velha oligarquia num esforço maior, para pôr fim ao controle da mesma. Além de atrair a classe média urbana, agradou outras lideranças regionais, as quais não dispunham do mesmo prestígio com o então

47 Arranjo promovido durante o governo de Campos Sales (1898-1902) que tinha por objetivo: “reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes [...] enquanto estes, em troca apoiariam a política do Presidente da República” (FAUSTO, 2008, p. 258-259).

Presidente da República, como a elite cafeeira. Elas viram, nesta oportunidade, a chance de se inserir na política brasileira ou adquirir o prestígio dado a outros.

Somada a esta alternativa política, frente, há anos, de um modelo político estagnado, o Brasil sofreu os impactos da crise econômica mundial de 1929. Extremamente dependente das exportações do café e com políticas protecionistas, a produção se estendeu com rapidez, ocorrendo um aumento de empréstimos a juros altos para investir nesta ampliação. A crise faz os preços internacionais caírem, conduzindo os fazendeiros à bancarrota e gerando atrito dos mesmos com o Governo Federal, que se recusou a atender suas exigências.

O sistema eleitoral controlado pelo Governo garantiu a vitória dos governistas, mas o assassinado de João Pessoa candidata a Vice-Presidente pela Aliança Liberal, impulsionou a tomada do poder por Getúlio Vargas, trazendo com ele outros atores políticos. Assim:

Vargas se tornaria a principal liderança do movimento de 1930, ascendeu à presidência num quadro de rearranjos das oligarquias regionais abaladas com a grande crise de 1929. Instaurou-se um novo sistema de poder, combinando ideias de reforma de uma nova burguesia liberal-conservadora, porém modernizadora, com práticas neocoronelista e burocráticas na máquina do Estado, mobilizador das ações populares do mundo do trabalhismo. Sistema complexo, do qual o próprio getulismo tornou-se a expressão mais forte⁴⁸.

Neste momento, sem grandes mudanças, foi feito um rearranjo de forças políticas, na qual foi possível a ascensão de Vargas e outros que, como ele, disputavam o poder, num processo que alcançou também as esferas estaduais e municipais, ocasionando uma oportunidade para a família Coelho articular sua ascensão em Petrolina.

A crise econômica abriu espaço para um novo modelo modernizador, que antes já apoiado por determinados setores durante a campanha presidencial, adquiriu ainda mais adeptos com a crise de 1929. Após 1930, muitos se apropriaram

⁴⁸ MOTA; LOPEZ, 2008, p. 640.

desse novo modelo econômico, para adquirirem prestígio com a imagem de ruptura com o passado, os Coelhos se inseriram como expoente regional dessas mudanças.

Nos países em que o capitalismo se desenvolveu tardiamente⁴⁹, o desenvolvimento aconteceu através de estruturas tradicionais que, para permanecer no poder, se adaptaram através de uma modernização híbrida, feita por outros atores que não os europeus⁵⁰. Tal processo é visto pelos historiadores como uma “modernização conservadora”⁵¹, em que o Estado muda sua política econômica sem alterar seus mecanismos de poder, principalmente no campo. A exemplo de outros países periféricos, a manutenção dos mecanismos antigos produziu uma industrialização diferente no Brasil, considerando-se o que ocorreu nos países precursores do capitalismo.

Marcel Bursztyn explica que a adesão à modernização, por parte das autoridades desses países, teve por objetivo a permanência, tratando-se de uma adaptação e não um real desejo de mudança. Portanto, essa modernização foi apenas superficial, reduzindo-se as relações de produção e de trabalho, mas excluindo a distribuição da riqueza. Isto se dá pelo controle de instituições e organizações, que permanecem nas mãos das elites, permitindo que elas conduzam para onde deve ir a “modernidade”⁵².

Como vimos anteriormente, atribui-se, em muitos casos, o sistema coronelista ao período da República Velha, posicionando a revolução de 1930 como seu marco de declínio.

Observarmos que, de fato, algumas forças políticas anteriores a 1930 permaneceram ainda no poder após esta data, o que podemos concluir que, se houve a inclusão de novos atores políticos no cenário varguista, nem todos os presentes saíram de cena, uma vez que alguns souberam empregar novos métodos

⁴⁹ Em geral, países periféricos como o Brasil, ex –colônias, ex-neocolônias.

⁵⁰ Cf. SCHWARTZMAN, Simon. O bom capitalismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 de novembro 1980. p. 13.

⁵¹ Termo empregado pela primeira vez por Barrington Moore, em *As origens sociais da democracia e da ditadura* (1966). Sobre modernização conservadora: a modernização fazia-se, sob a liderança, levando em conta os interesses dos proprietários agrários, conformando-se uma “subjetividade coletiva” centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas estratégicas. (DOMINGUES, José Mauricio. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 45, n.3.março de 2002. p.3.).

⁵² BURSZTYN, Marcel. **O país das alianças**: elites e continuísmo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

de dominação bem mais complexos que os anteriores, conforme salienta Rêgo, no seu livro *Família e coronelismo no Brasil*:

Ao contrário do que se possa aparentar, no entanto, esses fatores [voto secreto, voto feminino, crescimento do eleitorado urbano] são sinais da decadência ou mesmo extinção do coronelismo, como se afirma, mas ao contrário de sua evolução e adaptação, aos novos tempos. Assim o voto tendo se tornado secreto, o coronel conseguiu encontrar outros meios de controle como, por exemplo, os votos marcados: quando duvidava da fidelidade de um eleitor, bastava-lhe ordenar o voto em um candidato completamente estranho ao município, ou a sua anulação previamente definida, para facilitar a identificação⁵³.

Por outro lado, ocorreu um processo de sacudidura, no qual as mudanças decorrentes de transformações mundiais excluíram boa parte dos políticos que não acompanharam tais mudanças, permanecendo, somente, aqueles que souberam entrar na nova engrenagem. Marcel Bursztyn confirma o relacionamento entre o Governo de Vargas e os poderes locais que, “apesar da crescente importância da centralização, onde alguns poucos se tornaram, realmente, donos do poder, ainda persiste o peso político representado localmente pelo poder dos donos”⁵⁴. No entanto, o autor deixa claro que, na nova engrenagem política, Vargas faz uso do sistema coronelista para a sobrevivência da revolução, com a implementação de medidas progressistas.

Bursztyn deixa claro, assim, que houve um continuísmo do poder local, mesmo após a revolução de 1930, buscando uma centralização. O Estado, por sua vez, muda a forma administrativa e enfraquece o poder dos coronéis, porém as mesmas trocas que existiram anteriormente permaneceram entre os poderes local e federal.

Esta sobrevivência se deu através de uma associação dos líderes locais ao processo de modernização do país, a partir de 1930. No estado de Pernambuco, temos o exemplo da família Coelho, de Petrolina, que procurou se inserir, através do processo de industrialização, em uma atitude, contrária às principais características

⁵³ RÊGO, André Heráclito do. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa editora, 2008. p. 98.

⁵⁴ BURSZTYN, 1990, p. 20.

regionais: o latifúndio e a agricultura, agindo de uma forma diferentemente da maioria dos outros chefes locais do estado, que permaneceram presos as estas características, no entanto a atitude da família Coelho representou uma “modernização sem mudança” segundo expressão de Eisenberg, pois não realizaram de fato um desenvolvimento significativo na região, uma vez que apenas um número minoritário de unidades produtivas foram atingidas.⁵⁵

A atuação do Estado, durante este período, seria de um “autoritarismo por omissão”⁵⁶, porque, desde sua origem, está presa e dependente do poder local para se sustentar e, por isso, é omissa a sua perpetuação. Concordamos com o autor, quando analisa a família Coelho, fazendo esta aproximação com a industrialização, através da imagem modernista⁵⁷.

No caso petrolinense, não se tratou exatamente de uma oposição a sua prática econômica, pois os coronéis dessa Região tinham por principal característica econômica o comércio e não o latifúndio, embora possuíssem, também, extensões de terras. Este comércio, de certa forma, já estava ligado à industrialização, no que tange à exportação de matéria-prima para confecção de roupas.

De acordo com Bursztyn, a permanência deste poder se estende para além de 1937, quando Getúlio Vargas amplia sua centralização, só desaparecendo no período ditatorial. Novamente o fato não vai se aplicar a Petrolina, uma vez que os anos de 1960 marcaram o auge do poder político da família Coelho, quando Nilo Coelho, filho do patriarca, ocupou o cargo de Governador do Estado de Pernambuco, diversificando assim, atuação da família dentro do Estado.

O período varguista marca, também, a ampliação das relações entre o Presidente da República e a população, num processo denominado pelos historiadores de populismo⁵⁸, cuja relação é observada através das práticas usadas por Vargas, no sentido de adquirir apoio e confiança da população, estabelecendo

⁵⁵ EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz & Terra - Unicamp, 1977. p.235.

⁵⁶ Expressão utilizada por Bursztyn.

⁵⁷ BURSZTYN, 1990, p. 30.

⁵⁸ “Ressaltando as variáveis de repressão e manipulação, mas subestimando e, muitas vezes, desconhecendo o viés satisfação. Surgiu assim, o populismo na sua interpretação mais repressiva e demagógica.” (FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. p. 84.

um contato direto com seu eleitor, falando-lhes sem a intermediação de terceiros através do rádio e da imprensa.

A historiadora Lúcia Lippi Oliveira, em seu artigo *Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio*, esclarece este momento de expansão da comunicação em massa:

A sociedade de massa fez sua entrada no cenário mundial durante o século XX. As multidões se tornaram visíveis e passaram a fazer parte da sociedade e a contar. As grandes transformações sociais estiveram, assim, marcadas pela incorporação das massas, que se tornariam eleitoras e consumidoras⁵⁹.

Devido a práticas, “ditas populistas”, foi-lhe dado o apelido de “pai dos pobres”, fazendo com que os seus opositores o acusassem de “manipulador das massas”. Este fato gera, ao longo da história, várias discussões e questionamentos, sobre a capacidade de manipulação que Vargas exercia na população e também, sobre a passividade da mesma, no que diz respeito a uma manipulação consentida.

É importante perceber que a maneira com que Vargas conduziu o período por ele governado alcançou seus seguidores em Pernambuco, principalmente na figura de Agamenon Magalhães, indicado Interventor do Estado que, no período, vai utilizar-se do jornal *Folha da Manhã* para reprodução de práticas semelhantes às de seu Presidente, fazendo do jornal sua voz, como ele mesmo define⁶⁰.

Um jornal para o povo, a tostão, leve, informativo e que circulasse em todos os recantos da cidade, a começar pelos subúrbios. Jornal em que eu pudesse todos os dias conversar com a minha gente, escrever para todas as classes, trocar idéias sobre os problemas do governo, dizer o que pensava e o que devia fazer, explicar e ouvir tudo⁶¹.

⁵⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. Vol. 2. p. 325.

⁶⁰ Cf. ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde. A verdade autoritária: discurso, censura e autoritarismo no Estado Novo Varguista In: TORGAL, L. R.; PAULO, H. **Estados Autoritários e Totalitários e suas representações**. Coimbra: ED. Universidade de Coimbra, 2008.

⁶¹ MAGALHÃES, Agamenon. **Sob o signo do Estado Novo** In: Folha da manhã. Recife, 25 fev. 1939. p.1.

Quando observamos a região petrolinense neste mesmo período, percebemos que há uma intensificação na relação da família Coelho com a população, com a utilização de práticas semelhantes, utilizando o jornal *O Pharol*, como meio de expressão, e o jornal *O Sertão*,⁶² posicionando-se como representantes do povo, gerando os mesmos questionamentos atribuídos a Vargas acerca da manipulação da população, algo que procuramos analisar mais adiante.

Outro ponto importante a se observar, a partir de 1930, são as disputas de poder que foram travadas entre os grupos que participaram da “revolução”. Como é comum, para que fosse possível a tomada do poder, diversos setores sociais estiveram presentes, porém, passada a euforia da vitória, o que se viu foi um conjunto heterogêneo de grupos com dificuldades de comungar as mesmas ideias. Como consequência, advieram as dificuldades administrativas e as disputas internas ao grupo que apoiava Vargas num momento, no qual se carecia da união do grupo para levar adiante o processo de mudança.

Assim, tais disputas se estenderam por toda base governista, alcançando as esferas estaduais e regionais, trazendo no seu bojo a mesma dificuldade administrativa e disputas pelo poder que se constituía⁶³.

Na Cidade de Petrolina, os Coelhos entraram nas disputas políticas, quando o grupo apoiado pelos governos central e estadual se encontrou divididos, procurando se aliar a um dos lados, para fortalecimento próprio⁶⁴.

A base de apoio de Vargas se caracterizava por ser bem eclética, abarcando desde os coronéis que representavam a herança agrária do país, a mais recém-classe constituída dos operários, além de setores militares e da burguesia urbana.

Durante o período do governo provisório, diferentes propostas de nação entram em conflito de maneira simplista. Poderíamos citar dois posicionamentos centrais: de um lado, os favoráveis a um Estado forte, centralizado, nacionalista, apertado e

⁶² num momento posterior ao nosso estudado, da criação

⁶³ Cf.: MARCIEL, Ayrton. **Carlos de Lima Cavalcanti**: todo poder ao rei. Recife: A Assembléia. 2001. Disponível on-line em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/CarlosLimaCavalcanti.html>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

⁶⁴ Cf.: SOUZA, João Moraes. **As Práticas do coronelismo**: estudo de caso sobre o domínio político dos Coelhos em Petrolina-PE. Recife: Tese, 2001. p. 79.

reformista, cujos principais defensores eram os tenentes e, do outro lado, os oligarcas que desejavam a manutenção da descentralização política e da economia agroexportadora.

Os Estados do Norte e Nordeste, enfraquecidos durante o primeiro período republicano, optaram por romper com a velha oligarquia, apoiando a centralização e os investimentos na indústria, aliando-se aos interesses varguistas⁶⁵.

O que se percebeu, no caso nordestino, foi a substituição das oligarquias, que insistiram na manutenção das características da velha oligarquia, por uma que se propôs às transformações necessárias, o que foi constatado nos governos pernambucano e petrolinense. Um governante que representa, em Pernambuco, essa contradição, o qual se encaixa no primeiro caso, é o latifundiário Carlos de Lima Cavalcanti; enquanto que, na cidade de Petrolina, enquadra-se a família Padilha, que não acompanhou esta mudança e se enfraqueceu, dando margem à tomada do poder pela família Coelho, hoje vista como símbolo da modernidade e industrialização em Petrolina.

Muitos historiadores deixam claro que o segundo momento do Governo Vargas, a ditadura do Estado Novo, que vai de 1937 a 1945, também é produto da influência da conjuntura mundial, consequências da Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa e Quebra da Bolsa de Valores em 1929.

Um traço comum foi a crítica à liberal democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário encarregado de gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem. [...] Com a vitória dos “revolucionários” de 1930, as correntes autoritárias foram se fortalecendo. [...] A revisão do papel do Estado se completou com a proposta inovadora do papel de líder em relação às massas e a apresentação de uma nova forma de identidade nacional: a identidade⁶⁶.

Houve, portanto, no Estado Novo, passados os primeiros anos de adaptação e da busca por uma sustentação do novo governo, através da acomodação das

⁶⁵ Cf.: PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. Vol. 2. p. 17-18.

⁶⁶ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. Vol. 2. p. 109-110.

diversas forças presentes em 1930, uma estabilidade que permitiu a centralização do poder, sob a prática autoritária, com nomeações de interventores para cada estado. No caso de Pernambuco, Agamenon Magalhães, que se autointitulada, *alter-ego* do Presidente, governou durante todo o período do Estado Novo, fazendo jus a sua visão, reproduzindo em quase tudo as ações do Presidente em escala estadual.

Após a instalação do Estado Novo, o Presidente tratou de ampliar as ações já iniciadas desde 1930, promovendo a ampliação do controle da imprensa e o seu uso na difusão entre a população de uma imagem que colocasse o Governo na vanguarda da modernidade.

A percepção da necessidade de inserção da massa no cenário político fez com que o governo se aproximasse dela para fazê-lo um aliado e não um problema. Parte da estratégia desse controle veio da concessão à informação, antes restrita a uma pequena parcela da população, fato este devido ao difícil acesso aos meios de comunicação e ao alto índice de analfabetismo existente no país.

Assim, em 1931, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), que vai passar por várias transformações, até a criação, em 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O Governo cria o seu próprio jornal, *A Manhã*, o qual passou a circular em 1941, além de se apropriar de outros, como foi o caso do *O Estado de São Paulo*. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) controlou os opositores, produzindo uma imagem de si mesmo:

O regime de 1937 não se dirigiu apenas aos trabalhadores na construção de sua imagem. Tratou de formar uma ampla opinião pública ao seu favor, pela censura aos meios de comunicação e pela elaboração de sua própria versão da fase histórica que o país vivia⁶⁷.

A centralização do Estado, com a extinção de partidos políticos, do Senado e da Câmara dos Deputados, representou, também, a centralização na figura do Presidente, que estabeleceu, de forma direta, seu relacionamento com o povo. Assim, as ações do governo, dentre as quais garantias de conquistas trabalhistas e melhoria nas condições de vida para a população, foram vistas como ações

⁶⁷ FAUSTO, 2008, p. 375.

peçoais de Getúlio Vargas. Esta aproximação criou uma espécie de culto à figura do Presidente, e vai colocá-lo em um patamar acima de outros governantes. Portanto, várias foram as interpretações que as atitudes do Governo Vargas geraram entre os estudiosos do período.

Nas primeiras interpretações, a população foi considerada uma massa incapaz de compreender e refletir sobre o momento histórico vivido, sendo facilmente manipulada pela propaganda do DIP. Atualmente, já existem revisões que enxergam, no apoio populacional ao Governo, um reconhecimento das conquistas obtidas pela população, constituindo-se, não uma atitude pelega, mas de barganha com o poder central, através da qual a população poderia melhorar suas condições de vida.

A reprodução do modelo do Estado Novo ocorreu no Estado de Pernambuco com Agamenon Magalhães, tendo repercussão, também, no Município de Petrolina, com a família Coelho.

Se os traços de paternalismo e assistencialismo são elementos presentes no sistema coronelista e, portanto, observados como práticas da família Coelho, desde antes de 1930, vemos que, durante o período em questão, elas vão se intensificando, no que acreditamos ser um acompanhamento da tendência nacional.

Outros fatores nos conduzem a essa crença, quando percebemos a utilização, em um primeiro momento, de jornalistas aliados instalados no jornal *O Pharol* e, em um segundo momento, quando é criada uma sintonia com o então interventor Agamenon, através de um jornal que lhe fizesse voz, *O Sertão*, fundado poucos anos após o jornal *Folha da Manhã*, porta voz do interventor pernambucano⁶⁸.

Se a veiculação da imagem modernista e industrial, por parte de Vargas, trouxe-o para perto dos trabalhadores urbanos, percebemos que, sendo a família Coelho expoente desta imagem na Região são franciscana, a associação local dos trabalhadores também se aproximou da família petrolinense, quando vemos que, nos anos subsequentes, as indústrias Coelho foram propagadas como exemplo de bom tratamento a funcionários e, trabalhar ali, era objetivo de cobiça pelos moradores da Região.

⁶⁸ O Sertão foi fundado em 1949, sendo, portanto, posterior ao nosso período estudado, sendo aqui citado por se tratar de um desdobramento do que estamos afirmando.

Assim como as transformações nacionais, ocorridas a partir de 1930, foram partes das mudanças, também, no cenário mundial, vindo, a crise do Estado Novo sob a influência das mesmas. Com o decorrer da Segunda Guerra Mundial, cresceu, no mundo inteiro, um desejo pela democracia e o fim dos governos totalitários. O Brasil tornou-se um país contraditório, pois externamente apoiava a volta ao estado democrático, estando internamente sob um estado ditatorial. O regime tenta, ainda, por diversas maneiras, manter-se, ao mudar suas estratégias, mas a pressão se tornou insustentável e a volta da democracia inevitável.

Contudo, o término deste momento histórico, que em seu início marcou o fortalecimento da família Coelho em Petrolina através do uso de práticas semelhantes e da apropriação dos mesmos pilares de sustentação, não marcou o fim político da mesma, como também percebemos que o fim do Estado Novo não representou o fim político de Getúlio Vargas:

A história mostraria que o derrotado foi o Estado Novo, e não seu presidente, que voltaria ao poder em 1951, escolhido pelo povo e com a preferência de amplos poderes sociais, populares, principalmente. Antes disso, Vargas mostrava força política nas eleições de 1946, quando elegeu para presidência da República o seu candidato⁶⁹.

Embora a forma de governo tenha sido condenada, a relação entre Vargas e o povo permaneceu intacta, demonstrando que as estratégias discursivas, o uso da propaganda e as ações governamentais, que favoreceram a população, construíram uma forte ligação que vai perdurar. O momento posterior, chamado de populismo, é um continuísmo de boa parte destas práticas, que passam a ser utilizadas, justamente, por surtirem bons efeitos.

Assim, compreendemos que o momento de 1945 não encerra as práticas de patrimonialismo, aprofundadas a partir de 1930, mas sua manutenção ainda vai permear o cenário político nacional, permitindo aos Coelhos se utilizarem deles em sua atuação política.

⁶⁹ CAPELATO, 2007, p. 139.

2.2. De Lima Cavalcanti a Agamenon Magalhães

Pernambuco, dentre todos os Estados da Federação, durante o período em que Vargas esteve no poder, foi um dos estados que mais demonstrou sintonia com as mudanças vivenciadas no país, realizadas pelo Governo Central. O Estado foi de fundamental participação nesse processo, que culminou com o fim da República Velha, e durante o período de Vargas, até 1945, quando se encerrou o Estado Novo, através da instituição de novas eleições.

O estado também vivenciou fortemente, o clima de ruptura que ocorreu entre as diversas oligarquias brasileiras, no cenário que se desenhou na década de 1920. A disputa pelo Governo de Pernambuco, entre dois grupos políticos, foi resolvido, de comum acordo com a eleição do Juiz Sérgio Loreto. Uma das principais medidas do novo governo, foi o fechamento das organizações sindicais, medida esta, que atingiu os interesses do grupo que apoiava os sindicatos. Neste grupo, se destacavam Joaquim Pimenta, líder sindicalista e Carlos de Lima Cavalcanti, configurando, aí, uma disputa pela hegemonia política do estado, com Lima Cavalcanti representando um dos pólos, que, neste pleito envolvia as oligarquias ligadas ao latifúndio e à monocultura da cana-de-açúcar. Embora adversários, os dois grupos representavam a mesma elite açucarocrata, o que corroborava com a tese que, em 1930, ocorreu, um rearranjo político, no qual a classe dirigente foi substituída por outra do mesmo segmento da sociedade, não se tratando, portanto, de uma revolução real:

A partir do rompimento com o Governo, o usineiro-político Carlos de Lima Cavalcanti e o seu irmão Caio de Lima lideraram uma facção dissidente na agroindústria, aglutinando os maiores usineiros e inúmeras pequenas usinas, que se sentiam marginalizadas pela cúpula da elite política proprietária dos antigos engenhos⁷⁰.

A hegemonia política dos opositores de Lima Cavalcanti continuou com a vitória de Estácio Coimbra para a Presidência de Pernambuco para os anos de 1927 a 1930 e, a de Sérgio Loreto, para Deputado Federal, cargo também pleiteado por Cavalcanti.

⁷⁰ MARCIEL, 2001, p.13.

Até 1927, a oposição ao Governo de Coimbra se fazia através de denúncias em jornais publicados em outros estados e, na tribuna da Câmara dos Deputados. Vendo que tais denúncias não haviam surtido efeito, Cavalcanti muda de estratégia, utilizando-se de um instrumento que se tornou cada vez mais importante no cenário político brasileiro e pernambucano em particular, no período em que Vargas esteve no poder: **a imprensa**.

Em abril de 1927, os irmãos Cavalcanti fundam o Jornal *Diário da Manhã* e, posteriormente, sua versão vespertina, o *Diário da Tarde*, com os quais procuraram ampliar o alcance de sua oposição. Já na primeira edição do diário, as posições partidárias foram explicitadas, num claro elogio à Coluna Prestes⁷¹.

No editorial, em primeira página, Carlos de Lima Cavalcanti assim define o periódico: “O Diário da Manhã é uma iniciativa pernambucana e uma tribuna brasileira. Entregamo-lo ao povo”⁷². Revela, assim, a sua intenção de criar um vínculo de identificação com a população, algo que se concretizou durante seu Governo em Pernambuco:

O *Diário da Manhã* ganharia projeção política, reconhecimento como trincheira e voz da oposição ao velho regime oligárquico, e haveria de se destacar economicamente, sendo o seu espaço para publicidade requisitado pelo comércio e pelos produtos das indústrias. Anúncios, inclusive, de página inteira e uma diagramação à frente dos padrões de jornais da época são características do empreendimento⁷³.

Sendo assim, a forte oposição de Lima Cavalcanti atraiu para si alianças, em todo país, de forças que também eram contrárias à República Velha. Entre essas alianças, destaca-se o tenente Juarez Távora que, futuramente, comandaria o golpe de 1930 na região nordestina. Aos poucos, os laços com o resto do país se estreitaram, tornando-se, Cavalcanti, o líder civil da oposição no Nordeste.

⁷¹ A Coluna Miguel Costa-Prestes, popularmente conhecida por Coluna Prestes, foi um movimento político-militar brasileiro existente entre 1925 e 1927, ligado ao tenentismo, corrente que possuía um programa bastante difuso, mas algumas linhas gerais podem ser delineadas: insatisfação com a República Velha, exigência do voto secreto, defesa do ensino público e a obrigatoriedade do ensino primário para toda população.

⁷² LIMA, Cavalcanti. Editorial. In: *Diário da manhã*. Recife, 16 abr. 1927. p.1.

⁷³ MARCIEL, 2001, p.26.

A crescente arregimentação de forças contrárias à Velha Oligarquia que estava no poder Federal não se estagnou com a derrota fraudulenta nas eleições presidenciais, mas se reorganizou para a tentativa de um golpe, que foi antecipado com o assassinato de João Pessoa, na Rua Nova, em Recife.

Deflagrada a revolta contra o Governo Federal, uma parcela significativa da população recifense apoiou os membros da aliança liberal, demonstrando o alcance do *Diário da Manhã* na mobilização de partidários do levante⁷⁴. Feita a revolução, Juarez Távora, em retribuição aos anos de apoio prestados à Aliança Liberal, nomeia o usineiro Carlos de Lima Cavalcanti como Governador do Estado de Pernambuco; assim, o *Diário da Manhã* torna-se porta-voz oficial do novo Governo.

De oposição para governo, o interventor pernambucano tratou de implementar as reformas defendidas por Vargas em sua campanha. O primeiro passo foi a moralização da política, acusada de corrupção crônica, e a abertura de uma sindicância para investigar a corrupção nos municípios. Nesse caso, estava incluído, entre eles, o Município de Petrolina. Na prática, o governo pernambucano perseguiu e prendeu opositores, promoveu um remanejamento de forças, expulsando do quadro os contrários ao novo regime, além de substituir alguns prefeitos. Para Petrolina, foi indicado o médico Pacífico Rodrigues da Luz, reconhecido como o sujeito honesto de quem o Governo precisava.

Buscando estar em sintonia com a tendência nacional, o Governo pernambucano procurou obter o apoio popular dos sindicatos; para isto, incentivou o sindicalismo e a organização popular. Seu objetivo foi transmitir a imagem, construída desde as eleições, de que o novo governo representaria uma ruptura com a política anterior.

Os primeiros anos de governo na Região vão revelar que, passada a euforia da vitória, os diversos grupos que emergiram com Vargas vão disputar suas posições numa acirrada luta dentro do novo Governo. As disputas começaram no plano nacional, onde ocorre uma divergência entre o Nordeste e o Sul, no que diz respeito à criação de partidos políticos. Os partidos do Sul viam com maus olhos tal iniciativa, a qual era considerada um erro característico do Governo passado. O Governador pernambucano ainda se desentenderia com o ministro da Viação e Obras Públicas,

⁷⁴ Cf.: LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A verdade sobre a Revolução de Outubro**. Rio de Janeiro: Unitas, 1933. p.146.

José Américo de Almeida, acerca da distribuição de recursos para a seca que assolava a Região nordestina, acusando-o de privilegiar outros Estados, em detrimento de Pernambuco. Tais divergências entre blocos regionais demonstravam a fragilidade da aliança governamental que sustentou os primeiros anos da era varguista.

Esta pesquisa constatou que, na administração estadual, Lima Cavalcanti enfrentou algumas revoltas: a maior delas foi a de 29 de outubro de 1931, quando oficiais do 21º BC, liderados por Pedro Calado, adeptos da Aliança Liberal, mas contrários ao Governo pernambucano, rebelaram-se contra ele. No entanto, deixam claro que a revolta era contra o Governo Estadual, e não o Federal, o que serve para diminuir o respaldo nacional de Carlos de Lima. Tais revoltas esclareceram que as disputas também estavam presentes na esfera estadual. “O Governo do interventor Carlos de Lima Cavalcanti navegará, no entanto, na instabilidade política do período”

⁷⁵.

As preocupações de Cavalcanti com a política nacional, somadas aos problemas estaduais, foram fatores que impossibilitaram o fortalecimento de seu Governo, fazendo com que as administrações municipais fossem deixadas de lado. Isso vai acirrar disputas também nos municípios, já que seu apoio político era apenas formal. A cidade de Petrolina, posicionada na outra ponta do Estado e, portanto, ainda mais distante da atenção governamental, terá a disputa entre as forças políticas locais afloradas.

Mais tarde, em 1935, Carlos de Lima Cavalcanti foi eleito Governador de Pernambuco, mas seu poder de liderança no estado é enfraquecido cada vez mais, pois, mesmo tendo alcançado o poder, devido a sua participação ao lado dos vitoriosos de 1930, ele mantém, posteriormente, uma postura independente do Governo Federal, o que muito lhe prejudicou, uma vez que a tendência que vai ser observada é uma acentuada centralização das decisões, que culminará, mais tarde, com o Estado Novo.

Embora tenha seguido as tendências varguistas em alguns aspectos, Lima Cavalcanti cometeu o erro de se opor ao Governo Central, quando quis se perpetuar no poder, preferindo se aproximar de outros parceiros que também estavam a favor

⁷⁵ MARCIEL, 2001, p.36.

da alternância do poder. O afastamento de Vargas permitiu que seus opositores no Estado se aproximassem do Presidente.

O estopim de sua derrocada foi o levante comunista de 1935, quando Recife foi um dos pontos de ebulição do movimento; na ocasião, o Governador estava passeando na Europa. Quando de sua volta, opositores e, até mesmo aliados políticos dentro do seu partido, como Agamenon Magalhães, pressentiram que sua posição de distanciamento, com relação a Vargas, conduzi-lo-ia a um enfraquecimento político. Chegando a acusá-lo de conivência, para com o movimento, entre os aliados. Mesmo negando sua participação, Carlos de Lima Cavalcanti perde, com isso, o pouco prestígio que ainda tinha com Vargas. Quando o golpe do Estado Novo se instituiu em 1937, foi destituído e substituído pelo ex-aliado, Agamenon Magalhães.

A acusação de participação, em 1935, faz com que o ex-governador seja julgado sob acusação de compactuar com o levante comunista, sendo, no entanto, absolvido. Durante o processo de julgamento, a opinião pública o apoiou, numa demonstração da importância que seus jornais possuíam no estabelecimento de uma relação direta entre ele e a população⁷⁶.

O seu sucessor no comando do Estado de Pernambuco será Agamenon Magalhães, ex-aliado político, que teve a oportunidade aproximar-se de Vargas ao ser indicado pelo próprio Lima Cavalcanti ao Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, cargo que lhe permitiu exercer a função de intermediário entre os poderes estadual e central.

Enquanto o ex-governador de Pernambuco se afastava de Vargas, defendendo posições contrárias às do Governo, Agamenon percebeu o fortalecimento do Governo Federal, tornando-se partidário de Vargas, até mesmo quando os interesses federais iam de encontro aos estaduais, chegando a acusar Carlos de Lima de compactuar com a levante comunista de 1935. Tais acusações representaram a ruína do então Governador pernambucano e o fortalecimento de seu substituto junto ao Presidente.

Assim, esta proximidade fará com que o Governo de Agamenon Magalhães tenha grande semelhança com o proceder varguista, o qual vai se julgar o próprio

⁷⁶ Ibidem, p.38.

alter-ego de Vargas⁷⁷. Portanto, com plenos poderes, exercerá uma administração tão centralizadora quanto a do presidente Vargas.

A primeira ação de seu Governo foi a defenestração do poder estadual dos partidários de seu antecessor, em um procedimento que divergiu, inclusive, de outros estados do país, onde houve, apenas, uma adaptação ao regime de exceção.

Lima Cavalcanti conseguirá, em sete anos de mandato, construir uma rede de relações com diversos setores da população, o que tornou a construção do Estado Novo, em Pernambuco, bastante complexa, com a nomeação do ex-Ministro do Trabalho para o cargo de Interventor do Estado, cuja função serviu para fortalecer a aliança do Estado com o poder central.

Os cargos administrativos foram todos politizados, com a intenção de que todas as pessoas presentes na administração estivessem comprometidas com o modelo estadonovista. Nas prefeituras, foram nomeados novos prefeitos em quase todos os municípios. Em Petrolina, foi indicado o Dr. Pacífico da Luz, que já havia sido Prefeito, anteriormente nomeado por Carlos de Lima Cavalcanti. As alegações foram semelhantes, ou seja, moralização da política, uma vez que Pacífico havia se apresentado como um político honesto; por não possuir pretensões políticas, não apresentaria problemas para Agamenon, além de atender ao seu plano para o Estado. Por outro lado, as exigências com relação aos prefeitos, tinham como objetivo pôr em prática o novo modelo projetado por Vargas de “promoção do desenvolvimento, da unidade nacional”, ou seja, moldá-lo em um futuro processo de industrialização.

Quando consultamos o Sr. Manoel Aníbal Cantarelli⁷⁸ se Agamenon Magalhães apoiou Pacífico da Luz ele respondeu “demais” e acrescentou “por quê? Porque quando ele (Pacífico da Luz) foi Deputado Estadual Agamenon Magalhães estava no ostracismo e ele (Pacífico da Luz) projetou Agamenon que era de Serra talhada⁷⁹”.

⁷⁷ RIBEIRO, José Adalberto. Agamenon Magalhães: sob o signo do mandacaru. **Revista Continente**. Recife, n. 78, jun. 2007. p. 93.

⁷⁸ Manoel Aníbal Cantarelli, Natural de Floresta, foi para Petrolina em 1936 onde montou um comércio no qual vendia os mais variados produtos, se tornou um dos maiores comerciantes de Petrolina, o que lhe permitiu estabelecer laços de amizade com as principais famílias da cidade.

⁷⁹ CANTARELLI, Manoel Aníbal. Recife/PE, jan. 2009. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino)

Assim compreendemos que se tratou de também de uma retribuição política pela promoção de Agamon no estado pernambucano.

Sendo legitimado pelo Estado Novo, Agamenon Magalhães ampliou ainda a função da imprensa no Estado. Neste processo, os jornais opositores ao regime, como o *Diário da Manhã*, do ex-governador, o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*, foram fechados ou fortemente censurados, o que reduziu a oposição e permitiu uma maior influência dos mecanismos de comunicação estatais. Assim, a imprensa foi, mais uma vez, apropriada pelo Estado, para se tornar veículo de comunicação e doutrinação dos ideais varguistas, como bem esclarece a historiadora Dulce Pandolfi:

Particularmente em Pernambuco, o esquema de propaganda e de divulgação das obras e realizações do Estado Novo estava muito bem articulado. Segundo a opinião de diversos líderes nacionais, o exemplo daquele estado deveria ser seguido pelos demais. Em várias ocasiões o governo federal parabeniza o governo estadual pelo bem sucedido programa de propaganda política⁸⁰.

Em novembro de 1937, Agamenon fundou o jornal *Folha da Manhã*, com duas edições diárias, além do programa de rádio *A nota do dia*. O jornal teve, por opção, a adoção de uma linguagem simples, procurando alcançar, com esse caráter popular, todos os possíveis leitores.

O Governo tentou, a todo custo, aparentar um estado de unidade nacional, ligado ao Governo central, em um só pensamento. Exemplo deste fato foram os desfiles promovidos pelo Governo, nos quais as empresas convocavam seus trabalhadores para desfilarem, acompanhados dos patrões, pelas ruas do Recife, transmitindo a ideia de harmonia entre o capital e o trabalho.

Aqueles que se opuseram ao novo regime sofreram perseguições. Sindicatos foram enquadrados numa clara intenção de por um fim à luta de classes. A harmonia entre capital e trabalho tinha que ser pregada durante seu governo, em que a

⁸⁰ PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Editora Massangana. 1984. p. 52.

legitimação das perseguições era a acusação da prática do comunismo por parte dos operários.

Na política administrativa, Agamenon promoveu o que chamou de, "recuperação do mundo rural", estabelecida através de um plano de proteção e resgate ao campo. Ele via, na agricultura, não só uma característica natural do Brasil, como um potencial a ser explorado. Para isso, procurou diversificar a produção do Estado, repleto de canaviais, estimulando a produção de: algodão, caroá, milho e outros cereais, procurando impulsionar o comércio, além de estimular os usineiros a incentivarem a agricultura de subsistência para seus empregados.

Somada à atenção na produção agrícola, esteve a preocupação com a infraestrutura, na construção de estradas e de outros serviços no interior, com a finalidade de manter o homem no campo e evitar a migração.

Apesar da atenção do Estado voltada para a agricultura, o Governador soube acompanhar a tendência modernizadora Federal, que via na industrialização um salto importante para a economia do país. Para ele, o Estado também deveria ser industrializado, cuja industrialização deveria estar voltada para as características regionais. No seu entendimento, no caso pernambucano, seria a indústria têxtil, pois o cultivo do algodão já era algo antigo da região nordestina.

Independente do resultado concreto ou mesmo da eficácia da proposta de renovação da política agrícola, cabe ressaltar o aspecto inovador do discurso elaborado por Agamenon Magalhães, no momento da transição de uma sociedade agroexportadora para uma urbano-industrial⁸¹.

Mesmo que o projeto não tenha apresentado os resultados desejados, cabe ressaltar o discurso apresentado por Agamenon, quando associa seu governo à ideia de um projeto modernizador. Para tanto, visando à unidade estadual, buscou nas alianças interioranas o prolongamento desse projeto, priorizando as áreas marginalizadas do Estado, sem, contudo, desprestigiar a açucarocracia pernambucana. Isto o aproximou dos coronéis do agreste e do sertão, evitando desentendimentos. No caso petrolinense, seu programa foi correspondido, não pelo

⁸¹ Ibidem, p. 74.

prefeito em exercício, mas pela família Coelho, que soube perceber a força do discurso estadonovista e nele se projetar.

A atenção do Governo Estadual, voltadas para mudanças nas políticas agrícolas, não representou uma mudança de atitude daqueles que controlavam o agronegócio. “Este projeto sugere, em última instância, a adoção de um projeto de modernização da agricultura, ligado, entretanto, aos próprios setores oligárquicos”⁸², ou seja, os que acompanharam as novas políticas estaduais já pertenciam à velha estrutura da política brasileira, o que não representou a mudança defendida pelos vitoriosos de 1930, demonstrando o caráter ambíguo do Estado Novo, a busca por um desenvolvimento que permaneceu preso à velha estrutura fundiária.

O ano de 1945 marcou o fim do Estado Novo, pressionado pelas mudanças no cenário político internacional, no qual o fim da Segunda Guerra Mundial selou a derrocada de regimes totalitários na Europa, cujo clamor nacional pelo retorno ao regime democrático se ampliou, de tal forma, que o Governo cedeu.

Na iminência de novas eleições, os grupos partidários começaram a se formar já em 1944. O Partido Social Democrático foi fundado, visando à manutenção da unidade centralizadora do país, adquirida no Estado Novo. Sua fundação, portanto, deu-se em caráter nacional, em um processo de cima para baixo. A busca pela unidade política deixou de lado os interesses ideológicos, transformando o partido numa aglutinação de políticos que, nem sempre, compactuaram com as mesmas propostas:

Não interessava saber quais eram as ideias do velho Chico Heráclito, o que interessava saber era se ele tinha prestígio político e muitos votos. Oferecia-se a ele apoio do PSD e o direito de ter as autoridades locais, uma vez que apoiasse o partido [...] A preocupação partidária era ter força no município... Ganhava as eleições quem reunisse os chefes políticos de maior prestígio⁸³.

A citação refere-se ao coronel Francisco Heráclito do Rêgo, que exerceu forte influência política na cidade de Limoeiro, no estado de Pernambuco, durante o

⁸² Ibidem, p. 74.

⁸³ Ibidem, p. 97.

século XX, a forma com que o PSD relacionou-se com o coronel limoeirense se reproduziu com os outros coronéis de Pernambuco⁸⁴.

Essa posição pessedebista conduziu a alianças em Petrolina com aqueles que compunham a bancada de apoio a Vargas, no caso, a família Padilha. Porém, já no pleito, perceber-se-ia que a família Coelho encontrava-se em ascensão política, arregimentando uma parcela de eleitores, a ponto de vencer as eleições para a Câmara Federal.

O retorno à democracia deveria abrir, através do pleito eleitoral, espaços para disputas políticas que o estado de exceção não permitiu. Porém, o processo de definição de datas e da construção da legislação eleitoral permitiu aos partidários do regime se organizarem, antecipando-se aos seus adversários, chegando ao pleito fortalecidos, o que se concretizou com a ampla vitória obtida pelo PSD no Estado, representando, no caso pernambucano, a continuidade do grupo político do Estado Novo. Este fato favoreceu a família Coelho que pleiteou a Prefeitura de Petrolina e uma vaga na Câmara Federal, pelo PSD.

2.3. Dos Padilha aos Coelhos

No período varguista, a situação política em Petrolina contava com a influência de três grandes lideranças políticas que disputavam o poder à época: José de Rabelo Padilha, João Barracão e Clementino Coelho, todos comerciantes. As outras famílias tradicionais da Região se sujeitavam a uma condição periférica a estas famílias, participando da política, sendo auxiliados por seu apoio e, em troca, agregando votos.

Até o ano de 1930, ocorreu uma relativa alternância do poder na Prefeitura, sendo José de Rabelo Padilha hegemônico no controle do cargo. A família Padilha havia migrado do Recife para Petrolina, na virada do século XIX, e seu patriarca, coronel da Guarda Nacional, função que, desde cedo, o aproximou do poder político.

⁸⁴ Para saber mais sobre o coronel Francisco Heráclito do Rêgo, recomenda-se a leitura de: RÊGO, André Heráclito do. **Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: A Girafa editora, 2008.

Em virtude de ter tido apenas um filho homem, em uma época, quando só os homens detinham o exercício das atividades de liderança e o exercício da política, o continuísmo de sua liderança regional vai dar-se através de seus genros, Otacílio Nunes de Souza, Pacífico Rodrigues da Luz, futuro Interventor em Petrolina e Manuel Francisco de Souza Filho, todos com profissões de destaque e provenientes de famílias tradicionais.

A família Padilha mantinha ainda forte relacionamento com a Igreja Católica, tendo, quatro dos seus membros, entrado para a vida religiosa: dois ordenados padres e duas freiras. A Igreja, desde o advento da República, ampliou a sua atuação na política, como forma de recompensar a sua separação do Estado.

No primeiro quarto do século XX, o Vaticano tomou a decisão de fazer de Petrolina uma Diocese, em razão da sua posição geográfica e da população católica que ali existia. O escolhido para bispo da nova diocese foi Dom Antônio Maria Malan, nascido na Itália, mas que passou a maior parte de sua vida na França. A escolha foi consequência do bom trabalho por ele realizado nos sertões indígenas de Mato Grosso como bispo de Araguaia.

Após a sua chegada em 15 de agosto de 1924, o, recém empossado, bispo empreendeu uma série de reformas na cidade seguindo os preceitos da romanização. Um mês depois de sua posse na Diocese, criou uma comissão para construir uma igreja catedral, posteriormente trouxe para a cidade freiras da Ordem das Salesianas, a fim de ajudá-lo na construção do Colégio Maria Auxiliadora, na época só para as mulheres, e o Colégio Dom Bosco, na época só para homens. Por fim, em parceria com líderes locais, iniciou os trabalhos da construção do Hospital que posteriormente levou seu nome.⁸⁵

Todas as realizações de Dom Malan o colocaram numa posição de destaque em Petrolina, não só religiosamente. Suas mobilizações na melhora estrutural da cidade o aproximaram dos chefes políticos locais e o fizeram também um líder político, tanto que em diversas ocasiões interferiu nas disputas locais:

⁸⁵ Para saber mais sobre a vida do bispo de Petrolina Dom Antônio Maria Malan, recomendamos a leitura da obra CAVALCANTE, Carlos. **Dom Malan, Ícone de Fé e Trabalho**. Recife: Mongraf, 2008.

Em 1930, ao lado de Antônio Coelho, Prefeito Municipal, eu era o Subprefeito, eleitos fomos numa composição política feita a pedido de Dom Antônio Malan, bispo diocesano, ao Governador, Dr. Estácio Coimbra, de quem era grande amigo, no sentido de apaziguar as duas correntes adversárias, locais, sempre em atritos⁸⁶.

Dom Malan também soube utilizar o jornal *O Pharol*, para informar aos seus fiéis, tanto de Petrolina quanto do restante da Região, sobre as atividades da Igreja, assim, exercendo grande influência neste periódico. A aproximação dos Padilha com a Igreja Católica fez com que o jornal os apoiasse politicamente.

Herdeiros políticos do coronel Padilha, seus genros, conservaram, entre si, independência política, aliando-se a outros políticos e sofrendo oposição até mesmo de familiares, o que demonstrava a fragilidade das convicções coronelistas petrolinenses no período em estudo. A dispersão política dos genros de Padilha o deixou sem representantes, o que o enfraqueceu politicamente e abriu margem para novas disputas políticas.

Após a ascensão de Manuel Borba, em 1915, ao poder em Pernambuco, Souza Filho vai ser demitido do cargo de Procurador Geral do Estado, que exercia, desde o Governo de Dantas Barreto. Logo após o fato, Souza Filho também rompeu com a família Padilha por “questões de ordem interna da parentela.”⁸⁷ Souza Filho separou-se da esposa Dária, filha do coronel Padilha, para casar-se com outra mulher, o que, na época, causou um escândalo imperdoável e afastou Souza Filho dos Padilha⁸⁸.

O herdeiro político dos Padilha, Otacílio Nunes de Souza, mudou-se para a capital baiana na década de 1920, buscando expandir seus negócios. Abandonou a política local, deixando o último genro do Coronel José Rabelo, Pacífico da Luz, como opção política da família. Prefeito de Petrolina durante o levante de 1930, Pacífico iniciou sua vida política após 1915 e, ressalte-se, sua entrada foi consequência da falta de opção da família Padilha. Quando assumiu a Prefeitura, Pacífico era o único representante da família na vida política.

⁸⁶ PADILHA, Antônio de Santana. **Petrolina no tempo, no espaço, na vez**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal. 1982. p. 85.

⁸⁷ SEREJO, 1979, p.126.

⁸⁸ COELHO, Augusto de Souza. Petrolina/PE, jan. 2010. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino).

Deflagrado o levante, o tradicional jornal petrolinense, *O Pharol*, destacou na manchete de 30 de outubro de 1930: “É o Brasil unido e forte que desperta!”. E continuando no seu editorial:

O formidável movimento revolucionario que, nos primeiros dias deste mez abalou o paiz e fez estremecer as olyarchias que infelicitavam o Brasil e exploravam a dignidade do povo brasileiro; dominando o norte e o sul, teve, nestes vinte dias de gloriosos feitos, o grande triumpho que fez vibrar do mais vivo entusiasmo a alma nacional⁸⁹.

Deixando, portanto, mais uma vez, bem clara a sua posição política a favor da Aliança Liberal, já manifestada em outras ocasiões, após a revolução de 1930, foi escolhido para Prefeito na cidade de Petrolina o médico Pacífico de Andrade da Luz. Entretanto, sua escolha para o cargo permeia algumas questões.

Na época, o cargo não trazia muitos benefícios econômicos, o que resultou em disputas amenas pelo poder⁹⁰. O interventor petrolinense não tinha grandes pretensões políticas, até porque a sua entrada na vida pública foi circunstancial, deixando-o pouco articulado como político, sendo, portanto, mais médico que político.

A justificativa para a escolha de Pacífico da Luz para o cargo de Prefeito é normalmente atribuída a sua vida íntegra, que se encaixaria dentro do discurso moralista da Aliança Liberal, vitoriosa em 1930. Na verdade, a sua escolha se deu, por pertencer à base aliada e já ter sido Prefeito da Cidade, conhecendo, por isso, a administração local.

A escolha de um prefeito sem ambições políticas favorece o Governo pernambucano, que não vai encontrar dificuldades em manter a sua subordinação, passando a demonstrar, durante sua gestão, pouca atenção a uma Região que, na época, possuía pouca importância política. No entanto, sua frágil figura, marcada pela ausência de maiores ações no âmbito da política, permitiu o fortalecimento de outros grupos durante sua gestão.

⁸⁹ É O BRASIL unido e forte que desperta!. In: O PHAROL. Petrolina, 30 de outubro de 1930. p. 01.

⁹⁰ Cf.: SOUZA, João Moraes de. **As Práticas do Coronelismo**: Estudo de caso sobre o domínio político dos Coelhos em Petrolina – PE. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. p. 68.

No mesmo jornal, diretrizes propostas por Agamenon Magalhães para o médico-político, deram o tom das necessidades do novo regime, todas relacionadas à administração: corte nos gastos; ampliação da arrecadação dos impostos e substituição de funcionários municipais por outros, conforme, a “competência”. De fato, o desejo do novo Governador foi eliminar adversários, para dar unidade a sua nova administração. Como se poder ver, tratava-se da mesma política praticada na Velha República e que se fazia presente no novo regime. Como exemplo desta permanência, observamos no jornal *O Pharol*, em 1933, a publicação de uma matéria, na qual mostrava que a empresa *Melhoramentos de Petrolina* havia sido contratada pelo Prefeito para prestar serviços à Cidade. A empresa tinha como sócios majoritários: Alcides Padilha (diretor gerente) e Antônio de Santana Padilha (secretário) ⁹¹.

Durante sua gestão, Pacífico da Luz confirmou que era mais médico que prefeito, uma vez que continuou a exercer a profissão, tendo, inclusive, ausentando-se da Prefeitura, em 1934, para assumir a função de Médico de Higiene do Estado, sendo substituído, primeiramente, por seu secretário José Pombo e, depois, pelo seu colega de partido, José Cardoso de Sá. Suas principais realizações foram voltadas para as questões de saúde pública, o que o aproximou da população petrolinense:

Seu poder político foi determinado, entre outros fatores, pela sua capacidade de ofertar favores (serviços médicos), proteção a comunidade e se relacionar bem, não só com os eleitores, mas também com as principais lideranças políticas do município e do estado ⁹².

Tratou-se, portanto, de um poder pessoal, intransmissível para outro quando da sua morte. Com o golpe do Estado Novo, vai retornar ao cargo, desta feita como Interventor, apoiado por Agamenon Magalhães, tendo passado apenas dois anos longe do cargo de Prefeito. O novo Interventor pernambucano vai centralizar o poder estadual, fazendo alianças com coronéis para se fortalecer. Em Petrolina, estabeleceu um bom relacionamento com todos os líderes locais. A rigidez do

⁹¹ Cf.: RELATÓRIO da empresa melhoramentos de Petrolina In: **O Pharol**. Petrolina, 31 de julho de 1933. p. 02.

⁹² SOUZA, 2001, p. 77.

sistema, contudo, não permite alternativa aos chefes locais, senão uma aliança conjunta com Agamenon Magalhães.

Outro chefe político local, João Ferreira da Silva, mais conhecido por “João Barracão,”⁹³ fixou-se em Petrolina nos anos de 1920, quando a família Padilha já dispunha de grande influência na Região. João “Barracão” vai ascender politicamente, casando com a filha de uma família tradicional em Petrolina: a família Sá.

Observando os relatos de quem conviveu com João “Barracão”, percebemos uma descrição não muito diferente da encontrada acerca de Clementino Coelho ou Pacífico da Luz: “Sempre voltado, devotadamente, para tudo que dissesse respeito ao progresso da nova pequena pátria. De hábitos simples sereno, sério soube imprimir a sua atividade comercial e de fazendeiro bem sucedido”⁹⁴. No caso de João “Barracão”, o “progresso” estava ligado à terra, uma vez que era um “fazendeiro”, estando, portanto, ligado à estrutura latifundiária da Velha República.

A família Sá sempre manteve boas relações com a família Padilha, tendo, um de seus membros, José Cardoso de Sá, assumido a Prefeitura durante o período em que Pacífico da Luz se ausentou do cargo, de 1935 a 1937. Quando do período de redemocratização, a descendência dos “Barracão” estreitou ainda mais as relações com a família Padilha.

Com relação à família Coelho, cujo patriarca foi Clementino de Souza Coelho, nasceu nas proximidades de Petrolina, na Fazenda Pedra. Diferente dos demais líderes locais herdou apenas um pequeno minifúndio. O futuro “coronel Quelê” se casou com Josepha de Souza, sobrinha e filha adotiva de Manuel Clementino de Souza, seu irmão.

Alguns autores, como Idalina Pires e José Nilvado Júnior, valorizam o casamento de ambos como um ato apenas afetivo; esta afirmação, porém, vai de encontro ao costume da época, quando a maioria dos casamentos era realizada por interesse de família. Acreditamos que os referidos autores tentaram, apenas, romancear a vida do casal, baseando-se na origem humilde de Josepha que, apesar

⁹³ A origem da alcunha tem divergências – alguns atribuem a um trabalho num barracão na construção da estrada de ferro, outros a um barracão que a família possuiu no Piauí.

⁹⁴ ROCHA, Honório de Queiroz. **Estou presente, Petrolina!**. Recife: Bagaço, 2006. p. 238.

disso, pertencia à família Souza, uma das mais tradicionais de Petrolina.⁹⁵ Este fato colocou-a como uma boa opção de casamento para Clementino Coelho que, embora já possuísse Souza no nome, vai fortalecer sua ligação com a família, através do casamento.

Ao fazermos o percurso pela vida política de Clementino, vemos como foi de suma importância a sua ascensão, a proximidade que teve com Souza Filho e, posteriormente, com Otacílio Nunes de Souza.

O Cel. “Quelê”, como as demais famílias políticas, foi um comerciante próspero, considerado pela comunidade como bastante talentoso para os negócios, porém, sua riqueza não veio totalmente desta atividade. Segundo já discutimos acima, a aproximação com o ramo Souza de sua família lhe trouxe grandes benefícios, uma vez que seu irmão, Manoel Clementino de Souza Coelho, ao falecer não deixou sua fortuna a sua herdeira mais próxima, sua sobrinha e filha adotiva, Josepha Coelho, esposa de seu “Quelê”. A herança incluía o que constitui o início da ascensão econômica de seu “Quelê”: propriedades urbanas e rurais; este foi o seu primeiro salto econômico.

Somada a esta herança, Clementino Coelho teria recebido um empréstimo de 200 contos de reis do seu primo Souza Filho⁹⁶.

Na década de 1920, seu primo, também da família Souza, Otacílio Nunes de Souza, casado com Amélia Padilha e, portanto, aliado e principal expoente político desta família, mudou-se para a cidade litorânea de Salvador, na Bahia, com o objetivo de ficar mais próximo do litoral e ampliar seus negócios. Ao se retirar de Petrolina, vendeu suas propriedades a preços abaixo do mercado para seu Clementino que, na época, já era o comerciante mais próspero da Região.

Autores como Chilcote de Souza apontam algumas justificativas para o pouco envolvimento de Clementino Coelho com a Política até os anos de 1930. A primeira delas seria a sua condição econômica inferior à de outras famílias⁹⁷, mas o jornal O

⁹⁵ PIRES, Idalina. **Josepha Coelho**: 100 anos de história. Petrolina-PE: APAMI, 1999. p.24.

⁹⁶ CANTARELLI, Manoel Aníbal. Recife/PE, jan. 2009. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino)

⁹⁷ Cf.: SEREJO, 1979, p.130.

Pharol, de 22 de fevereiro de 1923, informa que o “coronel” Quelê era o comerciante de maior renda anual, superando, inclusive, o seu primo Otacílio Nunes de Souza⁹⁸.

Outro argumento seria o de que, na época, o cargo de Prefeito do Município de Petrolina teria pouca expressão para o desenvolvimento do comércio e da agricultura local. Somente após 1930, com a ampliação do poder central sobre os municípios e o envio de recursos, seu interesse pela política teria sido despertado⁹⁹.

Porém, lembramos que a década de 1930 foi um período conturbado para o país, com os primeiros anos do Governo Vargas, caracterizado pelo o controle de gastos e reorganização da economia. Como já vimos anteriormente, as ordens encaminhadas por Carlos de Lima Cavalcanti aos seus interventores municipais foram de corte nas despesas e aumento da arrecadação. Poucos recursos, portanto, foram transferidos aos municípios. “Desde a revolução de 1930, os governos municipais haviam acumulado considerável déficit público, parte do qual era herança dos governos pré-revolucionários”¹⁰⁰. Pelo exposto, vemos que, se o interesse do “coronel” Quelê pela política fosse motivado pelo acesso a recursos, sua atenção deveria começar a partir de 1930, quando o Governo Federal passou a enviar mais recursos aos municípios, e não anteriormente, quando os municípios eram administrados com poucos recursos.

O patriarca dos Coelhos, à medida que progrediu como comerciante, aproximou-se da política que, a exemplo de outros comerciantes, já era ocupada pelos mais abastados da Região. Embora a Prefeitura fosse um cargo com poucos recursos financeiros, era ocupado normalmente por líderes locais, devido a uma representação de poder, o que certamente despertaria o interesse pelo prestígio que o cargo conferia.

Ele sempre esteve presente no meio político, ausentando-se, muitas vezes de ocupar cargos, mas não da política em si. Vide os pleitos em que apoiou e se candidatou a cargos políticos. O problema de Clementino não foi o desinteresse, em si, pela política, mas sua dificuldade de lidar com ela administrativamente. Neste aspecto, concordamos com os autores que escreveram sobre a família Coelho, quando relatam depoimentos de sua esposa, Josepha Coelho: “Ela conhecia o seu

⁹⁸ Cf.: CHILCOTE, 1990, p. 82.

⁹⁹ Cf.: SOUZA, 2001, p.78-79.

¹⁰⁰ CHILCOTE, 1990, p. 82.

marido. Sabia-o temperamental, sem jogo de cintura necessário para fazer política de verdade”¹⁰¹.

Clementino Coelho se aproximou da política por meio de seus primos Souza, na época, aliados políticos da família Padilha, através do casamento, o que, no começo da vida política, fê-lo estar associado aos Padilha. Ocupou o cargo de Vice-Prefeito de 1913 a 1916; foi durante este período, em 1915, que sua vida política deu uma guinada.

Com o desquite de seu primo Souza Filho, que resultou no rompimento deste com a família Padilha, Clementino Coelho optou por uma aliança política com seu primo, também, afastando-se, ele mesmo, dos Padilha. Em nossa análise, seu objetivo foi crescer politicamente, apoiando o primo. Em 1925, Clementino Coelho candidatou-se ao cargo de Prefeito, mas foi derrotado. Com isso, pediu a anulação do pleito, alegando fraude. Em 1927, apoiou a candidatura de Manuel Francisco Souza Filho para Deputado Federal e ocupou, ele mesmo, o cargo de Prefeito de Petrolina, contudo não vai terminar o mandato, pedindo afastamento, devido a seu temperamento difícil, inapto para a administração. O que se percebeu nos anos de 1920 foi a inoperância de Clementino na condução política da prefeitura de Petrolina, assim procurou se fortalecer de uma forma indireta, através de terceiros.

Suas pretensões políticas sofrerão um revés, com o assassinato do seu aliado político Souza Filho, em 1929, ocorrido no recinto da Câmara Federal, morte esta atribuída a um desentendimento entre os partidários de Vargas e Júlio Prestes, do qual Souza Filho era partidário¹⁰². Com a morte do seu correligionário, Clementino adotou outras estratégias para se fortalecer na política, as quais serão analisadas, com mais profundidade, adiante.

Deflagrada a vitória de Vargas, em 1930, a política petrolinense sofreu outro infortúnio: Pacífico da Luz, candidato governista, assume a Prefeitura, ficando no poder, na quase totalidade do período varguista, tendo, ao seu lado, a máquina governamental da República Velha e o apoio inicial do jornal *O Pharol*.

Durante este período desfavorável, em vista de seu enfraquecimento político, Clementino de Souza Coelho, construiu novos mecanismos de fortalecimento do seu

¹⁰¹ PIRES, 1999, p.35.

¹⁰² Cf.: PORTO, Costa. **Os tempos de Lima Cavalcanti**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. p.18.

poder local, somando novos arranjos políticos, dentro das possibilidades permitidas. A efetividade de suas ações foi observada já nas eleições pós 1945, quando demonstrou a força que já possuía, numa ascensão cada vez maior de sua família na política.

3. MECANISMOS E PRÁTICAS POLÍTICAS EM PETROLINA

3.1. A construção de uma rede social

Os anos que se seguiram após 1930, mudaram a configuração política brasileira. A ausência de eleições impossibilitou a afirmação política daqueles que não se encontravam no poder, através do pleito eleitoral, o que desvalorizou momentaneamente a importância da arregimentação de votos. No entanto, a importância de estabelecer uma relação com a população era construída, objetivando não apenas o voto, mas também a legitimação do seu poder local, conseguida através do prestígio, conforme interpretação de parte dos teóricos que tratam do tema¹⁰³, para os quais o chefe local adquire a confiança da população através de determinadas práticas assistencialistas. Observamos que estas práticas se intensificaram em Petrolina, como uma alternativa à legitimação do poder local frente a este momento, sendo utilizada por parte das lideranças locais.

Assim, em um primeiro momento, Quelê buscou aprofundar tais práticas assistencialistas, visando o seu futuro como liderança local, uma vez que, a ascensão a algum cargo político estaria comprometida pela ausência de eleições nos próximos quinze anos.

Observamos que a disputa pelo poder ocorrerá, principalmente, entre Clementino Coelho, na época o comerciante mais rico da região do São Francisco e o prefeito de Petrolina, Dr. Pacífico da Luz, herdeiro da tradição da família Padilha, que era apoiado tanto por Carlos de Lima Cavalcanti como por Agamenon Magalhães. Diante da inoperância das eleições, esta disputa foi travada em outros campos, seguiram novas tendências, as quais observaremos a seguir.

Prefeito de Petrolina, em quase todo o primeiro período varguista, Pacífico da Luz, conforme visto anteriormente, não era um político de carreira, tendo permanecido na política para suprir, de última hora, a carência de uma liderança na família. Contudo, isto não o impediu de adquirir prestígio através de práticas assistencialistas durante sua administração, pois, mesmo como prefeito, não deixara de exercer sua profissão de médico, atendendo parturientes e doentes pobres, nas

¹⁰³ A *dominação carismática* encontrada na obra de Raymundo Faoro, as *relações de dom e contra dom* proposta na obra de Maria Izaura de Queiroz e, a *honra política* citada por Ibarê Dantas, são posições que percebem a importância do respaldo da população para o fortalecimento político de um chefe local.

suas residências¹⁰⁴, em um verdadeiro exercício de aproximação com a população. Além dessas atividades, o então prefeito realizou obras estruturais que vieram a suprir necessidades urgentes da população, como a conclusão do hospital Dom Malan; a fundação do Posto Central de Profilaxia; construção de fossas sépticas nas residências, visando a evitar o escoamento de águas usadas para as ruas; e instituiu a fiscalização do leite vendido na cidade, no sentido de evitar a sua adulteração.

Pacífico ausentou-se por um período de dois anos da prefeitura, entretanto não deixou de exercer sua liderança, pois, a pedido do Governador Carlos de Lima Cavalcanti, passou a ocupar a chefia do Departamento de Higiene do Estado de Pernambuco, de onde pôde destinar recursos para melhoramentos no setor de saúde da cidade de Petrolina, além de exercer concomitantemente a esta função, o cargo de Diretor do Posto de Profilaxia, que ele mesmo havia fundado, quando prefeito.

O *Pharol*, que mantivera uma estreita relação com Pacífico da Luz nos primeiros anos de governo, publicou, durante vários anos, em seus anúncios, uma publicidade do atendimento realizado pelo médico: “Dr. Pacífico da Luz, Medico. Operador e Parteiro, moléstia de olhos, nariz, ouvido e garganta. Dá consultas em Petrolina na sua residência e tem consultório principal em Juazeiro... chamados a qualquer hora para a cidade e interior”¹⁰⁵. Tal publicação o fez conhecido em toda região onde o jornal circulava, o que contribuiu para ampliar o alcance de seu poder político, além de lhe conceder prestígio junto à população, algo descrito como incomum entre os políticos ligados à família dos Padilha que, tradicionalmente, exerciam o poder através do controle dos recursos econômicos, com grande distanciamento da população que não os via com bons olhos¹⁰⁶.

As ações do “doutor” revelam a intensificação de outra forma de relacionamento entre os chefes locais e a população de Petrolina, a partir de 1930. “A oferta de serviços médicos continuou tendo um peso significativo na manutenção da política municipal, principalmente nos municípios interioranos desprovidos de

¹⁰⁴ BRITTO, Maria Creusa de Sá e. **Petrolina origem, fatos, vida, uma história**: do desbravamento do município a 1992. Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995. p. 95.

¹⁰⁵ Doutor Pacífico da Luz, medico, operador e parteiro, moléstias de olhos, nariz, ouvidos e garganta In: **O Pharol**. Petrolina, 31 out. 1931. p.3.

¹⁰⁶ Cf.: BRITTO, 1995, p. 95.

serviços básicos como saúde e educação” ¹⁰⁷. Clementino Coelho, comerciante bastante rico nos anos em que Vargas foi o chefe de Estado, também exerceu o assistencialismo na área da saúde: “em 1940 na epidemia de malária, Quelê fornecia medicamentos e a gente saía por aí, de sítio em sítio, vacinando o povo” ¹⁰⁸.

Nos anos que se seguiram a 1930, observamos que toda a região sofreu com fortes secas. A primeira grande seca ocorreu no ano de 1932, a qual recebeu o seguinte comentário do jornal:

Chegam notícias alarmantes da situação penosa em que se encontram os nossos sertões, abrazados pela grande estiagem. Do alto S. Francisco também chegam notícias desoladoras pois não tem chovido, sendo a perspectiva geral desanimadora. Enquanto a miséria ameaça os lares, os governos cruzam os braços ou fecham os ouvidos aos clamores publicos. Até onde iremos?¹⁰⁹.

A questão da seca, fato recorrente na região nordestina, voltou com força ao cenário jornalístico nos anos de 1930, o jornal cumpriu o seu papel em denunciar os problemas gerados pela estiagem, acusando os políticos de utilizarem o problema em benefício próprio, objetivando retirar do fato dividendos políticos. Vale salientar que, mesmo *O Pharol*, sendo aliado político dos governos municipal e estadual, faz uma análise bastante crítica a respeito do descaso mostrado pelo poder público no que dizia respeito ao fenômeno.

A poderosa camada senhorial dos coronéis, que controla toda a vida do sertão... Estes donos da vida, das terras e dos rebanhos agem sempre durante a seca, mais comovidos pela perda de seu gado do que pelo peso do flagelo que recai sobre seus trabalhadores sertanejos... Conseguindo, por fim, colocar até mesmo as secas a seu serviço e fazer delas um negócio¹¹⁰.

¹⁰⁷ SOUZA, 2001, p. 78.

¹⁰⁸ AMORIM, Plínio. Apud. SOUSA JUNIOR, 1985, p. 25.

¹⁰⁹ OS HORRORES da secca um facto impressionante. In: **O Pharol**. Petrolina, 6 fev. 1932. p. 1.

¹¹⁰ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. Curitiba: Companhia das Letras, 1995. p. 348.

A família Coelho, por sua vez, na grande seca de 1932, prestou atendimento a uma parcela da população, que estava sofrendo com o flagelo, conseguindo grande prestígio e reconhecimento público:

Ele (Quelê) abria frente se serviços para os trabalhadores em suas propriedades rurais, realizando intenso plantio de carnaúba mediante salários, e ela (Josepha) preparava inúmeras refeições para os retirantes flagelados. Houve dias em que fez e forneceu mais de quinhentas. “todos os dias fornecia comida a todos quantos chegassem em sua porta” ¹¹¹.

A situação financeira privilegiada da família permitiu que a mesma contribuísse com uma ajuda bem maior à população, que outras lideranças locais. No ano da grande seca, o jornal mostra, em várias notas, alguns atos de assistencialismo realizados por determinadas lideranças, mas, que não passavam de ações em menor escala, alcançando uma ou outra família, o que tornava a ação dos Coelho, bem mais visível que a dos outros líderes.

Essa atitude mostrava o caráter aparentemente humanitário do chefe local, e teórica preocupação com a manutenção da integridade da população, colocando-o como “pai” e sua esposa como “mãe” dos “flagelados da seca” ¹¹². Observamos que as biografias que trataram de “Seu Quelê” e sua esposa, apresentam o casal sob essa ótica. A exemplo de Vargas que se configurou como o “pai dos pobres”, o mesmo se deu em Petrolina com a atitude do coronel. É a concretização do prestígio político como mecanismo de sustentação do poder local.

Esse assistencialismo teve por objetivo criar uma imagem de alguém que se sensibilizava com a situação de calamidade, o que comovia a sociedade, ao mesmo tempo em que mostrava decisão nas suas atitudes, diante da inoperância governamental, como denunciava o jornal.

É importante destacar que o atendimento às famílias desamparadas, era uma prática comum em tempos de seca. O *Pharol* publica, em 1932, o auxílio de senhores mais ricos, à população carente. Na seca de 1915, tem-se notícia de ações semelhantes feitas pelo primo de Clementino Coelho, Otacílio Nunes de

¹¹¹ PIRES, 1999, p. 38.

¹¹² CAVALCANTE, Carlos. **A Família Coelho do Sertão do São Francisco**. Recife: Mongraf, 2006. p. 115.

Souza, quando ainda residia na cidade, onde grande número de pessoas foram atendidas, numa demonstração de poderio econômico.

Estas ações se referem às relações estabelecidas entre a população e as lideranças políticas, nas quais o chefe local constrói uma ligação com o povo através do assistencialismo em situações de necessidade, sendo, a seca, um caso extremo. Através desta forma de se relacionar, o líder local torna-se alguém que passa a ser lembrado pela população como o provedor que atende as suas carências, alguém que se torna uma referência, uma certeza de que nele encontrará a ajuda de que precisa. Esta relação fortalece o poder do “coronel”, pois a população o legitima. Além de trazer a população para perto do “coronel”, a seca foi um “grande negócio”, que enriqueceu os que souberam aproveitar-se dessa situação calamitosa.

Em Petrolina, Clementino Coelho foi um dos que souberam se apropriar desta situação. Foram formadas grandes frentes de trabalho em sua propriedade, transformando sua boa ação em negócio lucrativo, pois a população foi atendida em suas necessidades e, ao mesmo tempo, ajudou na produtividade de sua fazenda. Os salários pagos aos trabalhadores durante o período da seca, eram abaixo do que se pagava em época normal de plantio,¹¹³ permitindo ao “coronel” lucrar com uma produção de baixo custo.

Ressalte-se que grandes períodos sem chuva resultavam em grandes fluxos migratórios da região, o que resultava num esvaziamento da cidade, uma vez que os que ficavam concentravam as riquezas dos que se iam:

Enquanto muitos desistiam, juntavam os ganhos e vendiam o que tinham por qualquer preço para fugir da estiagem, Quelê jogava-se a uma luta corpo a corpo com a natureza [...] quando todos pensavam em vender, ele pensava em comprar. Enquanto a maioria se desfazia dos estoques, ele armazenava¹¹⁴.

Nos anos de 1930, a família Coelho adquiriu propriedades por preços irrisórios de comerciantes e homens de posse que partiram da cidade devido à seca, tornando-a, assim, mais próspera que as demais famílias da região. Além das

¹¹³ SOUZA, 2001, p.108. p.92.

¹¹⁴ SOUSA JUNIOR, 1985, p. 11.

estratégias de fortalecimento político, através do contato com a população mais carente, do enriquecimento pela compra de imóveis por preços abaixo do mercado, outras práticas puderam ser observadas, como a aproximação com os movimentos sindicais¹¹⁵. Cada vez mais crescentes e significativos no contexto de urbanização do país e de conscientização da classe trabalhadora, os movimentos sindicais passaram a ser vistos com mais atenção pelo Governo Federal, cuja relação se tornou uma das principais colunas de sustentação do regime varguista. No entanto, quando observamos as elites regionais, “quase ninguém esteve associado ao movimento operário”¹¹⁶, o que não foi o caso da família Coelho.

A cidade de Petrolina tinha uma relativa industrialização nos anos de 1930, porém, na década anterior, foi instalada a sua primeira indústria de extração da borracha. Posteriormente, vieram três fábricas de fumo, três de sabão, uma de vinagre e uma beneficiadora de algodão, esta última, pertencente à família Coelho. Isto revela que, não foram, portanto os Coelho, os pioneiros ou visionários da industrialização na região, apenas seguiram o momento quando o país enxergou na industrialização, o passo necessário para diminuir a dependência econômica do estrangeiro, cuja dependência nos conduziu a crise de 1929.

O jornal *O Pharol*, impulsionado por esta necessidade, publicou um artigo no sentido de incentivar a industrialização na região:

O local onde a “Manchester Brasileira” se erguerá está hoje ocupado pelas duas cidades fronteiras entre si: Juazeiro (Bahia) Petrolina (Pernambuco). A posição geográfica dessas cidades é providencial para o fim de lá se instalar em grande escala uma indústria de tecidos e fiação. Tomamos com ponto inicial para u’a maratona industrial a nossa Manchester, é e será o ponto nevrálgico de uma gigantesca organização que não invejará o progresso japonês¹¹⁷.

¹¹⁵ Em Petrolina nos anos de 1930, existiam a União do Artífices Petrolinenses, fundada em 1933; o Sindicato dos Empregados no Comércio, fundado em 1934 e o Sindicato dos Operários Metalúrgicos, fundado em 1935. CHILCOTE, *apud*.p.90.

¹¹⁶ HEINZ, 2006, p. 79.

¹¹⁷ A ANTEVISÃO maravilhosa de uma futura cidade industrial do Brasil. In: **O Pharol**. Petrolina, 17 jul. 1934. p.1.

Nem Petrolina, nem a região se tornaram uma “Manchester”, ocorrendo sua industrialização dentro de suas “características regionais”, ou seja, restrita as áreas de consumo não durável e a bens primários, como a extração de algodão, de modo que não competiu com a produção da Região Sudeste. No entanto, mesmo esta industrialização limitada, foi capaz de trazer certo desenvolvimento para a região, criando uma nova classe de trabalhadores, conduzindo-a a outra necessidade que se fazia presente nos anos de 1930, ou seja, a aproximação com a classe trabalhadora.

Como vimos desde o começo de sua gestão, Pacífico da Luz, soube associar sua profissão de médico ao cargo público que exerceu, no que resultou em uma aproximação com a população através de ações assistenciais, no entanto, não se ateve a esta nova classe que se formava. Sendo, já notadamente, mais médico que político, suas ações na prefeitura se restringiram a questões ligadas à área da saúde, ou a questões estruturais, como reformas urbanísticas e a construção do aeroporto, em terreno doado por ele mesmo.

Petrolina não era tradicionalmente industrial e, sim comercial, conseqüentemente, sempre foi dada pouca importância por parte da prefeitura, à indústria e seus trabalhadores, mas, ainda assim, esta classe se torna significativa, ao ponto de ter seus interesses representados no *O Pharol* que, desde os anos de 1930, passou a publicar matérias em sua defesa. Em 1935, por exemplo, publicou o artigo “as leis sociais, sua falta de execução no interior – males que disso se originam”¹¹⁸.

Pacífico da Luz, não percebeu que, cada vez mais, este assunto esteve na pauta do país e, mesmo com uma industrialização limitada na região, os que souberam se associar a esta imagem, foram beneficiados, e chamados de modernizadores.

Esta parece ter sido a percepção da família Coelho, que investiu na industrialização, através da Coelho S/A, e na valorização dos funcionários, atendendo às novas necessidades do cenário nacional. Em um local aonde as leis trabalhistas não chegavam. Quando consultados, ex-funcionários da Coelho S/A, sempre colocavam a família Coelho como bons patrões:

¹¹⁸ **O Pharol**. Petrolina, 9 mar. 1935. p. 1.

Tinha uma preocupação social fora do comum e uma visão bastante larga. Muito antes de se falar em legislação trabalhista ele dava aos funcionários, no natal, uma remuneração extra bastante “gorda” a ponto de alguns chegarem a comprar casa com o dinheiro recebido, foi ele [Clementino Coelho] quem inventou o 13º salário¹¹⁹.

A valorização dos funcionários, com a concessão de direitos inexistentes em outras indústrias, colocou a Coelho S/A como uma empresa que reconhecia os direitos trabalhistas, que ganhavam força no período Vargasista. Associando sua imagem a uma das propostas onde Vargas colocava o maior empenho, isto os fez aproximar-se do trabalhador industrial.

O bom relacionamento entre o trabalhador industrial e a família Coelho, não se deu de forma pelega, mas através de melhorias dadas pelo governo federal e repassadas aos trabalhadores das indústrias Coelho que, com isso vão se fortalecer politicamente. Assim como no caso federal, em Petrolina não houve manipulação das massas, e sim a conscientização do trabalhador industrial de que a família Coelho cumpria com as leis trabalhistas.

Até os anos de 1940, as atividades comerciais da família atingiram outras cidades circunvizinhas como, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó e Belém do São Francisco; cidades do sertão pernambucano como Salgueiro, Ouricuri, Bodocó e Araripina e estados vizinhos como Paraíba e Ceará, além do sul do Piauí e norte de Minas gerais.

A Coelho S/A se tornou, com o passar dos anos, uma empresa de referencia nacional, ampliando suas atividades para outros setores e um número cada vez maior de funcionários, passaram a compor o quadro das indústrias¹²⁰. Este volume de funcionários, valorizados pelos padrões petrolinenses, se tornaram fieis seguidores e futuros eleitores dos seus empregadores.

As citadas ligações comerciais permitiram o estabelecimento de uma vasta rede de relacionamento comercial e político, visto que, o controle desta atividade

¹¹⁹ LIMA, José Américo. **Coronel Quelê**: adversidade e bonança. Petrolina: Ed. do autor, 2010. p. 87.

¹²⁰ Cf.: CAVALCANTE, Carlos. **A família Coelho**: do Sertão ao São Francisco. Recife: MongGraf gráfica e editora, 2007. p. 91.

estava nos “coronéis” de cada região. Tais laços se fortaleceram em ambos os aspectos e, no momento oportuno, serviram para impulsionar a ascensão política dos Coelho no interior do estado. Assim, compreendemos que, parte da estratégia da família durante o período no qual as eleições estavam suspensas, foi a manutenção de um contato permanente com o povo de todos os estratos sociais, desde os menos favorecidos até aos “coronéis”; dos trabalhadores do campo aos mais novos industriais.

3.2. O uso da informação como mecanismo político

O controle da informação sempre foi utilizado pelos governos como importante mecanismo de poder político, se sustentando no Brasil, da sua época estudada:

completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece¹²¹

Para Dantas, o controle dos chefes locais sobre o povo, aos poucos, iria diminuindo, uma vez que a população conseguiria acesso aos bens decorrentes da modernidade, entre os quais estaria a comunicação, antes controlados pelos mesmos.

O que observamos, na realidade, foi a capacidade de adaptação às transformações que a modernidade trouxe. O controle da informação, não só permaneceu, como se tornou um trunfo ainda maior do chefe local, visto que, com o crescente número de alfabetizados e de pessoas que passaram a ter acesso aos jornais, o controle da informação ganhou ainda mais importância:

Em todas as áreas regidas pelas relações capitalistas, a imprensa atingiu a etapa de empresa, a etapa industrial. A indústria do jornal ou da revista – como de resto da

¹²¹ LEAL, 1976, p. 25.

radiodifusão e da televisão – por todas aquelas áreas atingiu dimensões muito grandes, gigantescas em alguns casos¹²².

Vimos que, com a crescente importância do eleitor para os políticos no século XX, Vargas e seus interventores em Pernambuco souberam fazer da imprensa um canal de comunicação direta com a população, somando-se a outras formas de aproximação, tais como: a concessão de direitos políticos e trabalhistas.

Em Petrolina, *O Pharol*, fundado em 1915, por João Ferreira Gomes, “Seo Joãozinho do Farol”, que circulou por 75 anos. Foi o jornal de maior duração do interior Pernambucano, permitindo que sua presença permeasse os principais acontecimentos da cidade no século XX, o que o torna, uma das principais fontes documentais para a história de Petrolina.

No entanto, o seu frequente uso como fonte primária nas obras locais, deixou de lado sua faceta política, na qual o jornal foi usado como um mecanismo de comunicação entre lideranças locais e os seus leitores, a aproximação do jornal a líderes locais, lhe conferiu respaldo, alcance e apoio financeiro. A primeira delas foi, sem dúvida, com o bispo Dom Antônio Maria Malan, que exerceu forte influência na região são franciscana, sendo um representante do catolicismo romanizado¹²³ na localidade, chegando a ser intermediador de conflitos políticos entre lideranças locais.

Dom Malan enxergou no *Pharol*, do católico João Ferreira Gomes, um parceiro que facilitaria a comunicação entre a Igreja e os fieis, tornando-o um canal de informação e orientação:

No início do século XX, a hierarquia eclesiástica intensificou a sua política em defesa da criação de uma imprensa que estivesse a serviço da defesa da moral, da ética e da fé cristãs. Neste sentido, passou a incentivar a comunidade católica a que dedicasse seus esforços na difusão e preservação de um

¹²² SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro. Mauad, 1999. p. 392.

¹²³ Segundo o historiador Newton Darwin de Andrade Cabral, o catolicismo romanizado: “tratava-se de considerar como modelo eclesiástico válido um que tivesse como traços essenciais a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos, o senso de hierarquia eclesial e a preocupação com a doutrinação”. (CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Memórias de um cotidiano escolar**: Universidade Católica de Pernambuco, 1943-1956. Recife: FASA, 2009. p. 161.).

jornalismo que defendesse e propagasse a verdade católica (a boa imprensa), em combate a um jornalismo que cada vez mais disseminava a “irreligião” e a “imoralidade” (a má imprensa)¹²⁴.

Esta parceira trouxe retorno mútuo, pois a Igreja Católica passou a dispor de um veículo de comunicação de longo alcance, enquanto o periódico contou com o apoio financeiro da mesma, além de credibilidade e de um número fiel de leitores que, procurando se informar das notícias relativas à sua religião, terminavam por, obter no periódico, informações acerca de outros assuntos, como a política.

Esta união se tornou ainda mais clara, quando o poder religioso local se desentendeu com o “coronel” Quelê. Em 1929, o primo de Clementino Coelho e aliado político do bispo petrolinense, Souza Filho, foi assassinado na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, por divergências políticas. Foi na década de 1920, que Quelê se tornou o mais rico da região e sua entrada na política se deu na mesma época, com o apoio de seus primos Souza Filho e Otacílio Nunes de Souza, representou uma nova etapa do fortalecimento do seu poder. Com a saída de Otacílio de Petrolina e o assassinato de Souza Filho, Clementino ficou sem padrinho político.

Em 1930, vai ocorrer um rearranjo de forças políticas, para o que seria a última das eleições na República Velha, quando o bispo apoia o grupo opositor a Clementino Coelho, o que vai representar uma mudança de sua posição política. O “coronel” Quelê percebendo seu enfraquecimento político com a perda do apoio religioso, entra em atrito com o representante católico:

A versão que foi divulgada é que seu Quelê teria apontado para o retrato de dom Malan que existia na prefeitura e dissera: o corpo de Souza Filho ainda não está frio e os amigos já começam a traí-lo insinuando que Dom Malan teria interferido no resultado da eleição¹²⁵.

¹²⁴ AMARAL, Walter Valdevino do. **Que Fizeram “Ellas”?**: As Filhas de Maria e a Boa Imprensa no Recife, 1902-1922. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010. p. 55.

¹²⁵ PIRES, 1999, p. 35.

O ataque desferido pelo patriarca dos Coelho foi respondido no *Pharol*, em nota através do que na figura do padre Mariano de Moura Cavalcanti, publicou:

Sabeis que foi o pesado leviano e qual foi o insulto nascido, naturalmente ou vomitado de seu coração de oiro... É desnecessário o commento. Já estaes fartos e, certamente enojados do fruto, e da arvore que o produziu. demos o maior desprezo ao enfatuamento dos despeitados, de quem, se julgando necessario ao meio em que vive, não passa, às vezes, de um coronel estouvarado, pernostico, e dinheirudo¹²⁶.

Além desta publicação, outra se sucedeu, através de um autor desconhecido que continuou atacando o patriarca dos Coelho. O desentendimento tomou proporções cada vez maiores, pois o ataque público levou o “coronel” a entrar com uma ação judicial contra o jornal. Durante a ação, o bispo Dom Malan, utilizou o jornal de forma a vitimizar ambos, mobilizando a cidade contra Quelê, o que resultou em movimentos de apoio à causa eclesiástica. A pressão pública foi tamanha que, levou o “coronel” a retirar a ação contra o jornal e ainda mudar de cidade, só retornando após a morte de Dom Malan.

Este fato revelou a capacidade do alcance de *O Pharol*, na disseminação de ideias e a importância cada vez maior que, os meios de comunicação representavam os políticos. O jornal deixou clara a sua face política, pois, em meio às disputas pela chefia local, demonstrou seu apoio às posições da Igreja Católica local.

Com a mudança política de 1930, na qual o país se reorganizou politicamente sob novo eixo, em Petrolina, a Igreja apoiou o prefeito escolhido pelo novo governo, Pacífico da Luz, casado com a filha do coronel Padilha, que já tinha laços estreitos com a diocese, obtendo assim, o apoio político da Igreja e, consequentemente, do jornal *O Pharol*.

Nos primeiros anos da década de 1930, suas ações governamentais, salvo raras exceções¹²⁷, foram sempre noticiadas com a aprovação do jornal. Deixando seu governo com a imagem de prefeito exemplar, e, com alta aprovação popular.

¹²⁶ CAVALCANTI, Mariano de Moura. Coices ao vento... In: **O Pharol**. Petrolina, 8 mar. 1930. p. 1.

¹²⁷ Cf.: D'AQUI. In: **O Pharol**. Petrolina, 7 jan. 1932. p. 1. em janeiro de 2010 não por acaso, atualmente monsenhor – o que confirma os laços estreitos entre a família e o poder religioso.

Além disto, Pacífico da Luz teve, como médico, por muitos anos, um espaço cativo no jornal, para divulgação do seu consultório de atendimento. Toda essa conjuntura nos levou à conclusão de que, o jornal se tratou de um canal de comunicação da Igreja Católica e de seus aliados, caso de Pacífico de Luz. Percebemos, no entanto, que este apoio não se deu de forma contínua ao longo do período governado por Getúlio Vargas.

Em entrevista concedida ao autor, o filho mais novo de Pacífico da Luz, Bernardino Padilha da Luz, padre da igreja matriz de Petrolina¹²⁸ falou acerca das relações de seu pai com *O Pharol*: “Naquela época só existia O Pharol... e favorecia um grupo político só, o grupo dos Coelho que estava querendo aparecer¹²⁹”.

Cabe aqui ressaltar que, em 1930, Bernardino tinha apenas seis anos de idade, portanto suas lembranças sobre esse período, não são tão claras. Quando consultado sobre o governo de Lima Cavalcanti, falou: “me lembro vagamente, me lembro mais do governo de Agamenon Magalhães”. Assim, compreendemos que ficou marcado, na memória do padre petrolinense, o período em que *O Pharol*, já não era favorável politicamente ao seu pai. Seria, portanto, a permanência desta última impressão que poderia explicar sua opinião sobre o jornal.

A fim de compreender o exato momento em que jornal abandonou o apoio ao prefeito Pacífico da Luz, percebemos que, em 1924, começou a trabalhar no jornal *O Pharol*, como tipógrafo, Cid de Almeida Carvalho.

Natural da cidade de Remanso, Estado da Bahia, desde sua formação educacional, Cid Carvalho trabalhou em jornais como o semanário “Correio do Remanso”. Em 1923, transferiu-se para a cidade de Juazeiro, onde trabalhou no jornal “O Direito”. No ano seguinte, foi para Petrolina, a fim fazer os exames de admissão ao curso ginasial no Colégio Dom Bosco; seu êxito o conduziu a morar na cidade, onde, posteriormente, devido a sua experiência jornalística foi convidado a trabalhar como tipógrafo no jornal *O Pharol*. Nos anos que se seguiram, assumiu o

¹²⁸ Desde sua ordenação em 1948, desempenhou várias atividades, foi secretário do Bispado, no município de Petrolina; professor de Português, Latim e Religião, no Colégio Dom Bosco, vigário geral da Diocese de Petrolina, reitor da Catedral da cidade e apresentador do programa de rádio Oração para um dia feliz, da emissora Voz do São Francisco. Atualmente se encontra jubilado pela Igreja Católica Apóstolica Romana residindo em Petrolina.

¹²⁹ Bernardino Padilha da Luz, Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2010.

cargo de Redator-Secretário do Jornal, função que exerceu até 1944, sendo nesse período admitido como sócio efetivo da Associação de Imprensa (AIP).

Aos poucos, Cid Carvalho se aproximou da emergente família Coelho e, com ela, estabelecendo uma forte relação durante toda a sua vida. Assim, cremos que foi através desta relação, que a família Coelho pôde ganhar espaço no jornal para se fortalecer politicamente.

Cid Carvalho, além da função que exercia no periódico, atuava em atividades sindicais, acompanhando o crescimento dos movimentos em todo Brasil e a luta pela obtenção dos direitos trabalhistas, durante o período varguista.

Em 1933, Cid Carvalho fundou, e vai presidir durante toda sua existência, a União dos Artífices Petrolinenses, o Sindicato dos Empregados do Comércio e, ainda, em 1935, o Sindicato dos Operários Metalúrgicos. Apontado como “um jornalista brabo, carranchista, agressivo e meio áspero”¹³⁰ Cid Carvalho marcou sua primeira atuação na luta para a obtenção dos direitos dos trabalhadores no interior. Para isso, utilizou-se da sua função no *Pharol* como um meio de difusão de sua causa, conforme se vê no número publicado em 12 de outubro de 1935:

As classes trabalhadoras organizadas do Estado de Pernambuco não tiveram na Assembleia Constituinte quem se interessasse legitimamente por todas as suas justas reivindicações que o momento oferece [...] partes integrantes da nação, e elementos indispensáveis de sua prosperidade e grandeza, as classes trabalhadoras até então olvidadas, tem, de 1930 para cá, merecido a atenção de nosso governo e de nossos legisladores¹³¹.

Em 1938, Cid Carvalho mobilizou o Comitê de Propaganda e Organização Sindical, no entanto, em sua luta encontrou pouco das forças políticas, inclusive do próprio Pacífico da Luz. Essa falta de apoio municipal enfraqueceu o movimento sindical na cidade. Assim no mesmo ano de formação do Comitê de Propaganda, o que se assistiu foi Vargas dissolver o Sindicato dos Ferroviários de Estrada de Ferro Petrolina-Teresina, o que representou um duro golpe para os trabalhadores

¹³⁰ CANTARELLI, Manoel Aníbal. Recife/PE, jan. 2009. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino)

¹³¹ **O Pharol**. Petrolina, 12 de outubro de 1935. p. 1.

petrolinenses. Cid Carvalho culpou principalmente o prefeito pela omissão, o que se traduziu em retaliações a Pacífico da Luz, através do jornal, como podemos ver abaixo:

Confiados nas promessas do poder público, enfrentávamos, até ha pouco, todos os entraves que foram surgindo ao longo da jornada, na persuasão de que um dia haveria de surgir um governo que volvesse as suas vistas para a legião dos trabalhadores sertanejos [...] por falta de apoio do poder público, nos retrairemos acompanhados por todos os trabalhadores conscientes [...] a União dos Artífices petrolinenses [...] muito embora tenha sido abandonada pelo poder público, pois que a única cooperação que recebia [...] lhe foi retirada por ato do atual Dr. Prefeito Municipal¹³².

Quatro anos mais tarde, a publicação de “a vida proletária a mercê dos exploradores gananciosos, o proletariado sertanejo vive horas amargas¹³³”, revela a permanência destas questões e a mágoa com a prefeitura.

Os problemas de Cid carvalho em obter apoio municipal, na defesa dos direitos trabalhistas, fez com que, desde o começo buscasse apoio em outras lideranças, o que resultou em alianças com coronéis, que já desenvolviam algum tipo de industrialização em Petrolina.

Um exemplo claro ocorreu em 1935, quando Cid Carvalho apoiou publicamente, a candidatura de Cardoso de Sá para prefeito de Petrolina¹³⁴, fato que se concretizou devido a uma convergência de forças políticas, do jornal *O Pharol*, dos sindicatos e do próprio prefeito de quem era amigo. No entanto, a esperança projetada no novo prefeito foi interrompida no ano de 1937, data que marca o início do Estado Novo e o retorno de Pacífico da Luz a prefeitura, nomeado desta vez por Agamenon Magalhães.

A aliança mais próspera acabou se dando com a Família Coelho que, como visto anteriormente, já era a mais rica da cidade, sendo, portanto, a mais capacitada para fazer frente ao prefeito. Além do poder econômico, a família possuía a Coelho

¹³² CARVALHO, Cid de Almeida. Porque caiu a nossa organização sindical: às classes e ao povo de Petrolina. In: **O Pharol**. Petrolina, 22 out. 1938. p. 3.

¹³³ Cf.: **O Pharol**. Petrolina, 12 mar. 1942. p. 1.

¹³⁴ **O Pharol**. Petrolina, 8 fev. 1936. p. 1.

S/A indústria, que se compunha de um quadro de funcionários presentes nos sindicatos e, portanto, engajados nas causas trabalhistas de Cid de Carvalho.

Percebemos que, Cid Carvalho como liderança sindical, contribuiu na condução do nascente operariado a uma aproximação com a família Coelho. O operariado fortalecido pelos direitos adquiridos, direitos que em outras indústrias eram limitados, o que permitiu ainda, a família, associar-se a imagem varguista da industrialização.

O que observamos é que, nos anos de 1930, após o desentendimento entre os Coelho e o poder religioso local, a presença da família, no jornal da cidade, passou a ser uma constante, devido à abertura a eles concedida por Cid Carvalho. Clementino passou então a aparecer com frequência, não mais devido a conflitos religiosos, mas como representante dos interesses da população e do trabalhador petrolinense, uma aliança que fortaleceu a ambos.

Em 1931, o Jornal *O Pharol*, publicou um telegrama enviado por Clementino Coelho, para Juarez Távora, no qual apela para intervenção do general, na conclusão da estrada de ferro que saía de Petrolina, cuja construção traria desenvolvimento para a região. No ano seguinte, observamos outra publicação de Clementino, no *Pharol*, desta vez, assinada em conjunto com outros “coronéis”, pedindo auxílio para Petrolina e região para combate à seca na região.

Através dessas publicações, percebemos que, mesmo diante de desentendimentos entre a Igreja Católica e seu Quelê, este esteve presente e atuante no *O Pharol* por meio de Cid Carvalho, que lhe permitiu espaço para publicações em defesa de interesses mútuos, além de, ele mesmo publicar textos que, de maneira indireta, fortaleceu politicamente a família Coelho, na medida em que atacava a principal força política local, o então prefeito Pacífico da Luz e valorizava o operariado petrolinense, como faziam as indústrias Coelho.

Compreendemos, assim, que, ao término do período Varguista e diante das eleições que vieram subsequentemente, a família Coelho chegou aos pleitos com um fortalecimento político, no qual já se permitiu vislumbrar seu futuro predomínio na região são franciscana. A aliança percebida através do jornal, seria confirmada nas urnas, quando cada um dos personagens ocuparia os partidos que provavelmente lhe caberiam; o PSD, com fortes características coronelistas, foi escolhido e

futuramente liderado por Clementino Coelho, enquanto Cid Carvalho presidiu o PTB petrolinense, partidos diferentes, ambos da base aliada varguista.

3.3. As eleições de 1946

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as pressões para o término das ditaduras e regimes totalitários em todo o mundo aumentaram. Vargas, por sua vez, havia adotado, uma política externa de apoio aos aliados, no entanto, internamente, sua política se assemelhava, em alguns pontos, aos regimes que estavam sendo combatidos, onde a propaganda política era o maior deles.¹³⁵ Pressionado por seus opositores, foi deposto, abrindo espaço para eleições em todo país. Embora o período em que Vargas fora presidente fosse um período de crescente centralização do poder, diversas forças estiveram em disputa para serem coparticipantes dessas mudanças.

Ao término dos seus 15 anos no poder, muitas das forças que entraram no jogo de 1930, fortalecidos dentro da Aliança Renovadora, chegaram a 1945 enfraquecidas. No entanto, muitos desses grupos, que se inseriram durante o processo, cresceram por acompanharem as transformações, saindo fortalecidos após todos esses anos. Segundo Saldanha, geralmente se fala da “redemocratização de 1945”, no entanto para este autor, ela não foi um “fenômeno” ocorrido como um salto, foi um processo gradual de retomada de exigências, dentro ainda da fase ditatorial ¹³⁶.

Mesmo com o fim de seu governo, Getúlio Vargas consegue articular a manutenção das forças presentes no Estado Novo, conseguindo eleger o general Eurico Gaspar Dutra, do PSD (Partido Social Democrata) o qual, se não era um aliado incondicional de Vargas, representava, naquele instante, oposição à UDN, partido que teve como características principais o liberalismo associado a banqueiros e ao setor privado, sendo declaradamente antigetulista e anticomunista, e que nos seus objetivos somaram forças até mesmo com senhores de terras que fossem opositores ao getulismo.

¹³⁵ CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. **REPENSANDO o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.159.

¹³⁶ SALDANHA, Nelson, **História das idéias políticas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. p. 310.

Assim, com relação à vitória de Dutra, Boris Fausto vai ressaltar:

O que se pode afirmar com segurança é que a sombra do velho Getúlio Vargas continuava a se estender sobre o país. Derrubara-se o homem, mas os mecanismos políticos, o aparato burocrático, o sistema de poder elitista e autoritário iriam permanecer, modificados em alguns aspectos de sua forma, mas idênticos quanto ao conteúdo¹³⁷.

Entretanto, na presidência, Eurico Gaspar Dutra, passa a ver, sempre, Vargas como uma ameaça, fazendo um governo de enfraquecimento a tudo o que estivesse ligado a ele. Em Pernambuco, o PSD, fundado no período varguista e articulado por Agamenon Magalhães, vai representar o continuísmo de Vargas, após 1945. Devido a essa estreita ligação, o PSD, vai ser perseguido pelo novo presidente que procura enfraquecer o interventor nas eleições estaduais. No entanto, Agamenon, que havia seguido à risca a cartilha varguista, também procurou o continuísmo de sua influência estadual, para eleger seu candidato a governador, Barbosa Lima Sobrinho, e, para isto, monta alianças visando à vitória eleitoral:

O PSD em Pernambuco foi implantado tendo como base o coronelato agrestino e sertanejo, fiel ao Estado Novo, 'condutores do rebanho eleitoral' na expressão de Victor Nunes Leal, reunindo também membros cooptados dos principais segmentos integrantes da malha corporativa do antigo regime¹³⁸.

A força que Vargas adquiriu, ao longo dos seus quinze anos de governo, manteve-o sólido politicamente, mesmo após sua deposição, fazendo com que a associação a sua pessoa permanecesse algo de fundamental importância política. Impossibilitado de exercer a liderança do partido¹³⁹, o prefeito entrega a incumbência da fundação do PSD a Nestor Cavalcanti Figueiredo, seu amigo. A liderança do

¹³⁷ FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano, v 10: sociedade e política (1930-1964)**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 290.

¹³⁸ LAVAREDA, Antônio. **Partidos no pós-guerra: primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947**. Recife-PE: Ed. Universitária da UFPE, 2008. p. 45.

¹³⁹ A impossibilidade de Pacífico da Luz residia no seu estado de saúde, debilitado devido a uma queda de cavalo.

partido, portanto, será exercida por uma figura recente na política, sem a tradição necessária para tanto¹⁴⁰.

A percepção de que as forças estadonovistas se manteriam no poder e a liderança amena no PSD, fez com que, no caso petrolinense, as principais lideranças políticas se concentrassem nesta mesma legenda, o que não significou, necessariamente, num mesmo pensamento político. Para tornar as mudanças possíveis, exigidas pelas novas condições, diversas alianças estiveram presentes ao poder, algumas delas representando a manutenção das antigas práticas econômicas.

O articulador do PSD estadual, Agamenon Magalhães, prestou um natural apoio a Pacífico da Luz, seu prefeito nomeado desde 1937, cumpridor à risca da agenda demandada pelo interventor e, desde 1930, fazendo parte do quadro de aliados; mas, esse apoio foi ameno, pois, devido à perseguição ao varguismo pernambucano pelo presidente Dutra, cada município precisou manter a base de aliados políticos constituídos desde 1937. No entanto, a obrigação maior era a vitória nas urnas “a ideia era procurar quem pudesse assegurar a vitória nos municípios... no fundo a organização não era nacional era estadual”¹⁴¹. Agamenon Magalhães, “teria que agora de comer o pão com o suor do seu rosto. E o fez. encomendando-o aos seus padeiros do interior, seus Chicós, seus Zéabilios, seus veremundos, seus Quelês, exímios de levar ao forno as duas massas, a do trigo e a do voto”¹⁴².

Sua opção por aglutinar a maior parte possível de chefes locais debaixo da mesma legenda partidária, se mostrou sábia, pois na capital seu candidato a governador perdeu, foram os votos do interior que lhe garantiram a vitória. Em Petrolina, Barbosa Lima Sobrinho teve mais votos que a soma de todos os seus adversários.

Pacífico da Luz foi considerado um bom prefeito e dispunha de boa popularidade devida, principalmente, a sua política assistencialista, no entanto, contra si pesaram alguns pontos importantes já citados, como a sua entrada na

¹⁴⁰ PSD foi sempre comandado nos municípios por fortes lideranças assim como foi na capital com Agamenon, em Petrolina a tarefa coube a alguém que não tinha essa liderança por originário de outra região, a cidade de Afrânio.

¹⁴¹ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenom Magalhães consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Ed. Massangana, 1984. p. 96.

¹⁴² LIMA FILHO, Andrade. **China Gordo**: Agamenon Magalhães e sua época. 2ª Ed, Recife: Universitária, 1976. p. 203.

política que deveu-se, ao seu matrimônio, com uma membro de tradicional família local, os Padilha.

Na nossa análise, Pacífico da Luz, pecou, principalmente, ao desconsiderar as necessidades trabalhistas surgidas no período, o que gerou uma dura oposição por parte de Cid de Carvalho, líder sindical e tipógrafo do principal jornal da cidade *O Pharol*. Ao afastar-se desta nova classe emergente, perdeu o apoio incondicional que o jornal lhe conferia, passando a ser atacado em diversas ocasiões. Nesse período, vê que, outras vozes passam a exercer influência dentro do jornal. Assim, seu governo passa a ser associado a projetos assistenciais, obras estruturais, e não, ao trabalhismo e a uma imagem modernizante, fatores cada vez mais, significativos no cenário político:

Nos anos 1940, o surgimento de novas elites e o despertar de amplos setores [...] Levaram o país a procurar acertar o passo com a “modernização” do mundo na tentativa de superar o seu “atraso”, como fora diagnosticado nos anos 1930. Como vimos assistiu-se a uma mudança de mentalidade. Ou dentro do jargão da época, a “uma tomada de consciência da realidade nacional” ¹⁴³.

Essa mudança não foi acompanhada pelo então prefeito, algo que seria de fundamental importância para os próximos anos, na política brasileira.

Outros nomes que se salientaram dentro do quadro do PSD foram os do “coronel” Clementino Coelho e de João Ferreira de Silva, o “João Barracão”. João Ferreira de Silva, que mesmo exercendo ações assistencialistas como os outros e, conseqüentemente, adquirindo prestígio popular, no entanto, estava mais próximo a Pacífico da Luz do que a “Quelê” nas questões políticas, representando de fato um continuísmo do comportamento político que antecedeu 1930 e, portanto, preso a este. Além disso, os novos tempos exigiram de seus líderes uma maior formação intelectual no que tange a política, o que não foi o caso de João Ferreira, haja vista

¹⁴³ MOTA; LOPEZ, 2008, p. 728.

ser um homem sem estudo, despreparado para competir com os filhos de Seu Quelê”¹⁴⁴.

Clementino Coelho, por sua vez encontrava-se em uma melhor posição que seus adversários, havendo enriquecido durante os anos de 1930, a ponto de se tornar o mais rico da região e dispondo de bom relacionamento com as lideranças políticas do partido em que se filiou, tendo seus filhos estudado nas melhores faculdades do país, que diz respeito a João “Barracão”, escolhido por Pacífico da Luz para lhe fazer frente, não tinha estudos.

Somado a estes fatores, acreditamos que outros também contribuíram para seu fortalecimento político na região são franciscana, os quais também foram significativos para sustentação política da família Coelho.

O estreitamento da relação entre a população local e a família Coelho durante os anos de 1930, através de práticas assistencialistas em situações de calamidade pública, e da aproximação com o operariado, realizada através da ligação da família com o principal representante sindical de Petrolina, vai posicioná-la ao lado de um grupo que simbolizava as crescentes transformações do país, algo significativo e raro na época¹⁴⁵.

Através da associação aos valores varguistas de progresso e respeito ao trabalhador: “há uma estreita relação entre o discurso do grupo dominante com essa ideia de sonho, de um município pujante e promissor”¹⁴⁶. Nos dias atuais, atribui-se à família Coelho, como sendo a principal responsável pelo desenvolvimento econômico e estrutural de Petrolina¹⁴⁷.

Aberto o caminho dentro do PSD para a atuação dos Coelho, Clementino tratou de ocupar os espaços dentro do partido, pois “Era hábil nos bastidores, conspirando, sugerindo, cooptando”¹⁴⁸, o que resultou em sua liderança no PSD petrolinense, tendo suas articulações voltadas para a defesa de uma representatividade do interior

¹⁴⁴ CANTARELLI, Manoel Aníbal. Recife/PE, jan. 2009. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino)

¹⁴⁵ Cf.: HEINZ, 2006, p. 79.

¹⁴⁶ SOUZA, 2001, p. 63.

¹⁴⁷ Das 49 pessoas entrevistadas, 36 disseram que o grupo dominante teve uma participação decisiva nesse processo (o desenvolvimento local). (Ibidem, 2001, p. 63).

¹⁴⁸ RIVAS, 2001, p. 38.

na política nordestina, sob o pretexto de que era o interior esquecido pelos políticos do litoral:

Levando em conta essas dificuldades de natureza basicamente sociais, o coronel Quelê assumiu o papel de grande articulador da política que mudaria o destino do semi-árido nordestino. Ele chegou a conclusão de que era preciso ter na assembléia legislativa do Estado um representante legítimo regional, autêntica voz do sertão para questionar e reivindicar a solução dos problemas locais¹⁴⁹.

A liderança dos Coelho, dentro do principal partido pernambucano da era pós-Vargas e a indicação de Raimundo Santana para prefeito de Petrolina, desagradou Pacífico da Luz que rompe com o PSD e migra para o PDC (Partido Democrata Cristão), levando consigo eleitores e aliados políticos, lançando como candidato João Barracão.

A campanha de Clementino Coelho para eleger seus aliados políticos, entre eles, seu filho Nilo Coelho, candidato a Deputado Estadual pelo PSD, fundamentou-se na associação a uma imagem de defensor do progresso para o interior pernambucano, região esquecida pelos políticos do litoral. Agamenon, vendo a necessidade de angariar votos para Barbosa Lima Sobrinho, não fará oposição aos Coelho.

A não interferência de Agamenon nas disputas abriu espaço para medição de forças locais, o que favoreceu, conforme perceberemos, a família Coelho: “naquela época o coronel mandava e desmandava, o eleitor não votava no candidato do Recife não, votava no coronel, em quem ele mandasse”¹⁵⁰.

Diante de tais circunstâncias, a família “promoveu toda sua campanha no sertão, graças ao apoio de chefes políticos como Fernando Bezerra (Ouricuri), Manuel Ramos (Araripina), Laudenor Lins (Sertânia) e Florêncio Barros Filho (Santa Maria da Boa Vista)”¹⁵¹. Todos estes, estavam ligados através de laços de

¹⁴⁹ LIMA, José Américo. **Coronel Quelê**: adversidade e bonança. Petrolina: Ed. do autor, 2010. p. 56.

¹⁵⁰ CANTARELLI, Manoel Aníbal. Recife/PE, jan. 2009. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino)

¹⁵¹ RIVAS, 2001, p. 41.

compadrio, solidificados durante o período varguista e devido ao comércio que mantiveram com seu Quelê. Esta campanha no interior nos revela o alcance inicial da influência política da família Coelho que, após as eleições, ampliou-se cada vez mais.

Ao término da campanha, Clementino Coelho conseguiu eleger seus dois candidatos, entre eles, Nilo Coelho foi o terceiro deputado mais votado no estado de Pernambuco, sendo o primeiro do interior, ficando à frente de candidatos de outros líderes regionais. O outro eleito foi seu irmão Gercino Coelho, Deputado Estadual pela Bahia, o que demonstra a permanência da estreita relação entre Petrolina e Juazeiro, onde os políticos das duas cidades exercem influência em ambas as regiões.

Ainda em outubro do mesmo ano, novamente, as forças políticas mediram forças. O próprio João Barracão, com o apoio de Pacífico da Luz e seus aliados, foi lançado como candidato a prefeito de Petrolina pelo PDC, contra José Fernandes Coelho, primo de Clementino, do PSD.

A vitória de Barracão, não representou, necessariamente, uma derrota para o grupo político dos Coelho. É preciso entender que se tratou de uma disputa entre um grupo emergente e outro já consolidado há muito tempo, ambos com características semelhantes em alguns aspectos, como o uso de políticas assistencialistas.

Somado a isto, está o fato de que, as eleições pós-1945, ainda carregavam traços semelhantes às eleições no tempo da República Velha, com fraudes e métodos ilícitos sendo praticados:

Pude constatar que as eleições de 1947 foram as mais denunciadas sobre a ocorrência de fraudes, principalmente as realizadas em 5 de janeiro para governador, senador, deputado federal e estadual... nove meses depois, nas eleições municipais, denúncias de fraude partiram dos partidários das duas facções políticas adversárias¹⁵².

Embora, poucos relatos existiam sobre tais práticas, o que é de todo compreensível, sabe-se que, semelhante aos políticos da época, a família Coelho

¹⁵² SOUZA, 2001, p.108.

também praticou tais ações¹⁵³. Acerca das práticas políticas da família Coelho, Manoel Cantarelli relata “Dr. Pacífico foi quem plantou as primeiras árvores em Petrolina, ele plantava durante o dia e a noite arrancavam, era a corrente dos Coelhos, naquela época, e Dr. Pacífico era inimigo dos Coelhos e os Coelhos eram inimigos do Dr. Pacífico. Diziam que eram pessoas mandadas pelos Coelhos”¹⁵⁴ que arracavam as árvores.

João Nascimento¹⁵⁵ também relatou “eles conhece (sic) o pessoal do mato todo, e fora dos municípios tem muito eleitor, pesa muito nesses lugarejos” e complementa:

na véspera da eleição, por que naquele tempo, a eleição botava o retrato na porta, hoje já não bota, botava o negócio do partido e retrato prefeito, então ele chegava naquelas casas onde estava os retratos, com a turma dele, com a bolsa carregada de dinheiro, e conforme os números de votos naquela casa era o dinheiro, se tivesse quatro votos era tanto, e assim por diante, quanto mais votos era mais dinheiro.¹⁵⁶

No caso do PDC havia o poder da máquina pública ao seu favor, o que certamente lhe deu vantagem sobre os adversários, ainda assim, a eleição foi decidida por uma diferença irrisória de votos o que demonstrou uma eleição acirrada, O candidato de Clementino Coelho obteve 1819 votos contra 1866 de seu adversário, uma diferença de apenas 46 votos, mesmo assim, o PSD elegeu seis vereadores das nove cadeiras existentes.

Esta se tratou apenas da primeira eleição em disputa após 1945. Acreditamos que, a mesma foi uma demonstração do fortalecimento político que a família Coelho obteve ao longo dos últimos 15 anos, do período Vargasista e viria a se confirmar depois, quando das eleições subsequentes. Sob a interventoria de Agamenon, que chegou a enviar para Petrolina o Tentente Otacílio Ferrraz para apaziguar o litígio

¹⁵³ João Moraes de Souza observa em sua tese o uso de práticas ilícitas no processo eleitoral por parte da família Coelho e os entrevistados Manoel Cantarelli e João Nascimento, também fazem menção de que tais práticas eram feitas por todos os políticos da época.

¹⁵⁴ CANTARELLI, Manoel Aníbal. Recife/PE, jan. 2009. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino)

¹⁵⁵ João José do Nascimento, morador de Petrolina desde 1927 onde reside até hoje, foi responsável por grande parte das obras da cidade no século XX, inclusive a Catedral do Sagrado Coração, durante sua atividade como construtor.

¹⁵⁶ NASCIMENTO, João José do. Petrolina/PE, dez. 2010. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino)

entre os grupos políticos¹⁵⁷, resultou numa aceitação de ambos de um candidato único para prefeitura de Petrolina.

Na eleição posterior ao mesmo cargo, a família Coelho, venceu as eleições, mesmo sofrendo oposição de Agamenon Magalhães, que segundo relato¹⁵⁸ ocorreu apenas devido a prefeitura pertencer a João Barração. A oposição de Agamenon Magalhães, não durou muito, pois o mesmo veio a falecer logo poucos anos depois, sendo próximo governador de Pernambuco Etelvino Lins, amigo da Família Coelho, abrindo espaço para a consolidação política da família.

¹⁵⁷ CANTARELLI, Manoel Aníbal. Recife/PE, jan. 2009. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino)

¹⁵⁸ COELHO, Augusto de Souza. Petrolina/PE, jan. 2010. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forte presença da família Coelho na política brasileira resultou em um número considerável de estudos, sobre o poder local em Petrolina. Tais estudos, em sua maioria, procuraram retratar a família e sua presença na política da cidade, desde o início do século XX, até, a segunda metade do mesmo século, quando essa família alcançou sua hegemonia na região e, posteriormente, ampliou sua influência no estado de Pernambuco.

Muitas vezes, nos estudos dedicados a essa família, se vê a confusão de seus autores no que tange aos conceitos de coronelismo, clientelismo e mandonismo, principalmente ao estudarem a figura do patriarca da família, Clementino Coelho, que a partir de determinado momento passou a ser chamado de “coronel” Quelê. Essa “patente”, implantada ao seu nome com o aval da população, não significa que tenha sido adquirida por seus serviços prestados a Guarda nacional, mas sim como um desdobramento da posição de coronel, comum na Primeira República.

Esta confusão se faz, quando esses autores ao observarem no patriarca dos Coelho, práticas clientelistas comuns à República Velha e que no nosso entender e concordando com José Murilo de Carvalho, se encerraram em 1930. Assim, classificar o coronel Quelê como uma extensão do coronelismo presente na República Velha, é extemporâneo à realidade estudada no nosso trabalho.

Acreditamos que, na realidade Clementino Coelho, exerceu uma forma de mandonismo, prática presente em toda história da política brasileira. A compreensão das principais obras, que trataram dessas nomenclaturas, nos permitiu somar as interpretações acerca do conceito de coronelismo e suas nuances, principalmente, no que se constituiria seu poder político, além de nos ajudar a distingui-lo em cada análise.

Percebemos que muitas dessas práticas clientelistas, citadas nas obras, estiveram presentes na ação política da família Coelho. Assim, procuramos associá-las, revelando sua presença no momento estudado, ressaltando os pontos em comum, dos quais destacamos as relações de *dom* e *contra dom* e o controle da informação, pontos pouco observados pelos autores que trataram do poder local em Petrolina, pois julgamos que estes foram importantes no caso petrolinense. Já outras

não condiziam como as observadas na família Coelho, ou melhor, não com tanta intensidade, como o uso da violência na intimidação dos eleitores. Com isso, pudemos estabelecer as especificidades do poder local petrolinense e diferenciá-lo de outras manifestações de poderes locais existentes.

Como pudemos constatar, o processo de fortalecimento político dos Coelho, em Petrolina, deu-se no momento em que Getúlio Vargas, chega à presidência através da “revolução de 1930”, estando, assim, intrinsecamente ligado às transformações da época, o que vai de encontro às teorias de que essa família seria vanguardista no sertão nordestino. Os Coelho seguiram as tendências que lhes foram apresentadas pelo histórico e se aproveitaram das possibilidades, abertas com seu fortalecimento político.

A partir de 1930, observamos que, no momento de rearranjo da política brasileira, no qual diversas forças, somadas, derrubaram a chamada República Velha, novas forças passam a disputar um lugar que permitisse ao novo governo se afirmar na sociedade e que permitisse a governabilidade de Vargas. Esta disputa deixou em aberto o controle do poder político, permitindo que, mesmo grupos não pertencentes ao poder em ascensão, como foi o caso dos Coelho, pudessem se inserir na política e buscassem a sua afirmação.

Durante esse período de transformações políticas, de novos desafios e necessidades, o modelo de desenvolvimento econômico desejado para o Brasil também foi mudado. Com a crise de 1929, o país foi forçado a aderir às mudanças mundiais. Durante a campanha presidencial, associava-se a uma imagem de ruptura, a qual se observa, principalmente, uma defesa da industrialização e a negação do modelo de desenvolvimento anterior, ligado principalmente à economia rural.

A industrialização vai trazer a formação de uma classe operária no país que, a cada dia, torna-se significativa e atuante politicamente. Vargas, ao perceber a crescente importância dessa nova classe, procurou a valorização do trabalhador com o estabelecimento de leis trabalhistas e dos meios de comunicação de massa.

Apropriando-se da ideia de que mostrava a industrialização como a nova alternativa econômica para o Brasil, a família Coelho, procura, então, ligar-se à imagem de vanguardistas e visionários, fazendo investimentos na região. Utilizam

das mesmas práticas varguistas, valorizando tanto o trabalhador rural, como o trabalhador industrial.

Esta tendência nacional foi dada aos que compunham a base governista e aos estados brasileiros, sendo que alguns aderiram a esta perspectiva, outros não. O estado de Pernambuco foi um dos que seguiram esta tendência de forma mais acentuada. Os governos que assumiram o estado durante o período de 1930 a 1945, foram fortes seguidores de tais tendências.

Por outro lado, o governo de Lima Cavalcanti, conturbado administrativamente, atuou no sentido de evitar fortes pressões aos seus opositores, principalmente no interior do estado. Este foi o caso da família Coelho, que vai lhe permitir liberdade de atuação política, em oposição a Pacífico da Luz, prefeito governista. A partir de 1937, no auge da centralização do Estado Novo, o governo de Agamenon Magalhães, estabeleceu uma política de alianças com líderes locais. Compreendemos que essa sua atitude perante o interior, continuou permitindo a atuação dos Coelho nas disputas pelo poder local.

Tanto Lima Cavalcanti quanto Agamenon Magalhães seguiram a tendência varguista no que condiz à busca pela aproximação com a população que, cada vez mais, mostrava-se atuante. Para isso, criaram importantes veículos de comunicação direta com o povo, os jornais: *Diário da Manhã* e *Folha da Manhã* que, durante o período em que estavam no poder e, mesmo depois, constituíram-se em um forte canal de suas posições políticas.

Os jornais em circulação e o acesso a informações, diferentes das que eram transmitidas pelos chefes locais, resultou no enfraquecimento de determinados grupos políticos junto à população, os quais não perceberam a importância e o alcance desta ferramenta política, vendo-se suplantados por aqueles que dela fizeram uso. A família Coelho, acompanhando a estratégia usada por Vargas, percebeu, no controle da informação, um excelente mecanismo de alcance da população e mais uma forma de fortalecimento do poder.

Para tanto, passa a utilizar *O Pharol*, principal jornal de Petrolina com amplo alcance regional, como também por ser um mecanismo usado pela Igreja Católica para alcançar seus fiéis dos lugares mais distintos.

O uso da imprensa em prol dos interesses políticos da família, a partir dos primeiros anos da prefeitura de Pacífico da Luz, o que permitiu a ampliação de sua atuação política para áreas circunvizinhas da cidade de Petrolina.

Ao longo da história da cidade, essas bases só se fortaleceriam, pois, o que se observou nos anos seguintes, foi a extensão da participação política da família Coelho, não só em Petrolina, como nas áreas em que o comércio da família alcançava, estreitando aqueles que eram só laços comerciais, em laços políticos e até familiares.¹⁵⁹

Assim a influência da família Coelho na imprensa, se ampliou de forma cada vez mais significativa. Em 1949, Geraldo Coelho, filho de Clementino quem fundou *O Sertão*, jornal cujo nome bem demonstra o desejo de alcance e de representatividade política da família. Para redator chefe, foi convidado o antigo amigo sindicalista e jornalista, Cid Carvalho, ambos fizeram o mais novo jornal da cidade, o porta voz da família e dos seus aliados políticos, que não tinham vez no *Pharol*.

Além do *Sertão*, a família Coelho vai agregar ainda outros meios de comunicação, percebendo serem estes, importantes mecanismos de poder¹⁶⁰.

Acreditamos aqui, os pontos aqui observados, revelaram a prática de alguns dos mecanismos que, ainda hoje contribuem para a permanência do poder e da influencia da família Coelho na política brasileira. Consideramos pontos importantes de discussão, porém, compreendemos que a análise este estudo não se encerra aqui, mas, abre espaço para uma revisão crítica da permanência destes fatos que, ao longo da história do nosso país, vem moldando o caráter nacional e que constitui em larga medida, um impedimento à tão sonhada entrada do país a modernidade.

¹⁵⁹ Sobre o casamento dos filhos de Clementino, recomendamos a leitura de: CAVALCANTE, Carlos. **A Família Coelho**: do Sertão do São Francisco. Recife, 2007.

¹⁶⁰ Nos últimos anos a família passou a dispor de seis rádios e uma filiada da TV Globo. (Cf. MENDONÇA, Fabíola e REBOUÇAS, Edgard. Oligarquia, coronelismo e coronelismo eletrônico: A radiodifusão como arma para manutenção e ampliação do poder. In: **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Anais. Curitiba, 2009.)

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde. A verdade autoritária: discurso, censura e autoritarismo no Estado Novo Varguista In: TORGAL, L, R.; PAULO, H. **Estados Autoritários e Totalitários e suas representações**. Coimbra: ED. Universidade de Coimbra, 2008.

AMARAL, Walter Valdevino do. **Que Fizeram “Ellas”?: As Filhas de Maria e a Boa Imprensa no Recife, 1902-1922**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

BARREIRA, César. **Trilhas e Atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1992.

BRITTO, Maria Creusa de Sá e. **Petrolina origem, fatos, vida, uma história: do desbravamento do município a 1992**. Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995.

BURSZTYN, Marcel. **O país das alianças: elites e continuísmo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BUVE, Raymond. (1992), Political Patronage and Politics at the Village Level. In: **Central Mexico: Continuity and Change in Patterns from Late Colonial Period to the End of the French Intervention (1967)**. Bulletin of Latin American Research, vol. 11, n. 1

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Memórias de um cotidiano escolar: Universidade Católica de Pernambuco, 1943-1956**. Recife: FASA, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. Vol. 2.

_____. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação.** In: PANDOLFI, Dulce Chaves. REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

CARONE, Edgard. **A República Velha.** Instituições e classes sociais. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, Cid de Almeida. Porque caiu a nossa organização sindical: às classes e ao povo de Petrolina. In: **O Pharol.** Petrolina, 22 out. 1938.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Dados.** Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos. Coronelismo e neocoronelismo: eternização do quadro de análise política do Nordeste?. **Revista Cadernos de Estudos Sociais.** Recife, v. 3, n.2, jul./dez. 1987.

CAVALCANTE, Carlos. **A Família Coelho:** do Sertão do São Francisco. Recife, 2007.

CAVALCANTI, Mariano de Moura. Coices ao vento... In: **O Pharol.** Petrolina, 8 mar. 1930.

CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e classe dominante do nordeste.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação.** Aracaju: UFS, 1987.

DOMINGUES, José Mauricio. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados.** Rio de Janeiro, v. 45, n.3.março de 2002.

EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz & Terra - Unicamp, 1977.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político. 16 ed. São Paulo: Globo, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O Brasil Republicano, v 10**: sociedade e política (1930-1964). 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **O Brasil Republicano, v 11**: Economia e Cultura (1930-1964). 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. In: _____. **O Brasil Republicano, v 8**: estrutura poder e economia (1889-1930). 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande: EDUEFCG, 2008.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LAVAREDA, Antônio. **Partidos no pós-guerra**: primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947. Recife-PE: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 5 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder**: o (caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME; Fortaleza: Edições UFC, 1995.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA FILHO, Andrade. **China Gordo**: Agamenon Magalhães e sua época. 2ª Ed, Recife: Universitária, 1976.

LIMA FILHO, Oswaldo. **Política Brasileira, 1945-1990**: Uma Visão Nacionalista. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1993.

LIMA, José Américo. **Coronel Quelê**: adversidade e bonança. Petrolina: Ed. do autor, 2010.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A verdade sobre a Revolução de Outubro**. Rio de Janeiro: Unitas, 1933.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

MARCIEL, Ayrton. **Carlos de Lima Cavalcanti**: todo poder ao rei. Recife: A Assembléia. 2001.

MORERIA, Vânia Losada. Os anos JK: a industrialização e o modelo oligarquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol 3.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. **Brasil**: uma interpretação. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. Vol. 2.

PADILHA, Antônio de Santana. **Petrolina no tempo, no espaço, na vez**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal. 1982

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. Vol. 2.

_____. **Pernambuco de Agamenon**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Editora Massangana. 1984.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943)**: A Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: civilização brasileira 1979.p.59.

PIRES, Idalina. **Josepha Coelho**: 100 anos de história. Petrolina-PE: APAMI, 1999.

PORTO, Costa. **Os tempos de Lima Cavalcanti**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

PRINS, Gwyn. "História Oral". In.: A Escrita da História: Novas Perspectivas. BURKE, Peter. São Paulo: Ed.: UNESP, 1992,

RÊGO, André Heráclito do. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa editora, 2008.

RÉMOND, René (Org). **Por uma história Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. Curitiba: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, José Adalberto. Agamenon Magalhães: sob o signo do mandacaru. **Revista Continente**. Recife, n. 78, jun. 2007.

RIVAS, Lêda. **Nilo Coelho**: breve roteiro de um visionário. Recife: A Assembléia. 2001.

ROCHA, Honório de Queiroz. **Estou presente, Petrolina!**. Recife: Bagaço, 2006.

SALDANHA, Nelson, **História das idéias políticas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. O bom capitalismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 de novembro 1980.

SEREJO, Tereza Cristina Leal de. **Coronéis sem patente**: a modernização conservadora no sertão pernambucano. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro. Mauad, 1999.

SOUSA JUNIOR, José Nivaldo. **Quelê, o gigante do São Francisco**. Petrolina:PE Líder gráfica; editora Ltda. 1985.

SOUZA. João Moraes. **As Práticas do coronelismo**: estudo de caso sobre o domínio político dos Coelho em Petrolina-PE. Recife: Tese, 2001

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis**: apogeu e declínio do coronelismo no nordeste. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FONTES ESCRITAS/PERIÓDICOS

Jornal O Pharol (1930-1942)

A antevisão maravilhosa de uma futura cidade industrial do Brasil. In: **O Pharol**. Petrolina, 17 jul. 1934.

D'AQUI. In: **O Pharol**. Petrolina, 7 jan. 1932.

Doutor Pacífico da Luz, medico, operador e parteiro, moléstias de olhos, nariz, ouvidos e garganta In: **O Pharol**. Petrolina, 31 out. 1931.

É o Brasil unido e forte que desperta!. In: **O Pharol**. Petrolina, 30 de outubro de 1930.

O Dr. Carlos de Lima visitará o interior. In: **O Pharol**. Petrolina, 6 out. 1931.

O Pharol. Petrolina, 12 de outubro de 1935.

O Pharol. Petrolina, 8 fev. 1936

O Pharol. Petrolina, 12 mar. 1942.

OS HORRORES da secca um facto impressionante. In: **O Pharol**. Petrolina, 6 fev. 1932.

Relatório da empresa melhoramentos de Petrolina In: **O Pharol**. Petrolina, 31 de julho de 1933.

Jornal DIÁRIO DA MANHÃ (1927)

LIMA, Cavalcanti. Editorial. In: **Diário da manhã**. Recife, 16 abr. 1927.

Jornal FOLHA DA MANHÃ (1939)

MAGALHÃES, Agamenon. **Sob o signo do Estado Novo** In: Folha da manhã. Recife, 25 fev. 1939.

FONTES ORAIS/ENTREVISTAS

Augusto de Souza Coelho, entrevistado em janeiro de 2010. Entrevista realizada por Thulio André Moura de Aquino.

Bernadino Padilha da Luz, entrevistado em janeiro de 2010. Entrevista realizada por Thulio André Moura de Aquino.

João José do Nascimento, entrevistado em janeiro de 2010. Entrevista realizada por Thulio André Moura de Aquino.

Manoel Aníbal Cantarell, entrevistado em dezembro de 2009 e janeiro de 2010. Entrevista realizada por Thulio André Moura de Aquino.

ANEXOS



Carlos de Lima em foto do Jornal O Pharol de 01 de janeiro de 1932



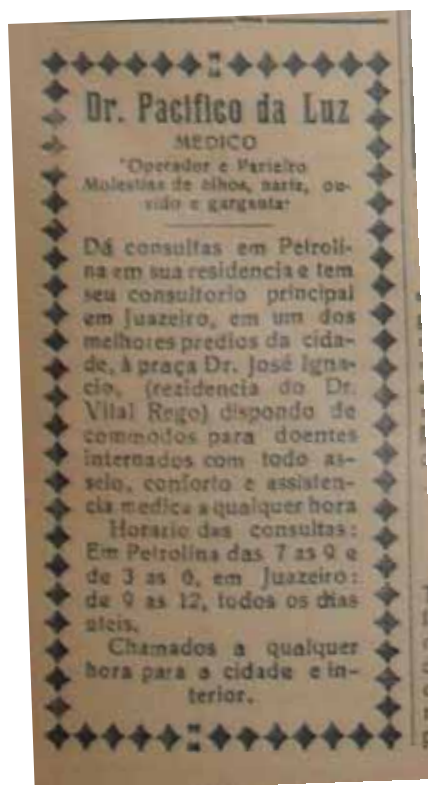
Agamenon Magalhães na casa de Clementino Coelho em foto da década de 1940



Dom Malan retratado n'O Pharol de 31 de outubro 1931



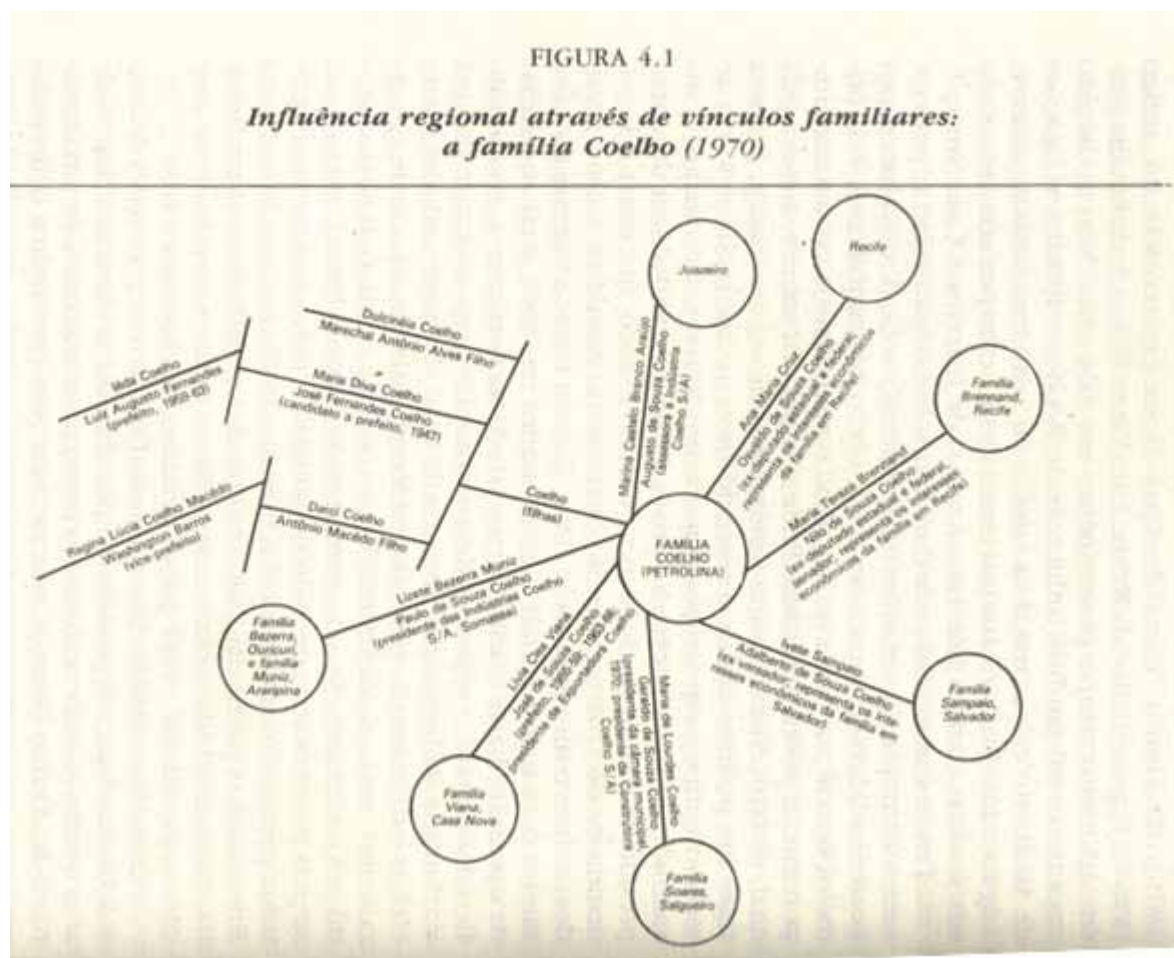
Foto retirada do livro BRITTO, Maria Creusa de Sá e. **Petrolina origem, fatos, vida, uma história:** do desbravamento do município a 1992. Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995. p. 106.



Nota de divulgação do consultório do Prefeito
 Pacífico da Luz de 31 de outubro de 1931



Clementino Coelho no ano de seu falecimento, foto retirada do livro SOUSA JUNIOR, José Nivaldo. **Quelê, o gigante do São Francisco**. Petrolina:PE Líder gráfica; editora Ltda. 1985. p. 18.



Mapa Retirado do livro CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e classe dominante do nordeste**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990.p.104.